



*Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROARQ*

André de Barros Coelho

Moradia burguesa belenense  
**no período da borracha**  
(1850-1920)

*Rio de Janeiro, 2007*



**UFRJ**

**MORADIA BURGUESA BELENENSE NO PERÍODO DA BORRACHA  
(1850-1920)**

André de Barros Coelho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Pensamento, História e Crítica da Arquitetura.

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

Rio de Janeiro  
Março de 2007

MORADIA BURGUESA BELENENSE NO PERÍODO DA BORRACHA  
(1850-1920)

André de Barros Coelho

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Pensamento, História e Crítica da Arquitetura.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. Gustavo Rocha-Peixoto

---

Prof. Elizabete Martins

---

Prof. Rosana Najjar

Rio de Janeiro  
Março de 2007

COELHO, André de Barros.

MORADIA BURGUESA BELENENSE NO PERÍODO DA BORRACHA (1850-1920) / André de Barros Coelho. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2007.

ix, 188f.: il.; 29,7cm.

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

Dissertação (mestrado) – UFRJ/FAU/Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2007.

Referências Bibliográficas: 4f.

1. Casa. 2. Arquitetura do Ecletismo. 3. Burguesia. 4. Borracha. 5. Belém. 6. Pará. 7. Amazônia. I. ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850-1920)

## RESUMO

MORADIA BURGUESA BELENENSE NO PERÍODO DA BORRACHA (1850-1920)

André de Barros Coelho

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

O trabalho estuda a manifestação da arquitetura residencial burguesa no centro histórico da cidade de Belém, estado do Pará, entre os anos de 1850 e 1920 — período em que vigorou a economia da borracha amazônica — a partir da historiografia regional e brasileira e de levantamentos físicos existentes. O estudo é apresentado partindo-se de dentro para fora da casa, na busca de meios para compreender as motivações, das mais diversas ordens, que tenham condicionado e modificado o aspecto das casas neste período, marcado sobretudo pelo Ecletismo, na arquitetura, e por ideais sociais, políticos e familiares os quais forjaram em poucos anos em Belém a imagem de uma tão desejada cidade *moderna*.

Palavras-chave: Casa, Arquitetura do Ecletismo, Burguesia, Borracha, Belém, Pará, Amazônia

Rio de Janeiro  
Março de 2007

## **ABSTRACT**

### **BELÉM'S BOURGEOIS HOUSING IN THE AGE OF THE RUBBER (1850-1920)**

André de Barros Coelho

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

This work observes the presence of bourgeois residential architecture in Belem's historical center within 1850 and 1920 — when the economy of this city was based on the Amazonian rubber — as far as regional and Brazilian historiography, as well as surveys on existing buildings are concerned. The study scrutinizes the house from the inside out, by searching for ways to understand the motivations that may have conditioned and modified the aspect of the houses in this period of time — specially characterized by architectural Eclecticism in addition to social, political, and familiar ideals that have forged in a few years in Belém the image of a so desired *modern* city.

Key-words: House, Architecture of Eclecticism, Bourgeoisie, Rubber, Belém, Pará, Amazon

Rio de Janeiro  
Março de 2007

## AGRADECIMENTOS

A todos, e a cada um que participou e colaborou a seu modo para que este trabalho pudesse acontecer.

Desde a minha chegada ao Rio, à querida **turma Sambaqui**, que tão logo se descobriu e me acolheu, e de repente eu não era mais um estranho paraense perdido neste fim-de-mundo. Minha gratidão às professoras **Rosina** e **Rosana**, nossa “*dupla caipira*”, responsáveis diretas pela invenção deste Sambaqui e conchas-participantes dele, e aos demais conchas **Alexandre Rimão Vidal**, **Isabel Bel Rocha**, **Marisa Zoom Hoirisch**, **Simone Agente Duplo Si Guerra**, **Claudia Baima**, **Priscyla Rimã Arias**, **Paulinha Merlino** e **Taisa Branca-de-Neve Carvalho**: colegas, amigos e conselheiros. Obrigado pelos momentos de in-sanidade e cumplicidade que passamos juntos. Todos eles.

Aos professores do PROARQ Beatriz Oliveira, Cláudia Nóbrega, Cristiane Rose Duarte, Fernanda Magalhães, Guilherme Lassance, Laís Bronstein e Rosina Trevisan pela competência e dedicação, e em especial a **Elizabete Martins** e **Rosana Najjar**, minhas professoras e membros das minhas bancas de qualificação e defesa final, e ao professor e orientador **Gustavo Rocha-Peixoto**.

Aos amigos arquitetos que me deram uma mãozinha em momentos especiais, tendo sido por vezes um verdadeiro “braço” meu em Belém, **Giovanni Sarquis** e **Márcia Azedo**. Minha gratidão também aos queridos amigos **Alberto Germano**, **Helder Nery** e **Paulo Ladeira Negrão**, pelo importante e fundamental apoio nas visitas às ruas e aos edifícios da Cidade Velha e Campina, desde 2005 até 2007. À **Priscyla Arias**, pelos desenhos em CAD, muito obrigado. Ao amigo **Eduardo Mariano**, pela prontidão na ajuda com o *abstract*. Ao meu irmão **Davi Coelho**, pela linda arte na capa desta dissertação; só podias ser tu, mano!

Também aos proprietários e moradores das casas visitadas por mim no centro histórico de Belém, pela compreensão, paciência e prestatividade, pois dessa forma deixaram expresso seu apoio à pesquisa e à preservação da cultura e da memória de nossa terra.

Aos muitos amigos, irmãos e parentes, antigos e novos, de perto e de longe — de Belém ao Rio de Janeiro... de norte a sul deste Brasil, e fora dele — que não me faltaram e torceram muito por mim e pelo bom resultado deste trabalho.

À minha querida **Belém do Pará**, que forjou o brasileiro que sou e colocou em mim a paixão pela arquitetura, pela memória e pela cultura de meu povo.

“Esse Rio [**não é**] minha rua...”. Eu nunca fui embora. Aguarde, Belém, que um dia eu volto.

Desde o princípio, à minha família — vovó **Dalva** (em memória), **Edilson, Rísia, Davi** e **Daniel** — meu porto seguro, pelo apoio incondicional, insistência, paciência e paz. Pelas longas conversas francas à cama ou em volta da mesa, desde criança, com a Bíblia aberta, e pelo significado que isto tem e sempre terá para nosso equilíbrio emocional e espiritual.

*Porque “aquele que sai andando e chorando, levando a semente para semear, voltará com cânticos de júbilo, trazendo consigo os seus molhos. [...] Sim, grandes coisas fez o Senhor por nós, e por isso estamos alegres.” (Salmo 126.6,3)*

Ao Deus Eterno, razão única da minha existência, que me conhece por inteiro e ainda assim me ama, e que tem me permitido chegar ao fim deste curso, e a quem devo este trabalho. Que toda a minha gratidão seja expressa hoje e sempre com a minha própria vida, para sua honra e sua glória.

---

*À memória de  
Dalva de Andrade Barros, minha avó,  
Helba de Barros Beloni, minha tia,  
e Samuel de Andrade Barros, arquiteto, meu tio,  
os quais sonharam este sonho comigo  
e estavam ainda ao meu lado no princípio desta jornada.*

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Introdução</b> .....	19
<b>1 A Casa por dentro</b> .....	27
1.1 Sala de Visitas .....	28
1.2 Varanda .....	31
1.3 Alcova e Quartos .....	37
1.4 Cozinha, quintal e latrina .....	45
1.5 O arranjo dos ambientes: a casa com <i>puxado</i> e outros tipos.....	49
1.5.1 Tipos e Adequação Climática .....	49
1.5.2 Setorização e Funcionalidade .....	57
<b>2 A Casa por fora</b> .....	64
2.1 O aspecto das ruas e casas até o começo do século XX .....	66
2.2 Casa, lote e volumetria .....	79
2.3 Fachada e elementos decorativos .....	87
<b>3 Edificar e habitar na Belém de 1850-1920</b> .....	91
3.1 As leis e a prática .....	92
3.2 Materiais e técnicas construtivas .....	95
3.3 Sociedade e família no Pará .....	100
<b>Conclusão</b> .....	105
<b>Bibliografia</b> .....	111
<b>Anexos</b> .....	115



Vista aérea do Centro de Belém por volta dos anos 1990, a partir da Baía do Guajará. Ao fundo, o rio Guamá.  
Fonte: TEIXEIRA, 1995.

---

## **APRESENTAÇÃO**

Destes mistérios que um dia nos assombram a alma, e nos fazem ir em busca de algo que, achamos, se perdeu. Daquela fotografia amarelada de infância que nos ajuda a contar um fato de que já nem nos lembramos muito bem, ou talvez nunca tenhamos sabido. De uma rua que resolvemos tomar a pé, um dia, apenas pra descobrir onde chega.

Assim é como quando o indivíduo é “tomado” pela história. Não a história-objeto, ou a história-instrumento de estudo desse indivíduo, mas a história-sujeito — agente que nele efetua a necessidade de buscar em si próprio respostas. A história, disciplina inventada e recriada por ele próprio, assim, que o toma pela mão e o transporta nessa viagem para dentro de si mesmo e da sociedade em que ele vive, para procurar tais respostas, tais elos um dia, então, desfeitos.

É certo que o indivíduo há de colocar em evidência razões lógicas e científicas para justificar sua busca. É certo que, em pleno século XXI, as investigações precisam ser justificadas, objetivadas, científicas. Ele busca algo que se perdeu, sabe o que busca. E sabe que essa história ainda não foi contada. Então reveste-se da armadura que se lhe é dada para poder enfrentar os batalhões, que o aguardam em sua jornada.

Entretanto esse indivíduo tem paixões, é movido a história e vive repleto de saudade. O objeto de suas paixões, ele busca, mesmo sem conhecê-lo a fundo, a princípio; ainda que não saiba domá-lo ou lidar com ele, sabe que precisa trazê-lo à tona. A história é o que o move desde o começo, é o que o toma pelas mãos, tirando-o do estado de inércia enquanto observador de seu mundo. E a saudade é o que o faz permanecer vivo, é o que transporta este indivíduo deste para um outro tempo, que lhe põe no coração a ausência de coisas que nunca viu, que lhe dá outros olhos, que não os seus.

Todos os dias atravessamos a mesma rua ou o mesmo jardim; todas as tardes nossos olhos batem no mesmo muro avermelhado feito de tijolos e tempo urbano. De repente, num dia qualquer, a rua dá para um outro mundo, o jardim acaba de nascer, o muro fatigado se cobre de signos. Nunca os tínhamos visto e agora ficamos espantados por eles serem assim: tanto e tão esmagadoramente reais. Não, isso que estamos vendo pela primeira vez, já havíamos visto antes. Em algum lugar, onde nunca estivemos, já estavam o muro, a rua, o jardim. E à surpresa segue-se a nostalgia. Parece que recordamos e quereríamos voltar para lá, para esse lugar onde as coisas são sempre assim, banhadas por uma luz antiqüíssima e ao mesmo tempo acabada de nascer. Nós também somos de lá. Um sopro nos golpeia a fronte. Estamos encantados... Adivinhamos que somos de um outro mundo. PAZ apud ALVES (2007)

A saudade, essa ausência presente do que se ama, apreciada por Alves (1995, p. 63), e cantada pelo poeta itabirano em "Ausência" (Andrade, 2007), é talvez a principal força motriz na busca que o indivíduo passa a empreender a partir de então, repetindo sempre para si mesmo: "Porque a ausência, esta ausência assimilada, ninguém a rouba mais de mim." ANDRADE (2007)

Mas há um escuro. De fato, há um mistério, há vários mistérios, e no começo o indivíduo não sabe muito bem o que vai encontrar, pois a luz do dia não é ainda tão intensa. Ele está em pé diante daquele muro, em pé diante daquele jardim e tateia as paredes de uma casa. Essa casa não lhe pertence, mas ele pertence a ela. Ele a conhece e sempre a conheceu.

Do fundo de uma cisterna ecoam vozes. Não, não há pessoas ali, apenas vozes. Falas, gritos e perguntas vão ressoando pelas paredes da casa, e o indivíduo começa a perceber melhor o espaço à sua volta. Tenta dar alguns passos. Há paredes, há chão, há teto, mas a casa ainda está vazia, e não é a sua presença ali que pode completá-la. Fecham-se então os seus olhos.

Havia um corredor que fazia cotovelo:  
Um mistério encanado com outro mistério, no escuro...

Mas vamos fechar os olhos  
E pensar numa outra coisa...

Vamos ouvir o ruído cantado, o ruído arrastado das correntes no algibe,  
Puxando a água fresca e profunda.  
Havia no arco do algibe trepadeiras trêmulas.  
Nós nos debruçávamos à borda, gritando os nomes uns dos outros,  
E lá dentro as palavras ressoavam fortes, cavernosas como vozes de leões.  
Nós éramos quatro, uma prima, dois negrinhos e eu.  
Havia os azulejos reluzentes, o muro do quintal, que limitava o mundo,  
Uma paineira enorme e, sempre e cada vez mais, os grilos e as estrelas...  
Havia todos os ruídos, todas as vozes daqueles tempos...  
As lindas e absurdas cantigas, tia Tula ralhando os cachorros,  
O chiar das chaleiras...  
Onde andarás agora o pincenê da tia Tula  
Que ela não achava nunca?

A pobre não chegou a terminar a *Toutinegra do Moinho*,  
Que saía em folhetim no *Correio do Povo!*...  
A última vez que a vi, ela ia dobrando aquele corredor escuro.  
Ia encolhida, pequenina, humilde. Seus passos não faziam ruído.

E ela nem se voltou para trás! QUINTANA (1987, p. 35-36)

E então, de olhos fechados, percebe aquele indivíduo que sua busca está muito além de paredes e corredores que se encontram com outros corredores, no escuro. Porque esses corredores também têm saudade, também contam histórias e cantam suas canções de muito longe.

Imediatamente lembra-se ele das canções de uma terra muito distante, de onde veio um dia. E passa a contemplar o quanto se pode enxergar com os olhos fechados, e quão claras assim podem se tornar as estranhas tardes de outono e inverno das terras de cá.

...

Mil, seiscentos e dezesseis. No princípio, era o vazio. Um grande e desconhecido vazio para o homem branco. Não havia uma rua, uma casa; sequer uma povoação, como se conheciam as povoações portuguesas. Não havia ainda a primeira nau lusitana aportado em terras do Grão-Pará. Eram tudo páginas em branco. E "uma página em branco é a virgindade mais desamparada que existe. Só por isso é que abusam tanto dela, que fazem tudo dela..." QUINTANA (1987, p. 82).

O indivíduo observa de fora esse vazio, e examina tais páginas em branco. Assiste o vazio começar a encher-se de dentro para fora de pessoas, como formigas, que andam para todos os lados, carregando coisas, acertando passos, amontoando pedras, ocupando espaços. Há algo em comum nas tarefas dessas pessoas, pois que a página já não está em branco, e a pequena Feliz Lusitânia toma aspecto de uma vila. Muros são construídos, edifícios são levantados, ruas são abertas.

A seu lado, então, algumas pessoas se agrupam e começam a ocupar um espaço em comum. Trata-se de uma família. Novamente, daquelas pedras antes amontoadas, começam a ser levantados pequenos muros, paredes de pedra. Às paredes segue-se uma cobertura e, em algum tempo, aos poucos, obtém aquela família um abrigo.

Entretanto, mesmo que aquela construção tenha sido levantada em razão da necessidade do abrigar-se, não é unicamente disso que ela está impregnada — bem o nota o indivíduo, pois cada pessoa que ali amontoou pedras e erigiu paredes traz consigo o peso de uma história, costumes e características individuais, o que, além de depositado nas paredes erigidas, será colocado de maneira especial no espaço entre elas, que será de fato o espaço de habitar dessas pessoas.

Antes de mais nada, devemos lembrar que a função básica de uma casa é a chamada *função abrigo*. A casa tem que ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção. Mais adiante veremos que, intramuros, principalmente, a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários. LEMOS (1996, p. 9)

Os olhos fechados do indivíduo atravessam duzentos, trezentos anos em que muita coisa se transforma. A pequena vila de Feliz Lusitânia muda de nome: Santa Maria de Belém do Grão-Pará — ou, por redução, apenas Belém do Pará, ou mesmo Pará. Ou, ainda, Belém. As famílias se multiplicam, as casas se multiplicam. Algumas necessidades tornam-se outras, as casas tornam-se outras. O tempo dita suas regras. O clima, as suas. Os costumes do povo daquela cidade, as suas.

Enquanto isso, permanece o indivíduo pegado às paredes de uma casa que existe em seu imaginário. Uma casa que é alvo e resultado das suas buscas, uma casa que já existiu em muitas casas — casas que se tornaram noutras casas, que se tornaram noutras casas... Dela, tem ele apenas vestígios (porque as vozes, cheiros e texturas não são de todo perceptíveis “a olho nu”). Ele está dentro desta casa. Senta-se junto à cisterna. Observa, examina, busca recordações, mesmo aquelas que não são suas.

Porque um dia esse indivíduo procurara respostas sobre aqueles tempos antigos, e não houvera quem as desse. Porque um dia diria a ele uma professora que ele era um “*homem antigo*”, e ele ficaria muito convencido disso. Porque ele sempre fora do tipo que

gosta de andar pelas ruas da sua cidade para se perder, porque isto faria as ruas parecerem sempre novas.

Porque as ruas da sua cidade são repletas de casas, de ontem e de hoje — mas não há para ele casas de ontem, porque o ontem ainda não lhe passou. Porque lembra-se da sua mãe apontando portas e janelas, e falando em tardes, confeitarias, livrarias meninices e aulas de piano. Porque demora-se esse indivíduo em contemplar as casas que povoam as ruas de sua cidade, e gosta de fazer curiosas as pessoas que passam, para que também contemplem as casas com cuidado.

Porque desde o dia em que não encontrara as respostas que procurara, entendera que precisaria procurá-las por si mesmo. As casas, alvos de sua paixão, tinha-as ali. Mas por que tanto se escrevera, e aparentemente tão pouco se tinha? Ele sabia que precisaria, a partir de então, reunir muitas estrelas, ora dispersas pelo céu de sua terra e seu país, para que pudesse vislumbrar a dimensão e amplitude de seus esforços e, assim, empreendê-los. E ainda assim nunca se teria uma obra completa, acabada. Nunca. Mas o indivíduo o poderia ensaiar, com as casas que estivessem à mão e com as estrelas que ele tivesse nas mãos.

Amo Belém de madrugada.  
Como quem afaga uma jovem de encontro ao coração!  
Ruas desertas...  
Paisagem muda...  
Sinto no silêncio noturno que ela só existe para mim!

Descobrimo, ontem, os seus íntimos segredos,  
Nunca a sua vida pareceu tão morta... MEIRA FILHO (1980, p. 112)

Do cerne de sua paixão, promove o indivíduo esta busca e expõe-na aqui. Provavelmente ele o faria com muito mais gosto se estivesse sentado à beira daquela cisterna, contando causos, entre histórias de paredes. Mas não se está aqui para tratar dos gostos e paixões do indivíduo por eles próprios.

Mistérios? Segredos? Todas as casas têm os seus, especialmente aquelas de ontem. Ele não tem a pretensão de desvendar tudo o que gostaria. Se lhe fosse possível, deixaria, na verdade, alguns assuntos em estado de mistério, para que nunca fossem desvendados, porque para ele o encanto esteja talvez no secreto.

Todavia levanta-se de onde está, atravessa um longo corredor e chega até a porta da casa. Dali, faz o indivíduo um convite, a que se entre com ele, a que se ande pela casa. De olhos fechados ou abertos, que se tateie, que se tome e se leia as estrelas distribuídas pelo chão e teto.

A casa está aberta; as janelas, escancaradas; a porta da frente, apenas encostada, aguardando visita; os cômodos, à disposição. E o convite, feito.

Na casa aberta  
é noite de festa,  
dançam Geralda, Helena, Flor;  
na beira do rio  
escuto Ramiro,  
dona Mercês toca tambor.

Lua azul, lua azul turquesa,  
já que a casa está vazia,  
vem me fazer companhia  
na janela da cozinha. AMARAL (2002)

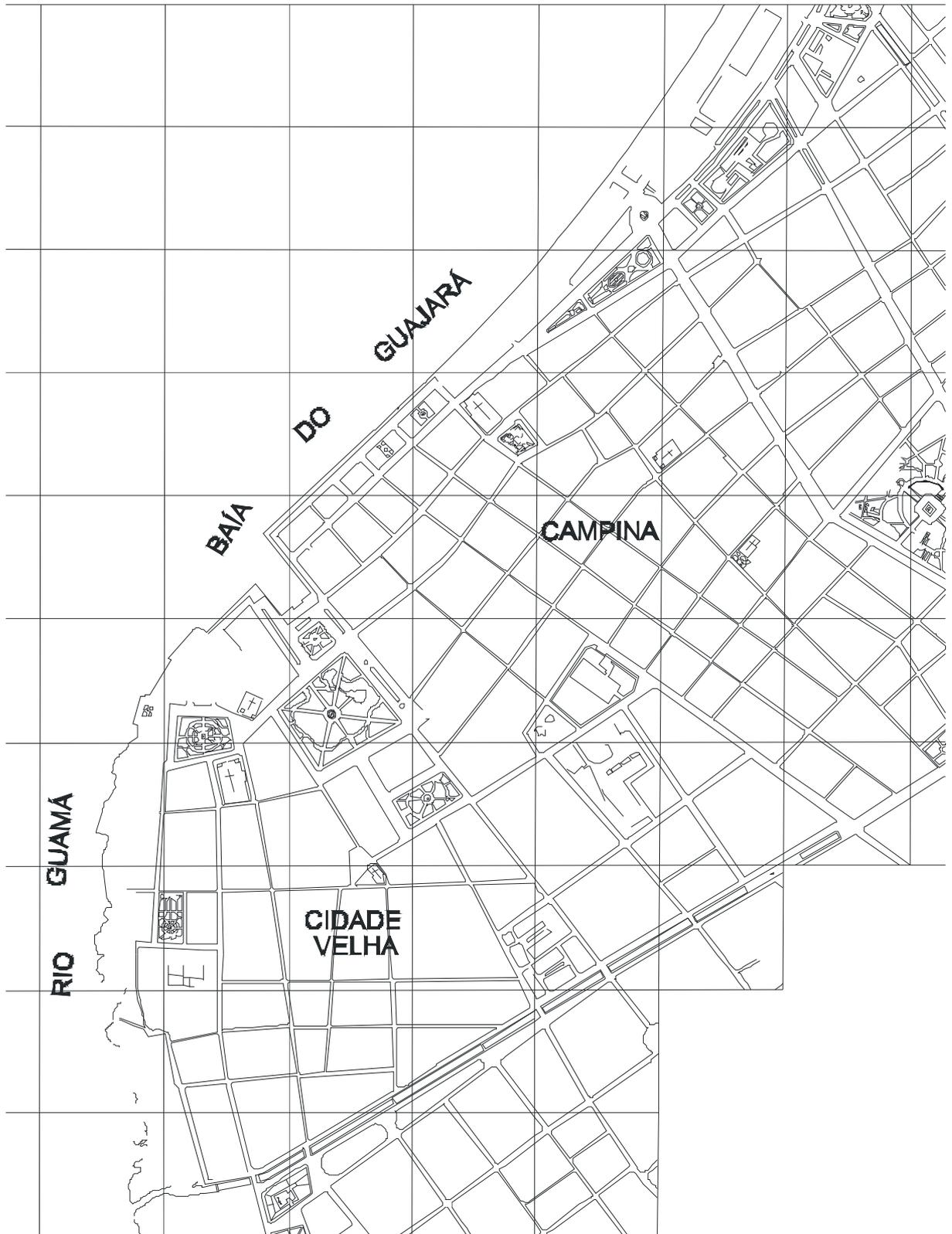
---

*[...] A vontade de voltar  
não impede a de seguir  
e, por onde quer que eu vá,  
estarei vivendo em ti.*

*Partindo pra qualquer cidade,  
tô voltando pra te ver,  
ficando sob essas mangueiras,  
fui-me embora sem querer.  
Mandeí trocar minha saudade  
por um fato natural,  
viver correndo pelo mundo  
pra chegar no teu quintal. [...]*

*Eu, eu nunca fui embora,  
mesmo quando parti,  
fui voltando pra tua porta,  
vivo chegando aqui.*

Nilson Chaves e Joãozinho Gomes (1991)



## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho de pesquisa consiste em elaborar um conjunto de referências sobre as residências de classe burguesa existentes ou construídas no perímetro urbano da cidade de Belém aproximadamente entre 1850 e 1920, período que compreende o grande ciclo amazônico da borracha.

A casa, enquanto abrigo, tem sido na história da humanidade a unidade arquitetônica mais vezes criada e recriada pelo homem, motivo pelo qual é uma das principais testemunhas da sua ação modificadora.

Esta pesquisa, além de considerar aquilo que se escreveu sobre a casa, nas condições e período supracitados, isto é, além de se dedicar ao estudo dos documentos que foram escritos sobre o assunto, assume também a premissa de que a casa é ela própria um *documento* e deve ser estudada como tal. Le Goff versa sobre a questão *documento versus monumento*:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento

temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. LE GOFF (1990, p. 535)

Até o século XIX, o *monumento* era tido como o verdadeiro registro do passado, apesar de que, desde o final do século XVII, já se tinha a compreensão do termo *documento* na história “científica”<sup>1</sup>. O triunfo do *documento* sobre o *monumento*, de que trata Le Goff, acontece com o advento do positivismo. Visto inicialmente como um mero texto, o sentido de *documento* amplia-se rapidamente:

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história. FUSTEL DE COULANGES apud LE GOFF (1990, p. 535)

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. FEBVRE apud LE GOFF (1990, p. 535)

Dessa forma, é possível compreender a casa, um artefato humano, como *documento* não escrito, cujo sistema não-verbal, como modo de comunicação da arquitetura, “posee su propia coherencia formal interna y no es reducible a estructuras de significado verbal.” (ZARANKIN, 1999, p. 250).

Das casas construídas nos tempos antigos da história de nosso país, o que restou aos nossos dias é proporcionalmente, por certo, uma quantidade muito pequena. Mesmo assim, deve-se a diversos fatores históricos diferentes o fato de que muitas cidades brasileiras tiveram parte notável de seu acervo histórico preservado. Em Belém, por exemplo, muito se construiu desde meados do século XIX até 1920 com o dinheiro proveniente da economia da borracha, tendo porém a cidade vivido daí até as décadas finais do século XX, junto com toda a região amazônica, uma grande estagnação econômica, num forte contraste com toda a riqueza das décadas anteriores.

Mas talvez a falta de recursos experimentada pela a construção civil a partir de então — em conjunto com acentuado declínio na indústria e demografia que a cidade viveu nas décadas que se seguiram — é que tenha facilitado a conservação de parte do patrimônio arquitetônico da cidade de Belém, e permitido assim que um número

---

<sup>1</sup> Publicação de De Re Diplomática por Don Jean Mabillon. LE GOFF (1990 p. 537)

considerável de edificações permanecesse de pé, chegando mesmo ao século XXI, uma vez que nessas décadas que se seguiram o movimento imobiliário foi pouco expressivo.

É natural — cabe deixar claro que trata-se aqui de especulações — que, nesse processo natural e dinâmico de desenvolvimento dos sítios históricos, subsistam por mais tempo aquelas edificações de construção mais sólida, ou erguidas em locais mais reservados, ou mesmo onde por algum motivo as forças políticas ou do mercado imobiliário não permitam que tais edifícios sejam destruídos.

Sobressaem, assim, em condições de normalidade, aqueles edifícios construídos pelas famílias de classes mais abastadas da cidade, as quais em geral possuem recursos financeiros suficientes para comprar os lotes mais bem localizados e utilizar os melhores sistemas construtivos, permanecendo por muitas vezes um mesmo imóvel por décadas a fio nas mãos da mesma família.

Há exatos cem anos, no ano de 1907, segundo o levantamento realizado pela Intendência Municipal a partir dos impostos então cobrados, existiam em toda a cidade de Belém cerca de 14 mil e seiscentas habitações, divididas em “815 casas **com mais de UM ANDAR**; 9.150 com **UM ANDAR**; 4.660 **palhoças**”. CRUZ (1971, p. 147. Grifo do autor)

Atualmente, apenas na área compreendida pelo Centro Histórico de Belém (bairros da Cidade Velha e Campina), existem 1.708 imóveis classificados em inventário municipal como *bens de interesse à preservação* (informação verbal<sup>2</sup>). Outras centenas de imóveis de caráter semelhante, mesmo não cadastrados ou tombados pelo poder público, encontram-se até hoje espalhados pelas terras altas do Jurunas, Batista Campos, Nazaré, Reduto, Umarizal, Telégrafo, São Brás, Marco e Souza, àquela época considerados ainda áreas de subúrbio da cidade, hoje bairros centrais.

Há que se crer, entretanto — e basta consultar os inventários do IPHAN e Fumbel/DEPH ou fazer-se um passeio pelas ruas mais antigas da cidade para confirmá-lo — que mesmo entre milhares de imóveis, mesmo entre milhares de casas que restam ainda de pé em Belém, remanescentes do período da borracha, não são as casas mais modestas que permanecem. Pelo contrário. Os muitos sobrados, palacetes e, entre eles, também casas térreas, em geral moradia da classe burguesa de Belém.

Disse certa vez uma historiadora que seria anedótico falar sobre *burguesia* no Brasil, uma vez que tal categoria social tenha sido fruto de uma oportunidade de

---

<sup>2</sup> O Centro Histórico de Belém apresenta hoje 7.339 unidades imobiliárias e 3.079 lotes, distribuídos em 146 quadras. A população local é de 8.922 habitantes (IBGE, 2000). O inventário de bens imóveis está atualmente em revisão. Fonte: DEPH/Fumbel.

construção sócio, histórico e econômica voltada para uma realidade com efeito diferenciada do que se deu em nossas terras, afinal o Brasil do século XIX era ainda um país agrário, voltado para o campo, sem a urbanização como foco, em contraste, por exemplo, com a Inglaterra urbana e industrializada.

Entretanto, não apenas o termo *burguês* foi utilizado à época (século XIX) para se referir aos proprietários daquelas casas — em geral, segundo Derenji (1987, p. 163), “seringalistas, representantes de firmas e países estrangeiros, altos funcionários, aviadores, políticos, grandes comerciantes.” — como também tem sido utilizado por historiadores para se referir a essa classe social, emergente na sociedade belenense e brasileira de então.

Seguiam pela comprida estrada, sem conversar, olhando mudamente os bonitos jardins que precediam as risonhas as risonhas frontarias das casas burguesas e endomingadas na sua tranqüilidade dos dias de descanso [...]

...de onde capitalistas saíam, encadernados em longas sobrecasacas, para o matinal passeio do domingo. [...]

Lembrou-se duma casinha de paredes sem cal e teto de palha seca, em uma larga estrada de arrabalde, onde a viração roborante das tardes calmas espalhava em grato eflúvio de pétalas de rosas desfolhadas pelos ardentes dedos do sol por cima das verdes relvas palpitantes, em ricos jardins de cômodas habitações burguesas. CARVALHO (1989, pp. 107-108, 163)

São os filhos de modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, [...] que vão aparecer, graças ao desenvolvimento também modesto do capitalismo no Brasil, no cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX. Nas novas gerações que ingressaram nas Faculdades de Direito do País, infiltrar-se-iam esses novos burgueses. COSTA apud REIS FILHO (2002, p. 150)

Segundo Cruz Costa, esta nova *burguesia* brasileira, composta sobretudo por militares, médicos e engenheiros, virá assumir papel relevante principalmente no setor industrial e acentuar o antagonismo destes com os tradicionais *burgueses*, proprietários de terras, que governavam o país como a suas fazendas. Ao mesmo tempo, cresce na sociedade desde o princípio do século XIX o interesse pelas novas idéias trazidas por estes homens, graças aos quais, devido à tendência de suas profissões ser mais próxima das ciências positivas, irá surgir o positivismo no Brasil.

Será esta nova camada social, em Belém aliada aos grandes comerciantes da emergente economia da borracha e a um sem-número de imigrantes — aos quais a intendência municipal servia de prontidão (Sarges, 2000, p. 123) — a responsável por

consumir um tipo de arquitetura mais “atualizada e tecnicamente elaborada, em sintonia com os padrões europeus daquela época, arquitetura tipicamente urbana, produzida e utilizada sem escravos [...]” COSTA apud REIS FILHO (2002, p. 152)

Na verdade, conforme Maria Angela D’Incao (1989) e Angela de Almeida (1987), o século XIX virá assistir, como modelo de *modernidade*, ao lado dos ideais do liberalismo e da revolução industrial, a chegada da idéia da *família nuclear burguesa* — embora essa idéia tenha chegado e encontrado a mesma sociedade colonial, formalmente independente, baseada no latifúndio exportador cuja mola propulsora era ainda o trabalho escravo.

Mesmo que o *aburguesamento* das famílias tenha constituído, inicialmente, em uma espécie de verniz superficial (ALMEIDA, 1987, p. 63), tendo atingido parte dos hábitos das elites urbanas, mas mantendo a essência da família patriarcal, não é entretanto motivo pra que a terminologia *burguês* seja evitada, uma vez que é parte de um contexto histórico muito próprio e o qual identifica aquela sociedade com seus hábitos e ideais de modernidade.

E parece que efetivamente alcançar os ideais de *modernidade* era do que se ocupava a sociedade belenense no período da borracha. A “mais florescente de todas as cidades portuárias brasileiras” descrita pelo naturalista Henry Walter Bates (1979, p. 25) em 1848, tinha em suas mãos tornar-se a partir de então o ponto mais estratégico para exportação da borracha, primeiro para a Europa, depois para a América do Norte. A relevância econômica da atividade extrativa da goma elástica amazônica no cenário nacional tem começo na segunda metade do século XIX e se estende, no chamado “ciclo da borracha”, até a 1ª Guerra Mundial (Derenji, 1987, p. 149).

O século XIX foi período de grande expansão urbana para as cidades brasileiras, em particular Belém do Pará, cidade sede do objeto desta pesquisa. De fato, capitais situadas ao Norte como Manaus, Belém e São Luís poderiam não ter sentido tão forte o impacto causado pelas transformações sociais e políticas por que passava o país não fossem os grandes períodos comerciais das drogas-do-sertão<sup>3</sup> (até o século XVIII) e da borracha (fim do século XIX, princípio do XX), os quais permitiram que se concentrasse na Amazônia grande sorte de riquezas provenientes da exportação de tais bens comerciais.

---

<sup>3</sup> **drogas-do-sertão:** nome que recebiam determinadas especiarias extraídas dos interiores da Amazônia (então chamados de “sertão”), as quais, não existentes na Europa, eram em geral coletadas e comercializadas pelos jesuítas, utilizando mão-de-obra indígena. Eram alguns desses produtos: ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha e guaraná. WIKIPEDIA (2007)

Nesse contexto, no Grão-Pará, sobrepõe-se à pequena vila de Santa Maria de Belém um novo centro urbano, uma nova Belém, com características arquitetônicas e urbanísticas muito peculiares, posto que lhe era necessário ser ao mesmo tempo cidade de tradições e vanguarda; de costumes antigos e “modernos”; da arquitetura de pedra e da arquitetura do ferro e azulejo; dos beirais e das platibandas; de velhos sobrados e novos chalés e palacetes povoando a cidade. Nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX, por conta das novas leis implantadas pela Intendência Municipal e pela aplicação do dinheiro que o capital da borracha rendia aos cofres públicos, a cidade, que em 200 anos conhecera apenas os dois tradicionais núcleos da Cidade (atual Cidade Velha) e da Campina, então se reconstrói e se multiplica expandindo-se em grandes novos bairros planejados.

É este contexto social e temporal que este trabalho de pesquisa se propõe a estudar, restringindo o estudo às casas construídas nos bairros da **Cidade Velha** e **Campina**, área de ocupação tradicional da cidade, atualmente tombada pelo poder municipal como **Centro Histórico de Belém**<sup>4</sup>. Portanto, este presente estudo não se estende aos novos bairros então construídos, os quais ainda não eram tidos como *cidade*, e sim como *arredores* ou *subúrbios*, e não possuíam, portanto, de maneira geral, as mesmas características de adensamento, ocupação do lote e volumetria que as casas e áreas residenciais dos bairros tradicionais da cidade — constituindo conseqüentemente um capítulo que necessita ser estudado à parte.

O período escolhido para estudo deve-se sobretudo à ocorrência do período conhecido como “ciclo da borracha” quase em concomitância com o período em que vigoraram as tendências do Ecletismo na arquitetura de Belém, isto é, de meados do século XIX, quando às primeiras fachadas azulejadas da cidade já se misturavam motivos neoclássicos, até aproximadamente o ano de 1920, quando a borracha brasileira perdeu força no mercado internacional.

Deve-se também, porém, ao fato de que há pouca análise arquitetônica sobre a casa belenense e sua história, especialmente durante o XIX, século que praticamente antecede toda a intendência municipal de Antônio Lemos — figura histórica que merece consideração quando se fala sobre a Belém da borracha. De fato, a busca por bibliografia de referência sobre o presente tema torna-se um esforço quase vão quando se trata do Pará, exceto por um número reduzido de publicações sobre arquitetura no estado e no Norte do Brasil e que fazem via de regra um apanhado um tanto abrangente ao tratar da casa.

---

<sup>4</sup> Área de tombamento do Centro Histórico de Belém delimitada pela Lei Municipal nº 7709.

Dessa forma, pretende-se reunir dados já publicados, colocando em diálogo autores que possam contribuir para uma compreensão mais rica da arquitetura e da sociedade belenense à época, seu pensamento e seu modo de vida, no sentido de estabelecer um quadro de referências sobre a arquitetura residencial urbana burguesa no período em estudo, na cidade de Belém, e esclarecer por quais mudanças significativas tal arquitetura teria passado nesse período e o que teria contribuído para essas mudanças.

Será necessário colocar em diálogo autores que tratem da arquitetura residencial brasileira, nortista ou paraense neste período, ao lado de registros visuais da cidade e mesmo obras de ficção literária (análise historiográfica) e de levantamentos de casas belenenses existentes e modificadas ou construídas nesse período de estudo.

Tomou-se, para exemplificar este estudo e discussão historiográfica, um grupo de casas burguesas do mesmo período — reunidas de modo aleatório, conforme a disponibilidade de fontes de pesquisa em levantamentos e inventários consultados em diversas bibliotecas públicas de Belém do Pará — as quais são citadas ao longo do trabalho, à medida que se faz necessário, mas que estão apresentadas com mais cuidado em fichas individuais, em anexo.

Não apenas as inferências que se fez nesta pesquisa pela observação de desenhos, imagens e pela compreensão interpretativa de diversas referências histórico-literárias pesquisadas, algumas interpretações foram também aqui alcançadas com o auxílio de mecanismos de estudo e análise da forma arquitetônica. Os métodos da **Análise Gráfica**, desenvolvido por Flório, Sant'anna, Gallo e Magalhães (2002) e **Análise Sintática**, desenvolvido por Hillier & Hanson. In: Vaughan (1997-98), e os resultados de suas aplicações a algumas das casas aqui apresentadas, foram, entretanto, por opção do autor, omitidos deste trabalho por terem sido considerados de menor expressão para esta pesquisa e por acompanharem uma outra linha de pensamento da que foi aqui desenvolvida.

O primeiro capítulo deste trabalho é um convite a se conhecer a casa belenense por dentro, fazendo-se primeiro uma explanação sobre cada ambiente que a compõe, suas peculiaridades de uso e função e, em seguida, estudando-se o arranjo desses ambientes em planta, tipologia, etapas construtivas, setorização e funcionalidade.

No segundo capítulo, é possível observar as casas do lado de fora, primeiro a partir do aspecto das ruas e edificações, aproveitando-se especialmente as descrições dos muitos viajantes que passaram por Belém naquele tempo, discutindo em seguida a relação da casa com o lote, e a volumetria resultante dessa relação, e logo depois a fachada das casas belenenses e seus elementos decorativos, dando espaço a

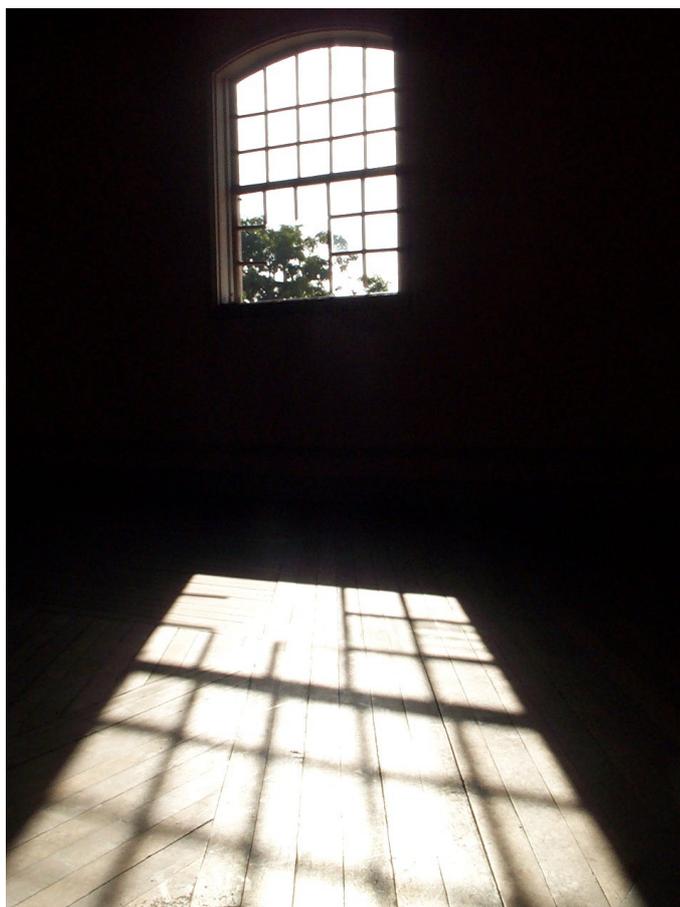
compreender como se manifestaram, na arquitetura residencial belenense, as tendências do ecletismo.

O terceiro capítulo trata sobre edificar e habitar na cidade de Belém no período da borracha, iniciando com um apanhado sobre as leis em vigor na Belém de então e a reação que teriam exercido sobre a forma e aparência que tomavam as casas já no começo do século XX. Em seguida, fala-se sobre materiais e técnicas construtivas utilizados nas construções de casas belenenses. Ao final do capítulo, é feito um breve diálogo entre autores sobre a família e sociedade paraense e brasileira à época, *burguesa* ou não, em questões consideradas relevantes a esta pesquisa.

É importante ressaltar que a carência de bibliografia ampla sobre a arquitetura residencial em Belém, especialmente sobre o século XIX, e também de levantamentos físicos mais detalhados dos imóveis do centro histórico da cidade, aos quais se pudesse reportar, forçou a necessidade de se buscar referência em obras mais abrangentes sobre a arquitetura e sociedade brasileiras e ao mesmo tempo dificultou a manutenção de uma única linha de exposição.

Diante disso, neste trabalho, estes princípios são reunidos e “colocados sobre a mesa”, não cabendo uma tentativa de comprovação sistemática a tudo o que se é apresentado — partindo, porém, quaisquer investigações e especulações de dados aqui mesmo apresentados, os quais julga o autor desta pesquisa terem sido relevantes para compor o quadro que ora é apresentado.

---



**Figura 1** – Janela no sótão do Solar do Barão de Guajará.  
Autor: André Coelho, 2002

---

## **1 A CASA POR DENTRO**

Dentre as diversas maneiras possíveis de se apresentar uma casa, poder-se-ia optar por olhá-la de fora para dentro, falar de sua aparência externa ou volumetria, ou até comentar sua relação com o lote; seria possível estudar-se a composição formal dos ambientes em planta, ou ainda iniciar este estudo de diversas outras maneiras imagináveis.

Seriam, todavia, esforços em vão se primeiro não se conhecesse a casa por dentro, caminhando por ela, conhecendo seus caminhos mais internos — talvez seja essa a maneira mais confortável e clara de apresentá-la e de conhecê-la. Pode-se, assim, tornar uma pequena visita em uma viagem não apenas oportuna, mas também em uma experiência mais proveitosa, mais profunda e sobretudo mais sossegada — à maneira

nortista, naturalmente — no estudo sobre o habitar em uma residência típica da cidade de Belém em fins do século XIX.

Este capítulo procura reunir os cômodos comuns em uma casa belenense no período estudado e apresentá-los, fazendo-se observações sobre seu uso e sobre as características, quem sabe, peculiares de cada um.

### 1.1 Sala de Visitas

— Entre e seja bem-vindo, caro amigo! Não se demore a subir estes degraus e tão logo conhecer a sala de minha casa. Observe estes móveis, como são confortáveis! Estes objetos, como são diferentes! Veja quanta riqueza, quanta tradição, quanta ordem! Veja os retratos de minha família... só mais alguns instantes, e o senhor há de conhecê-los pessoalmente.

Nessa situação hipotética, é imaginável que, ao pronunciar tais palavras, não tenha havido tempo hábil de o dono da casa enviar um recado para sua esposa, pedindo que por favor desse “um jeitinho” na casa, pois receberiam visita. Cá entre nós, isso nem seria necessário.



**Figura 2** – Sala na casa à Ladeira do Castelo, 07/08.  
Autor: André Coelho, 2007

Digamos que a sala, no século XIX e até a primeira metade do XX, não era propriamente o ambiente preferido de **estar** em uma residência. Poucas vezes ficariam os donos da casa surpresos ou embaraçados em receber uma visita porque a casa estivesse, quem sabe, desarrumada. De fato, isso possivelmente não aconteceria, uma vez que era costume manter-se a sala da frente da casa constantemente arrumada e preparada para, entre outros motivos, receber as visitas.

[...] O sonho é sempre um hóspede clandestino e é preciso

(Como bem sabíamos)

Ocultá-lo das visitas

(Que diriam elas, as solenes visitas?)

É preciso ocultá-lo das outras pessoas da casa,

É preciso ocultá-lo dos confessores,

Dos professores,

Até dos Profetas

(Os profetas estão sempre profetizando outras cousas...)

E as casas novas não têm ao menos aqueles longos, intermináveis corredores

Que a Lua vinha às vezes assombrar! QUINTANA (1897, p. 114)

É possível propor a idéia de que a sala da frente — a que se poderia chamar **sala de visitas** ou **sala de receber** — compunha, em conjunto com a fachada da rua, a “**vitrine**” da casa e, assim, não poderia ser espaço de qualquer tipo de desordem, sujeira ou feiúra. Dessa maneira, de portas e janelas abertas, o proprietário de uma casa apresentava à cidade o seu lar e podia exhibir algumas de suas posses, dentre as quais a sua própria família. “Descia o veículo apressadamente. Mulheres todas penteadas e vestidas de roupas claras encostavam-se aos peitoris das janelas, inspecionando a rua com olhares felizes.” CARVALHO (1989, pp. 29-30)

Não havia, entretanto, apenas a vista lançada de fora para dentro da casa, essa que procurava perceber o conteúdo de tal **vitrine**. Havia também o olhar lançado de dentro para fora, que, tal qual a rua, observava enquanto deixava-se observar. Não era por menos que a sala de receber era o principal espaço físico de encontro entre a casa e a rua. Com efeito, o uso da sala, em sua condição de **vitrine**, era enriquecido por essa duplicidade de olhares.

Portas abrem-se agora indolentemente, como se um pouquinho de sono entorpecesse ainda as mãos que as movem sobre os gonzos rangentes. Caras amarrotadas aparecem às janelas descerradas, de longe a longe, desabrocham-se alegres perante aquela frescura matinal da beleza do céu e da aparência festiva da terra. Distribuidores de jornais seguem estrada fora, sobraçando os maços das folhas; param a espaços, curvam-se, introduzem-nas por baixo das portas ou entre as gelosias das casas. Depois seguem adiante, apressados e metódicos, com os mesmos movimentos no desempenho da quotidiana tarefa. CARVALHO (1989, p. 106)

Dessa forma, a **sala de receber** aparece na casa como o principal cômodo com uso ao mesmo tempo privado e público, pois, ainda que em certos momentos fosse ocupado apenas por pessoas da casa, tais pessoas estavam ali com uma intenção social — que percorre aquele conceito da **vitrine**. Note-se na descrição acima que, mesmo com as *caras amarrotadas*, os moradores aparecem à janela e deixam-se observar.



**Figura 3** – Sala na casa à Travessa Campos Sales, 251.  
Autor: André Coelho, 2007

Entretanto, não era a sala o único cômodo da casa belenense que desempenhava alguma função social, visto que mesmo a alcova, a varanda e o quintal eram pontos de contato com visitantes ou com a vizinhança. Por isso mesmo, outros espaços na casa eram preferidos para o **estar** da família, deixando-se a sala separada para receber pessoas e exibir a casa para a via pública.

Perto da esquina, três homens discutiam com ardor em frente à casa de uma prostituta, que assistia da janela à briga dos seus apaixonados.

[...] e o mulato ao mesmo tempo, saltava agilmente pela janela da prostituta, e fechava-lhes com estrépito as gelosias, gritando aos contendores:

– Pois fico eu, seus merdas! CARVALHO (1989, pp. 121-122)

## 1.2 Varanda

Vem de dentro um rumor de pratos e talheres. Alguém põe a mesa. Vovô enrola um último cigarro, ao sereno. Lili vem brincar mais perto da porta. De misteriosas andanças, aponta, à esquina, o cachorro da casa.

“Está na mesa!”

Agora todos se reunirão em torno à sopa fumegante.

E em vão a noite apertará o cerco primitivo. E em vão o antigo Caos, nos confins do horizonte, ficará rondando como um iguanodonte esfomeado...  
QUINTANA (1987. p. 49.)

Tem causado muitas vezes confusão, aos que desconhecem a história da moradia e família paraenses, pensar na **varanda** como um dos ambientes mais imprescindíveis de uma residência em Belém, tanto na vida familiar, quanto na composição da casa em planta. Exatamente por este motivo, deve-se a esta sala chamada **varanda** certo destaque entre os demais cômodos da casa.



**Figura 4** - Varanda da casa à rua Doutor Assis, 337.  
Autor: André Coelho, 2007

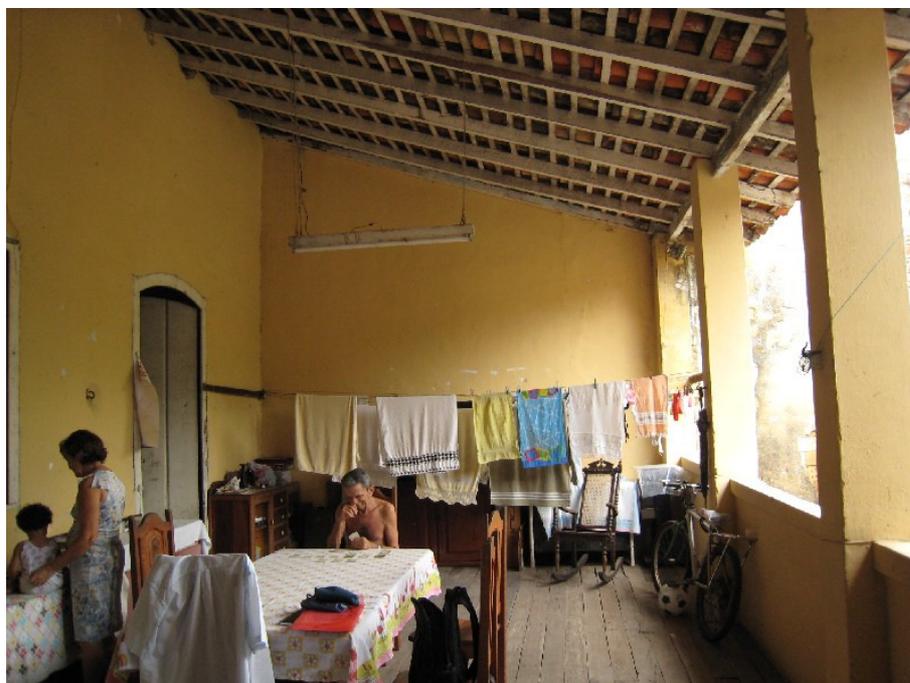
Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que, em algumas regiões do Brasil, a varanda não é necessariamente um espaço avarandado, isto é, sem paredes ou com uma cobertura independente “puxada” para fora do corpo da casa, como uma espécie de sacada ou alpendre. Tal como explicita Ferreira (1999, p. 2047), o conceito de **varanda**

na Amazônia, Maranhão e Sul do Brasil definia um espaço a que hoje possivelmente chamaríamos **sala de jantar** ou mesmo **copa**.

Todavia são esses conceitos ainda insuficientes para indicar por exemplo que a **varanda** era, não apenas uma sala de refeições, onde se comia, mas a sala preferida para se **estar** em uma residência, o ambiente preferido para convivência entre os moradores.

Quanto à divisão interna daquelas pitorescas casas de campo, obedeciam a um traçado uniforme: espaçosos quartos e varanda ampla e disposta de modo a receber constante ventilação, servindo de sala de jantar e onde as famílias reuniam-se comumente para os serões. CRUZ (1971, p. 202)

De fato, a varanda era um dos principais espaços de **convivência** na casa, uma vez que a sala da frente permaneceria “reservada” para se **receber** pessoas de maneira especial. Talvez seja por esse motivo que Reis Filho (2002) procure traduzir o termo **varanda** como **sala de viver** (pp. 29, 39), afinal esse era o lugar na casa onde por muitas horas a família podia se encontrar para conversar, comer, colocar as atividades de casa em dia, fumar furtivamente um cigarro ou simplesmente rabiscar a mesa.



**Figura 5** – Varanda da casa à rua Doutor Assis, 337.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 6** – Trecho da varanda da casa à rua Doutor Assis, 414.  
Autor: André Coelho, 2007

Os trechos citados a seguir foram retirados do romance *Hortência*, de Marques de Carvalho (1989), editado pela primeira vez em 1888, em Belém, época e lugar em que se passa a história.

Subiu Cláudio dois degraus duma escada exterior de madeira, atravessou um curto corredor estreito, chegou à casa de jantar, à varanda. Atirou com o chapéu para cima da mesa de pinho, sem verniz, amarelada, manchada, cheia de riscos a lápis, esboços de figuras de homens e animais, assinaturas incertas e trêmulas de pulso mal adestrado em caligrafia. E foi à alcova [...]. (p. 31)

Minutos depois, saiu do quarto, mais bonita [...].

Encontrou a mãe na varanda, tirando roupas sujas de um saco de grossa lona ordinária. (p. 45)

À noite, mal escureceu, Hortência e Maria recolheram-se aos seus quartos a fim de se prepararem para o espetáculo. O Lourenço, todo vestido de branco, calçando lustrosas botas de rangedeira, ficou na varanda, a fumar. (pp. 71-72)

Nessa noite, reuniram-se todos na varanda: Maria, Lourenço e Hortência. (p. 115)

O filho dos incestuosos irmãos da estrada da Constituição completara, naquele dia, o seu terceiro aniversário. Havia festa em casa, portal motivo. Na varanda, em ruidoso convívio alegre e franco, reuniram-se os três moradores e alguns vizinhos e amigos dos mais íntimos [...]. No meio da varanda, que dois candeeiros pendentes do teto alumiam, erguia-se a mesa, já preparada para o bródio, rescendente a refogados gostosos, entre ramos de flores fincados em pequenos jarros de louça ordinária, sobre a grossa toalha cuidadosamente lavada. As iguarias fumegavam, convidando os circunstantes, e no chão, a um canto da sala, estendiam-se disparatadamente na terra batida numerosas garrafas de cerveja e botijas de genebra vazias. [...]

Levantaram-se todos, e as cadeiras foram arrastadas para junto da mesa, em redor da qual sentaram-se os folgazões convivas. CARVALHO (1989, pp. 165-166)



**Figura 7** – Varanda e corredor na casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007

Reis Filho (2002), ao falar da casa brasileira anterior a 1900, também se refere à varanda como **sala de almoço** e cita este ambiente como uma herança da casa brasileira tipicamente *colonial*, porém restringe sua ocorrência a esta época.

Ao mesmo tempo conservava-se, em grande parte, a destinação geral dos compartimentos. [...] Dispunham-se os quartos em torno de um corredor ou sala de almoço (varanda), na parte central, ficando a cozinha e banheiro ao fundo. REIS FILHO (2002, p. 46)

Igualmente Veríssimo e Bittar (1999) comentam que até princípios do século XIX existia a **sala de viver colonial** (p. 117), que aos poucos se separou da **cozinha**. Os

autores afirmam, entretanto, que, com o advento do Eclétismo na arquitetura, esta **sala de viver** teria sido *abolida* das casas de classe média.

Com a chegada da Família Real, em 1808, importam-se novos hábitos sociais, valorizando-se o receber. Gradativamente, principalmente em núcleos urbanos mais desenvolvidos, a sala de viver colonial desloca-se do setor de serviço, agregando-se à sala principal, separando-se da área de preparo dos alimentos, ainda inteiramente operada por mão-de-obra escrava.

[...] Com o gosto eclético, na virada do século, a sala de viver é abolida nas casas da classe média, transformada em salas de jantar, enquanto nos palacetes se associa à cozinha como copa ou sala de almoço, aposento destinado a refeições mais íntimas e informais. VERÍSSIMO E BITTAR (1999. p. 117).

Todavia a **sala de viver** ou **varanda** subsistirá e assumirá uma posição privilegiada na hierarquia da distribuição espacial da casa belenense, de forma que todos os demais cômodos irão se distribuir, ou em torno dessa sala, ou ao longo de corredores que a ela conduzem.<sup>5</sup>

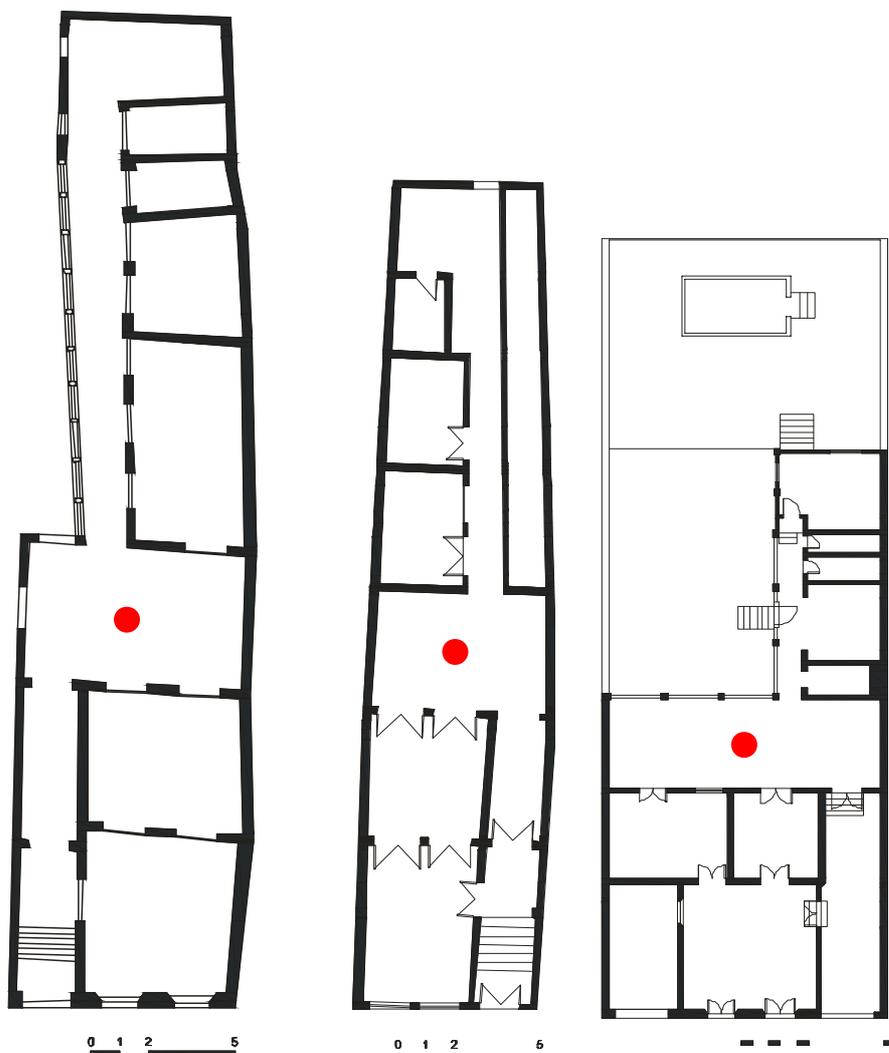


**Figura 8** – Possível varanda, atualmente utilizada como depósito, na casa ao boulevard Castilho França, 56.  
Autor: André Coelho, 2007

---

<sup>5</sup> Tal distribuição espacial e a nomenclatura **varanda** foram muito bem difundidas na arquitetura residencial da cidade de Belém — mesmo, e talvez especialmente entre as famílias de classe média e de comerciantes — desde o século XIX, de quando se tem os registros aqui citados, até há poucas décadas (depoimentos verbais), no terceiro quartel do século XX.

As imagens a seguir são croquis e plantas de algumas casas ainda hoje existentes na cidade de Belém, nos quais é possível perceber tal posição de hierarquia ocupada pela **varanda**.



**Figura 9** – Casa à rua Alenquer, 168.  
Fonte: MOISÉS, MORAES e SANTOS, 2002.

**Figura 10** – Casa à travessa Campos Sales, 553.  
Fonte: GALEGO, 1997.

**Figura 11** – Casa à rua Dr. Assis, 337.  
Fonte: SANTIAGO e BOULHOSA, 2003.

### 1.3 Alcova e Quartos

“Também aqui podemos evoluir da sombria e abafada alcova colonial, com urinóis e jarras como banheiro, aos aposentos do século XIX, de requintado mobiliário [...]”. VERÍSSIMO E BITTAR (1999. p. 88).

Primeiramente convém esclarecer que, diferente do que permitem compreender autores como Veríssimo e Bittar, a **alcova** não foi um aposento característico apenas do período colonial e tampouco foi substituída no século XIX por outro tipo de aposento. Na arquitetura residencial belenense, por exemplo, a **alcova** foi uma espécie de **quarto** ainda amplamente utilizada até o princípio do século XX, pois desempenhava uma função muito específica e considerável na distribuição do espaço da casa.

**Alcova** e **quarto** são, destarte, — em vez de fases de um mesmo processo “*evolutivo*” — gêneros de dormitório contemporâneos na Belém da borracha, mas que convivem dentro da casa em valores e funções hierarquicamente bastante diferenciados entre si.

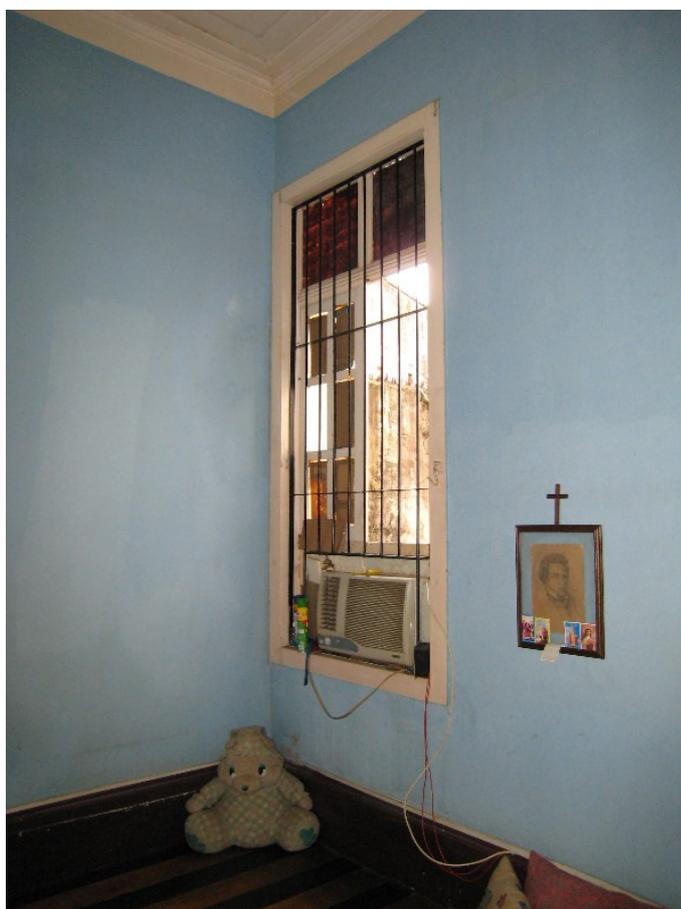


**Figura 12** – Vista, de dentro para fora, de um dos quartos do Solar do Barão de Guajará.  
Autor: André Coelho, 2002

Em geral, o termo **alcova** refere-se a um “pequeno quarto de dormir; esconderijo” FIGUEIREDO (1899), ou “pequeno quarto de dormir situado no interior da casa, sem aberturas para o exterior; recâmara.” FERREIRA (1999, p. 89)

**Alcova** – [...] Através da língua andaluza passou a designar “compartimento da casa” e especialmente o dormitório. Hoje em dia quer dizer pequeno quarto. Local reservado para o leito. Vulgarmente, entende-se, no Brasil, por alcova todo dormitório situado no interior das residências, sem janelas para o exterior. Nas construções mais importantes do século XIX eram as alcovas iluminadas, durante o dia, por portas envidraçadas que davam acesso a cômodos com luz direta. [...] Alcoba. CORONA e LEMOS (1972. pp. 28-29)

Entretanto, a noção popular de **alcova** alcançou, no norte do Brasil, características um pouco diferentes: não se tratava necessariamente de um quarto pequeno, desprovido de janelas e utilizado apenas para dormir. Segundo relatos orais<sup>6</sup>, havia alcovas com janelas. As casas ainda hoje remanescentes da virada do século XX demonstram que havia também grandes alcovas.



**Figura 13** – Interior da alcova na casa à Rua Doutor Assis, 414.  
Autor: André Coelho, 2007

---

<sup>6</sup> Informações verbais cedidas por Edilson Coelho e por Rísia Coelho, que em suas infâncias moraram em casas de partido semelhante à casa com *puxado*, de que se tratará ainda neste capítulo.

Às 10 horas da noite, quando o sino de Sant'Ana dobrava o aragão, recolhiam-se todos aos respectivos aposentos, Maria entrava na sua pequena alcova. Hortência ia para o seu quarto e Lourenço, quando ficava em casa, ocupava o segundo quarto, entre o da irmã e a cozinha.

[...] Fora esse, inalteravelmente, o viver dos três no período de dois anos. (CARVALHO, 1989. p. 70)

Na recriação da realidade belenense, demonstrada acima no trecho do romance Hortência, do naturalista Marques de Carvalho, a **alcova** vem a ser o aposento da dona da casa. De fato, há via de regra apenas uma **alcova** em cada residência, utilizada como quarto do casal ou do dono da casa e situada em posição estratégica e privilegiada — mais próxima da porta de entrada que os demais quartos e muitas das vezes contígua à varanda.

Os **quartos** são os aposentos dos filhos, hóspedes e demais pessoas que habitam a casa e são arranjados em posição mais secundária, aos fundos, normalmente entre a varanda e a cozinha.

À meia-noite, achava-se Lourenço recolhido ao quarto que costumava ocupar quando dormia em casa. Era uma pequena peça desprovida de móveis, entre o quarto de Hortência e a cozinha. Apenas uma rede estendia-se armada em frente à porta.

[...] Ouviu-o Hortência no quarto contíguo e, assustada, julgando o irmão doente, perguntou-lhe:

– Tens alguma coisa, Lourenço? CARVALHO (1989. p. 78-79)

Ainda que representem gêneros um tanto diferenciados de dormitórios, a **alcova** e o **quarto** mantêm as características físicas que os diferenciam um do outro — na maioria dos casos, a presença ou não de janelas — e são utilizados pelos moradores de maneira muito semelhante, como dormitórios, e com pouco mobiliário, incluindo obrigatoriamente não uma cama, como de costume em outras regiões do Brasil, mas uma rede.

Espreitou... sentindo em cheio no rosto o acre e abafado calor do aposento, cujas portas achavam-se fechadas, sem dar passagem ao ar exterior.

[...] deu mais alguns passos, e deteve-se de súbito, levando a mão direto ao peito, amarrotando a lapela do paletó de lustrim: ao fundo da alcova, dentro da rede armada a um canto, fizera-se um ruído [...].

Olhou em torno de si. Reconheceu o quarto, verificou, num relance, os poucos objetos que havia no exíguo aposento. Entreviu na cantoneira o pequeno São José perfilado junto ao espelho [...]

Lourenço, abeberado de prazer, dormia pesadamente a seu lado, na mesma rede, ressonando com força. [...]

[...] reunira toda a roupa de que precisava. Ia sair com a trouxa à cabeça, quando lembrou-se de algumas poucas jóias que possuía no fundo de um baú, ao canto do aposento. CARVALHO (1989. pp. 32, 65, 124, 140)



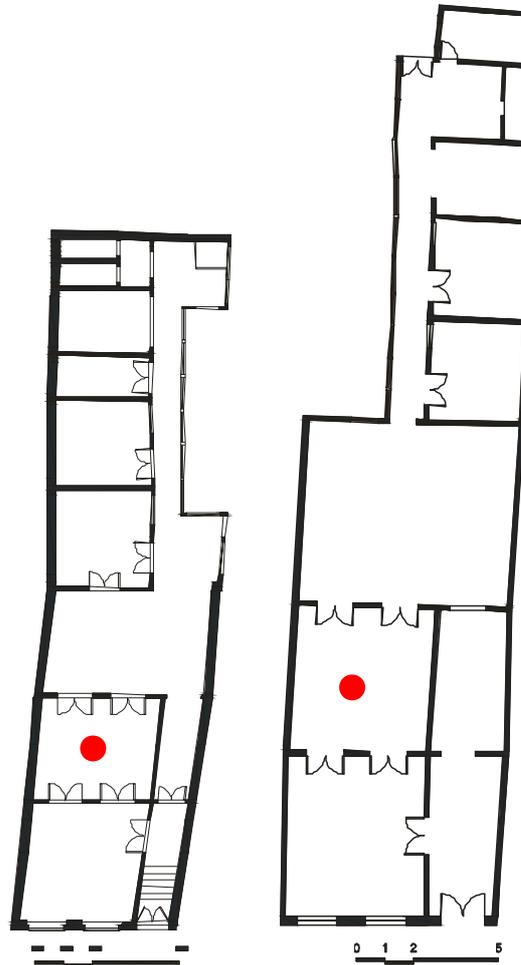
**Figura 14** – Interior de um quarto na casa à Travessa Campos Sales, 251.  
Autor: André Coelho, 2007

A **alcova**, embora tenha permanecido no uso do belenense, não deixou de ser um ambiente muitas vezes pequeno e sem janelas e, portanto, pouco iluminado, quente e abafado.

Essa alcova geralmente é um aposento de forma quadrangular, dotado de porta voltada ocasionalmente para a circulação principal, sem janelas [...]. Raramente apresenta grandes dimensões, restringindo-se às necessárias ao repouso e à oração, com escasso e tosco mobiliário, normalmente compreendido, nos primeiros tempos, por cama, aparador e uma cadeira dispostos pelos cantos. Poucas vezes existe um armário ou guarda-roupa, substituído eventualmente por baús ou canastras, depositários da pouca indumentária disponível, decorrente da contida vida social. VERÍSSIMO E BITTAR (1999. p. 90)

Entretanto, sua posição no arranjo dos ambientes em diversas casas, como nas plantas mostradas a seguir, parece denotar uma preocupação em se manter o status de

que aqueles são os aposentos do dono da casa, ou do casal — a presença de mais de uma porta em certas alcovas (algumas chegando a apresentar até 4 portas) ratifica tal idéia.



**Figura 15** – Casa à rua Riachuelo, 270  
Fonte: MAGALHÃES, SAMPAIO E KARLA, 2001.

**Figura 16** – Casa à travessa Benjamin Constant, 506  
Fonte: TRINDADE, BRAGA e LIMA, 2001.

Não apenas isso, mas a posição privilegiada e aparentemente estratégica da alcova em muitas plantas (ao lado da varanda) sugere também a necessidade de se garantir certo controle, pelo menos visual, sobre a casa, por parte do dono da casa: dali da varanda se vê todo o prédio, e de qualquer ponto do prédio se vê a varanda; ela é o elemento centralizador da circulação e dos olhares, e é filtro para as pessoas que entram no edifício.

Como no Panóptico<sup>7</sup> de Bentham, citado por Foucault (1983), uma estrutura social de poder é mantida por meio do elemento arquitetônico. A alcova está junto à varanda e à sala de visitas, portanto proporciona acesso rápido a toda a casa, além de ser o único “quarto” que enxerga a rua (pois de janelas abertas a sala de visitas torna-se visualmente permeável).

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. [...] O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente.

[...] que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce.

Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seus princípios [...] numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. FOUCAULT (1983. pp. 177-178)

A posição da alcova, portanto, não apenas inspira status, mas alimenta um sistema no qual o dono da casa, ou casal, está no centro do *anel* e assim facilmente observa e dirige o funcionamento daquela célula familiar; no qual há empregados atendendo às ordens superiores; no qual os filhos e filhas são constantemente vigiados e possuem liberdade restrita.

A arquitetura impõe-se, dessa forma, como instrumento de manutenção de uma estrutura familiar consolidada e que necessita ser mantida por estar de acordo com uma estrutura social muito maior a qual, mesmo tendo contemplado diversas mudanças durante o século XIX, traz ainda fortes traços das relações familiares e sociais do Brasil colônia.

Finalmente, um dos benefícios advindos da forma e posição com que a alcova se apresentava em certas casas está ainda na flexibilidade de torná-la parte de um grande salão, que poderia ser especialmente usado em dias de festa: arrumavam-se os móveis da alcova e da varanda, abriam-se as portas que os interligavam à sala e de repente tinha-se ali um grande salão de festas, com três espaços distintos, tanto para receber os convidados quanto para servir-se o jantar.

Visto que certas casas apresentam ainda uma segunda ou terceira alcova, menor e em posição de menos destaque, por vezes junto à cozinha, torna-se difícil considerar a

---

<sup>7</sup> Uma prisão teoricamente perfeita na qual, por meio da forma do edifício, uma estrutura hierárquica de poder e opressão poderia ser mantida. Consistia em um edifício em forma de anel (as celas) com uma torre ao centro (vigilância).

possibilidade de uma relação “mais portas, mais status” ou “menos janelas, mais status”. Discutir essa relação exigiria um aprofundamento muito maior neste estudo tipológico.

De qualquer modo, tem-se na alcova um cômodo o qual, apesar do inconveniente de não apresentar janelas, sustenta uma posição de destaque em planta e no funcionamento da casa.

As janelas, normalmente ausentes nas **alcovas**, eram comuns nos **quartos**. Exceto esse diferencial e o fato de que os quartos eram habitados pelos filhos e hóspedes, e não pelo dono da casa ou casal, havia muita semelhança de uso e mobiliário entre **quarto e alcova**.

O quarto de Hortência acusava a mesma pobreza de mobília que se notava na sala: possuía apenas um baú [...] e uma rede de fios azuis e brancos. Era o primeiro da puxada, junto à varanda. Pelas paredes, figuras de mulheres e crianças recortadas dos jornais de modas estavam pregadas a goma. [...] O chão, muito lavado e limpo, tinha a cor sombria e severa do acapu, relevado pela brancura das paredes. Além da porta, esse quarto possuía uma janela de grossas portas pesadas, com pintura verde, cheias de adições pequenas, de frases começadas e interrompidas e de desenhos indecisos de objetos comuns. [...] Respirava-se conforto e tranqüilidade naquele pequeno aposento de jovem mulata pobre...

[...] Um largo raio de sol passava pela janela aberta, iluminava todo o quarto, esbatia-se na parede principal do aposento, dando enorme claridade a uma pequena gravura [...] CARVALHO (1989. p. 43-44)

Muitas vezes, tais janelas abriam-se, não para fora da casa, mas para grandes corredores laterais, verdadeiras espinhas dorsais das casas, os quais eram como que alpendres abertos ou ladeados de janelas, o que durante o dia ou a noite garantia iluminação e aeração para o conforto dos moradores, e, durante as chuvas, abundantes na cidade, assegurava a eles de igual modo a proteção.



**Figura 17** – Corredor e quarto na casa à travessa Frutuoso Guimarães, 251.  
Autor: André Coelho, 2007

Dessa forma, um quarto que possuísse, mesmo que apenas uma única janela, e esta abrindo para o corredor, ainda assim não seria um cômodo tão desprivilegiado de conforto luminoso e térmico, uma vez que não tomaria o sol diretamente em suas paredes externas (menos aquecimento) e receberia considerável aeração, permitida pelo corredor aberto para o exterior.

Não pôde mais conter-se: chegara ao extremo das forças. Ergueu-se de salto, a tremer como um assassino assustado, nervoso e pertinaz em seguir o seu pensamento. Vestiu uma camisa que pendurara de um prego e saiu.

[...] empurrou de mansinho a janela do quarto de Hortência. A madeira estalou, porém não cedeu. Foi à porta e empregou o mesmo esforço. Baldada tentativa. Então, batendo com os dedos na grossa madeira, disse em voz baixa, muito trêmula e demudada:

– Hortência!... Hortên... cia!... CARVALHO (1989. pp. 80-81)



**Figura 18** – Corredor de quartos, ladeado de janelas para um vão de iluminação/ventilação, no segundo pavimento do Solar do Barão de Guajará.  
Autor: André Coelho, 2002

#### 1.4 Cozinha, quintal e latrina

O setor de serviços da casa era composto por cozinha e quintal. Não muito diferente do restante do Brasil, era ali que mulheres, crianças e empregados passavam uma boa parte do tempo durante o dia, tomando um ar, distraíndo-se ou cuidando das atividades domésticas, desde a preparação dos alimentos até a lavagem de louça e roupas.

No dia seguinte [...], estava a velha mulata Maria lavando uma camisa no quintal, quando a Hortência foi ter com ela, vindo da sala com um exemplar do Diário do Gran-Pará.

– Ouça, nhá mãe, ouça que boa coisa! Exclamou ela batendo num ombro da velha.

Ela levantou a cabeça, ergueu o corpo, estendendo os braços, de onde escorria a água de sabão, fazendo um suave ruído na tina: – ‘Que é?’ [...]

O amargor que sentia no paladar formava-lhe uma saliva grossa na boca; e parecia-lhe andar no ambiente do quarto um cheiro inominado, estranho, uma como exalação de escamas de tainha, um *pitiú*<sup>8</sup> insofrível.

---

<sup>8</sup> **Pitiú** [Do tupi.] Substantivo masculino. 1. Bras. Amaz. Cheiro forte, característico do peixe; cheiro de maresia: *Fiquei com as mãos que é só pitiú, de limpar os peixes.* [Var.: pitium, pituí.]. FERREIRA (2004)

Ergue-se às pressas, cuspinhando muito, e vestiu-se rapidamente, desejando sair para beber o ar livre da manhã nascente, no quintal.

Veio para fora; mal, porém, ultrapassara o limiar da porta, gorgolejou-lhe a garganta [...]. CARVALHO (1989. pp. 41, 126)

Contam Bittar e Veríssimo (1999. p. 109) que, ainda durante o período colonial, a cozinha foi deslocada pelos lusitanos para os fundos da casa, para melhor adaptação climática do edifício, “deixando a última parede para apoiar a chaminé do fogão, liberando a casa para uma satisfatória ventilação.”



**Figura 19** – Cozinha próxima ao quintal, na casa à travessa Frutuoso Guimarães, 615.  
Autor: André Coelho, 2007

Afirmam também que é a maior presença da mulher “civilizada” (empregada ou dona-de-casa), após a abolição da escravatura, que vai trazer notáveis modificações ao espaço da cozinha. Temo-lo, portanto, à entrada do século XX, já não tão isolado da casa como em partidos anteriores, mas colocado aos fundos, junto ao quintal, porém dentro do edifício — tal qual é comum nas casas belenenses.

A cozinha vai ocupar seu lugar determinado no organograma das novas casas. [...] com acesso fácil à sala de jantar das casas mais ricas ou à copa das casas da classe média.

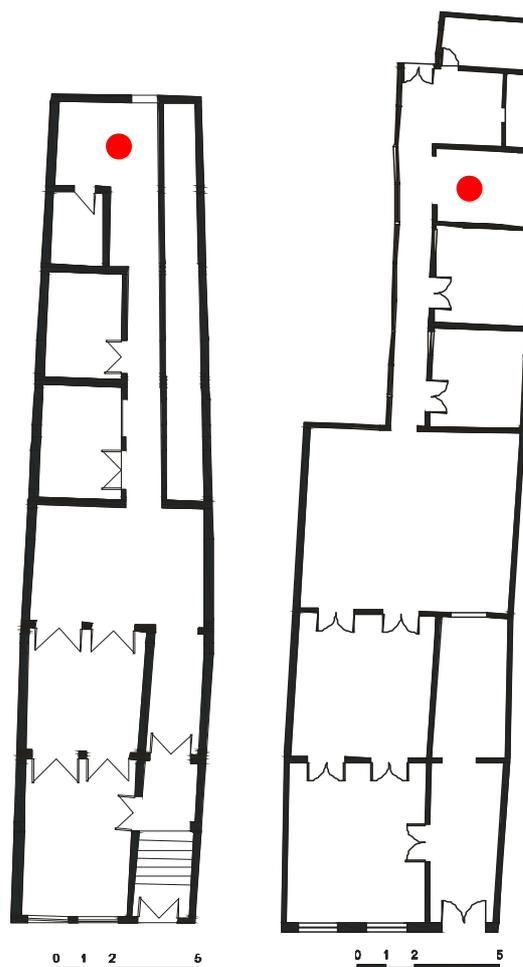
[...] Mais uma vez é a presença da mulher que determina mudanças representativas na melhoria dos interiores. Assim como nos banheiros, os pisos decorados começam a se fazer presentes em ladrilhos hidráulicos, no princípio do século... BITTAR E VERÍSSIMO (1999. p. 112)



**Figura 20** – Quintal da casa com acesso à cozinha por uma escada lateral, à rua Doutor Assis, 337.  
Autor: André Coelho, 2007

O quintal, durante o dia, funcionava como uma extensão da casa e, bem assim, da cozinha, à qual estava ligado comumente por porta e janela. Nessa janela — costume que até hoje permanece em muitas casas do interior do estado do Pará — era muitas vezes construído o jirau, um estrado de madeira suspenso, que ia de dentro para fora da casa, e que servia tanto para apoiar a louça já utilizada quanto para lavá-la; era inclinado de modo que a água servida fosse despejada no quintal, dispensando a necessidade de tubulação de esgotos — serviço de fato inexistente em grande parte dos bairros de Belém àquela época.

Lembrou-se duma casinha de paredes sem cal e teto de palha seca, em uma larga estrada de arrabalde, onde a viração roborante das tardes calmas espalhava em grato eflúvio de pétalas de rosas desfolhadas pelos ardentes dedos do sol por cima das verdes relvas palpitantes, em ricos jardins de cômodas habitações burguesas. Fora bem feliz ali, noutros tempos, e, seu pequenino quintal muito risonho e bem varrido [...]. CARVALHO (1989, p. 163)



**Figura 21** – Casa à travessa Campos Sales, 553.  
Fonte: GALEGO, 1997.

**Figura 22** – Casa à travessa Benjamin Constant, 506.  
Fonte: TRINDADE, BRAGA e LIMA, 2001.

Enquanto a varanda foi talvez o mais espaço de mais intensa convivência familiar na casa belenense, quem sabe o quintal tenha sido inevitavelmente o espaço de mais intensa convivência da família com a vizinhança contígua. De uma maneira hoje curiosa, embora fosse um ambiente de serviço, o quintal era também lugar de convivência social, visto que ali se cuidava da lavagem e secagem de roupas e louça, mas era ali onde também brincavam as crianças e onde colocavam as donas-de-casa seus assuntos em dia.

Uma ocasião, num domingo à tarde, achavam-se reunidos no quintal a família toda e quatro vizinhas velhas. [...]

As inquilinas das duas casas contíguas haviam ouvido o barulho da alteração, de manhã. Antes da hora do costume, apresentaram-se no quintal de Maria, com grandes curiosidades patenteadas em suas rígidas fisionomias, de olhares brilhantes e pequeninos sorrisos conquistadores de simpáticas franquezas. CARVALHO (1989, pp. 98, 131)



**Figura 23** – Quintal da casa à travessa Frutuoso Guimarães, 615.  
Autor: André Coelho, 2007

Além da convivência social e dos afazeres domésticos ali realizados, era ainda no quintal onde se encontrava também a latrina (ambiente do qual pouco se sabe, por ter ele sido há décadas praticamente abolido das casas em Belém), normalmente em uma construção independente de madeira, aos fundos do terreno.

– Tu te alembra daquela noite de São João... quando estava na rede comigo... e ele chegou sem ninguém esperar ele... e tu correste... muito depressa... e foste t'esconder... na latrina?... Ah! ah! ah! Que pagode! na latrina!...  
CARVALHO (1989, p. 34)

## **1.5 O arranjo dos ambientes: a casa com *puxado* e outros tipos**

### **1.5.1 Tipos e adequação climática**

É certo que não havia propriamente um rigor de uniformidade na planta das casas belenenses à entrada do século XX, e, ante o *boom* gerado pela economia da borracha, era mesmo natural a diversificação. No entanto, a bem-sucedida experiência do sobrado português, adaptado ainda no período colonial ao clima quente e úmido da Amazônia, viria impor-se, à revelia das novas modas estilísticas e do poder governante, e determinar algumas tendências para as edificações fim-de-século.

Conservava-se, em grande parte, a destinação geral dos compartimentos. A parte fronteira [...] era reservada para as salas de visitas. Disponham-se os quartos em torno de um corredor ou sala de almoço (varanda), na parte central, ficando cozinha e banheiro ao fundo. REIS FILHO (2002, p. 46)

A disposição dos ambientes em torno da varanda foi bem usual no traçado dessa época, tenha sido ao longo de corredores ou num arranjo um pouco mais concêntrico. Tal intenção foi muito praticada — vide as diversas plantas já mostradas anteriormente, que representam um percentual muito significativo da arquitetura residencial remanescente em Belém do Pará.

No meio da estrada da Constituição, numa pobre choupana de barro nu e teto de palha seca – choupana de pequena sala apenas mobiliada por quatro ou seis cadeiras velhas, desvernizadas e desconjuntadas, uma espécie de alcova acanhadíssima, uma varanda, dois quartos e uma cozinha, seguida de apoucado quintal sem árvores, apenas ocupado ao fundo por uma fina latrina independente – vivia uma dessas famílias de mulatas pobre, formada por três membros: mãe, filho e filha. CARVALHO (1989, p. 39)

Embora houvesse outros arranjos, os ambientes eram naturalmente os mesmos, e isto não apenas em Belém do Pará. O depoimento a seguir, de uma senhora maranhense, mostra uma utilização da sala de visitas, alcova e varanda semelhante ao costume paraense, o que leva a crer que tais denominações e usos dos ambientes tenham sido comuns em uma parte grande da região amazônica, incluindo mesmo o estado do Maranhão.

Por dentro, a casa de dona Terezinha é o retrato de como a elite vivia no Maranhão de antigamente. Na entrada, está a sala de visitas. [...].

Ao lado da sala, fica a alcova até hoje chamam-se assim os quartos de casal.

[...] Curioso é que o quarto dali, como o de toda casa rica de São Luís, dá para a sala íntima, mas não tem portas.

Não havia portas dentro de casa.. Só biombos., conta a religiosa Terezinha. Na sua casa tem varanda, mas não a que se conhece no sul: é interna e dá para o quintal. MAGNO (2007)

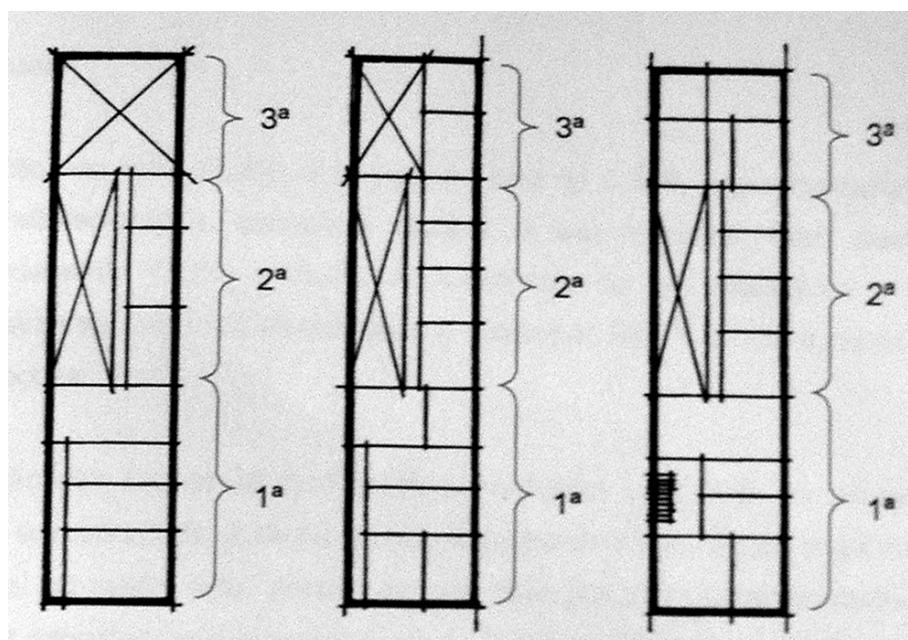
Um esquema muito praticado na capital do Pará foi o estudado por Hidaka (2000), o qual aqui será tratado como **casa com puxado**. Esse esquema foi considerado pela autora como o tipo-base da habitação civil não excepcional em Belém. Apóia-se no conceito de Caniggia e Maffei (apud HIDAKA, 2000, p. 136), segundo os quais "...[o tipo-base] indica um tipo de edifício que, por ser destinado à residência familiar da maioria, é o tipo que conforma, em uma determinada época e lugar, a maioria dos edifícios de determinado conjunto...".

A autora identifica na casa belenense alguns tipos que se repetem para compor grande parte dos arranjos. Em seu estudo, a ocupação do lote é caracterizada por uma "evolução de acréscimos e parcelamento de cômodos" determinada pelas dimensões do lote e pela demanda do programa de necessidades, em partidos em "I", "L" ou "C", no alinhamento das vias (p. 136).

Assim, Hidaka denomina **corpo principal** à porção frontal da casa e **puxado** à sua porção posterior, construída em um segundo momento, identificando às vezes um **pós-puxado** construído, em tese, em momento ainda posterior:

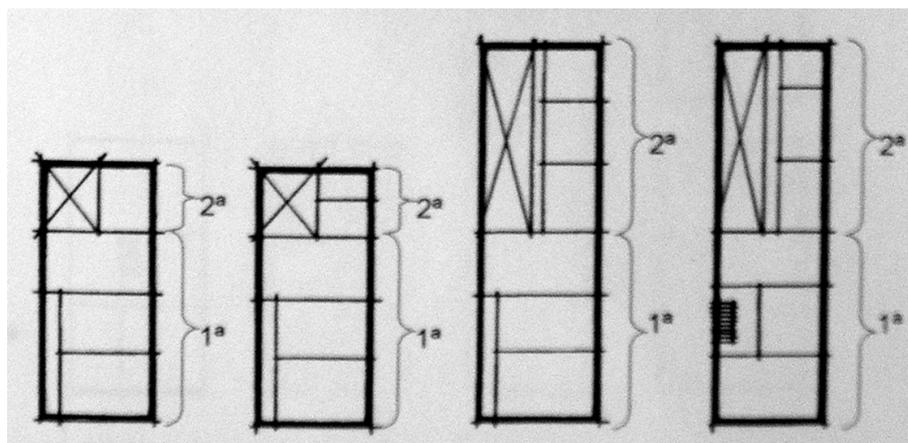
**O 1º Tipo:** Concluiu-se que o tipo base da habitação civil não excepcional no C.H.B.<sup>9</sup> evolui até um esquema que se estrutura em 03 (três) partes distintas, as quais chamamos neste trabalho de **Corpo Principal** (1ª), **Puxado** (2ª) e **Pós-Puxado** (3ª), em lotes retangulares de profundidade acentuada.

**O 2º Tipo:** Observou-se ainda a existência de um esquema anterior ao tipo mais evoluído, estruturado em duas partes apenas, de **Corpo Principal** (1ª) e **mescla de Puxado e Pós-Puxado** (2ª), em lotes retangulares, onde o comprimento se aproxima da largura. HIDAKA (2000, pp. 137-138)



**Figura 24** – "O 1º tipo evoluído conforma-se em três partes distintas. (esquemas planta baixa)"  
Fonte: HIDAKA, 2000.

<sup>9</sup> Centro Histórico de Belém



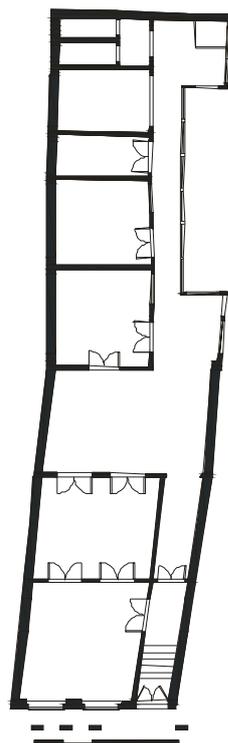
**Figura 25** – "O 2º tipo evoluído conforma-se em duas partes distintas. (esquemas planta baixa)"  
 Fonte: HIDAKA, 2000.

O termo *puxado*, ou *puxada*, já havia sido utilizado mais de cem anos antes pelo próprio intendente do Município de Belém, Antônio José de Lemos, para identificar aquela mesma porção da casa. Lemos condenava com veemência a construção de edifícios nesses antigos padrões estabelecidos com o tempo e criticou em seus relatórios quase anuais o fato de que casas como aquela continuavam a ser construídas todos os dias.

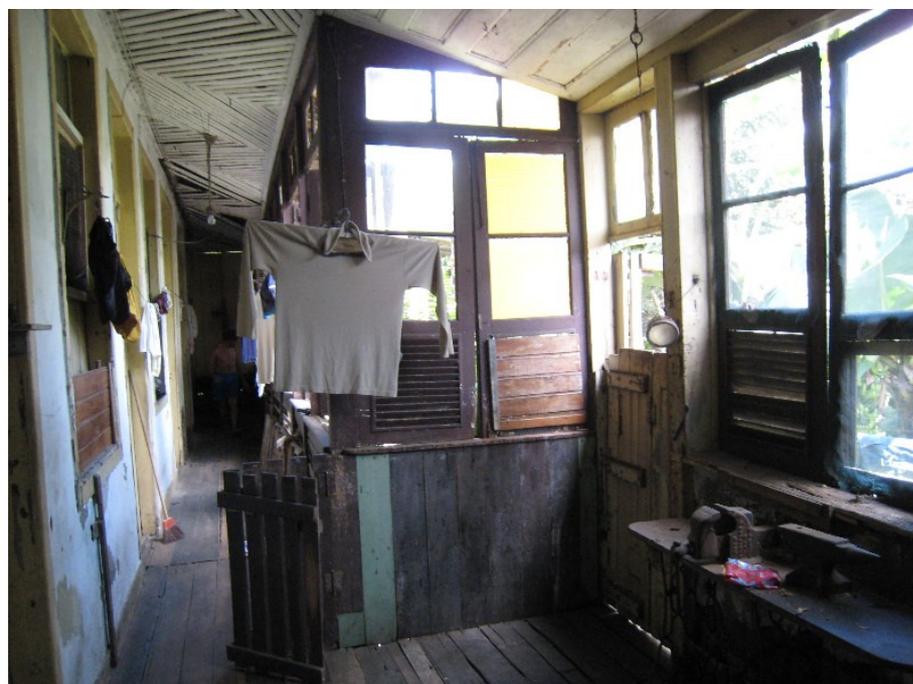
"...traçados [os prédios] por um só plano comum possuem a célebre *puxada*, cuja disposição é quase invariavelmente a mesma na monótona sucessão dos vários aposentos. Raro nos é dado encontrar, na capital e subúrbios, uma casa diferente desse plano feio e antihigiênico... [...] tais aleijões surgem, não raro, mesmo em ruas bem centrais." BELÉM, Intendente. apud DERENJI (1998, p. 100)

Mas era de fato este elemento, conhecido como *puxado*, construído em momento posterior ao *corpo principal* da casa, como afirma Hidaka? Não se pode negar que o *puxado*, tal como executado nestas casas em Belém, era também um recurso que conferia ao edifício e aos moradores, dentro da realidade dos lotes compridos e estreitos da cidade de Belém, uma maior qualidade de conforto ambiental.

Tal ganho de conforto era conferido ao *puxado* pela seqüência de aberturas existente entre o corredor e o prisma lateral — este chamado popularmente de *xarão*, ou *xagão*, vão que em geral se estende, em paralelo ao corredor, até o quintal, ou se encerra no *pós-puxado* (ver imagem a seguir). Dessa forma, varanda, corredor e quartos recebem iluminação e ventilação naturais indiretas e são ao mesmo tempo protegidos das fortes chuvas, uma vez que o corredor funciona, na mais simples das hipóteses, como uma espécie de alpendre.



**Figura 26** – Casa à rua Riachuelo, 270. Na parede à direita do observador, duas espessuras diferentes.  
Fonte: MAGALHÃES, SAMPAIO e KARLA, 2001.



**Figura 27** – Corredor e janelas para o varão, na casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 28** – Xarão e janelas para o corredor, na casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007

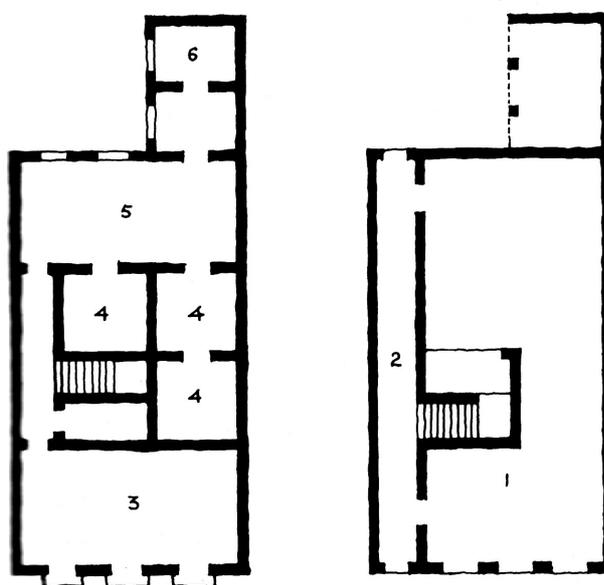
Na casa situada à rua Riachuelo, nº 270, a parede externa que acompanha o corredor do *corpo principal* da edificação apresenta, no limite com o *puxado* da planta, sensível alteração não só de espessura, mas também de alinhamento, o que pode levar-se a crer na possibilidade de o *puxado* deste edifício ter realmente sido erigido num momento diferente da construção de seu *corpo principal*.

Ainda assim, tal detalhe já não se manifesta em outras casas — em muitos casos não há nem mesmo diferença entre a espessura das paredes das duas porções — o que permite presumir, à primeira vista, que o *puxado* de tais casas tenha mesmo sido edificado em contínuo com o *corpo principal*, de uma só vez. Entretanto, as certezas sobre tal questão poderiam apenas ser obtidas após detalhadas prospecções para determinação dos materiais e técnicas construtivas utilizados, bem como na identificação da possível idade de cada porção da casa.

Mesmo assim, a freqüência e intensidade com que o *puxado* e os tipos identificados por Hidaka se fazem presentes evidenciam seguramente um sistema bem difundido e consolidado no uso do espaço pelos moradores da cidade. A **casa com**

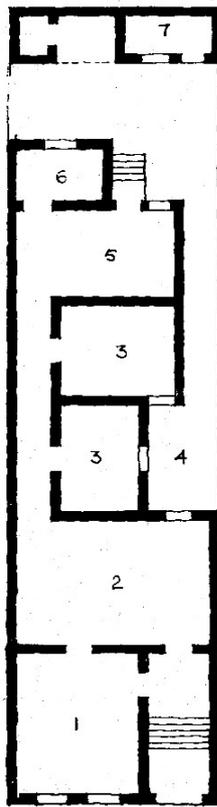
**puxado**, se assim pudermos denominar, foi um gênero tão difundido e comum que é mesmo possível crer que em muitos casos já não houvesse a intenção de ser o *puxado* uma mera ampliação da casa, mas uma **forma popular de composição** de sua volumetria.

Reis Filho (2002, p.31) identifica como planta-tipo para a casa colonial brasileira um desenho que se aproxima desse padrão aqui identificado. A diferença da planta desenvolvida em Belém no fim do século XIX para o tipo por ele descrito é principalmente, além dos períodos diferentes de suas ocorrências, a existência aqui (em Belém) do *xarão* (o prisma lateral de ventilação/iluminação) e das aberturas do corredor para o *xarão*.



**Figura 29** – Casa brasileira típica do princípio do período colonial, segundo REIS FILHO, 2002.  
Fonte: REIS FILHO, 2002, p. 29.

Entretanto, o tipo de planta apresentada por Reis Filho para as duas primeiras décadas do século XX no Brasil não coincide com o que se praticou no perímetro urbano de Belém à mesma época, pois a casa construída sobre os alinhamentos do lote prevaleceu em Belém ainda durante algumas décadas, especialmente dentro do perímetro urbano.



**Figura 30** – Casa brasileira típica do princípio do século XX, segundo REIS FILHO, 2002.  
Fonte: REIS FILHO, 2002, p. 49.

Apenas nos bairros mais afastados de Belém, à época considerados subúrbios, assim como na zona rural, nas ilhas e vilas praianas, é que surgiram, na entrada do século XX, os primeiros chalés e alguns palacetes com recuo frontal e afastamento das laterais do lote. DERENJI. in: FABRIS (1987, p. 163).

A respeito da tipologia e adequação climática da casa de residência brasileira na década de 1840, o engenheiro Vauthier (1975, p. 37) afirmou que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”. Os edifícios-tipo por ele descritos são alongados no comprimento e comprimidos na largura porém — novamente de modo diferente do desenvolvido nas décadas a seguir em Belém do Pará — “não recebem ar e luz senão nas duas extremidades”.

Segundo Derenji (1998, p. 96), os relatos dos viajantes que passaram pela capital do Pará no século XIX permitem inferir que até meados de 1860 a arquitetura nortista apresentava características tecnológicas e de adequação climática bem peculiares — especialmente notadas na arquitetura residencial —, fruto da experiência portuguesa na Ásia aliada ao saber-fazer do amazônida. Tanto eram os edifícios desse período agradáveis e apropriados ao clima, que viajantes como Wallace afirmaram:

Quartos com tapête, cortinas e almofadas, seriam aqui desconfortáveis.

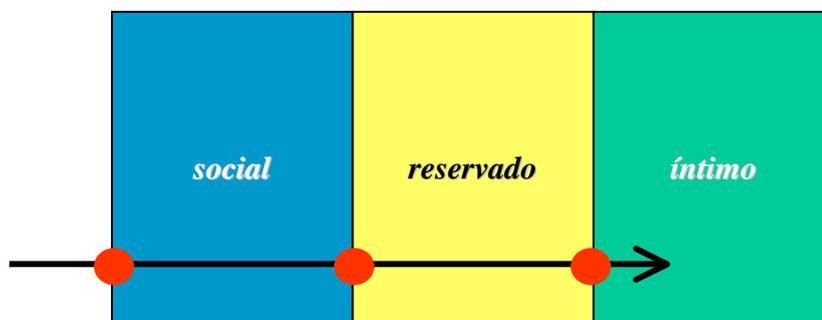
[...] Os quartos espaçosos e altos, com poucos móveis, tendo cada um meia dúzia de portas e janelas, **A PRINCÍPIO PODERÃO PARECER** pouco confortáveis, porém são muito bem apropriados a um clima tropical. WALLACE, [s.d.]. apud CRUZ (1971, pp. 202 e 205. grifo do autor)

O azulejo, utilizado em larga escala em Belém — como nas outras capitais nortistas — a partir de 1840, foi importante recurso de adequação climática, tendo sido introduzido pelos portugueses “*para fugir à umidade e à deterioração conseqüente, nas fachadas das regiões tropicais*” DERENJI (1998, p. 97).

### 1.5.2 Setorização e funcionalidade

A distribuição dos ambientes em aparentes setores funcionais dentro da típica **casa com puxado** acontece de uma maneira um tanto natural, em um sistema como que de **aprofundamento da intimidade**. Há diferentes “graus” de intimidade, bem como maneiras de se restringir o acesso entre os espaços que não sejam de mesmo grau, constituindo três principais “setores”: espaços de uso social, à frente da casa; em seguida, corredor e cômodo de acesso mais reservado; ao fundo, espaços de uso íntimo e cozinha.

É à medida que acontece o aprofundamento no acesso à casa que vão sendo utilizados os filtros e a casa vai aos poucos se abrindo ao visitante, tornando-se pouco a pouco mais permeável. Considere-se por permeabilidade a qualidade daquilo “que pode ser transpassado, que se deixa passar”. FERREIRA (2004)



**Figura 31** – Diagrama do aprofundamento da intimidade no acesso à casa.  
Autor: André Coelho

A permeabilidade, especialmente visual, compõe esse ato de se filtrar. Por exemplo, quando se está na sala de visitas, não se enxerga o resto da casa. Dessa forma, a casa não é visualmente permeável ao visitante, fazendo do meio arquitetônico um sistema importante de controle ao acesso aos diversos setores da casa, uma vez que outros cômodos apresentam também funções importantes na **filtragem**.

Em que pese o fato de ser a sala de visitas um espaço de acesso quase público, a **casa com puxado** belenense não é, a princípio, permeável. A presença da **sala de visitas** no programa da casa indica possivelmente a hospitalidade do habitante da cidade e da casa, porém garante a intimidade da família — intimidade essa que, na verdade, aparenta ser a privilegiada neste sistema.

O setor à entrada da casa, composto pelo vestíbulo de entrada e pela **sala de visitas**, é de uso social, e de acesso quase público. A sala é um ambiente que em pouco difere do próprio espaço público, uma vez que é de pouca permeabilidade visual a quem vê a casa do lado de fora, e uma vez que os costumes da casa não são levados até ali — na **sala de visitas** segue-se um código de posturas (os “modos”) diferente do restante da casa, de mais formalidade e pouca intimidade.

Entremos em uma dessas casas.

É fácil. A porta da rua está aberta. No vestíbulo, por onde se entra, encontra-se um negro velho, trançando um chapéu de palha. Queremos falar ao dono da casa. Ele nos conduz a uma escada reta, iluminada pelo alto, e nos precede. Em cima, a escada é fechada por uma porta vazada. O negro toca a sineta. Uma figura de mulher negra ou fortemente bronzeada em breve aparece entre as grades. Depois de algumas palavras trocadas com o introdutor, ela vai ver se o senhor está em casa. Passos de criança atravessam o corredor; ouve-se o farfalhar de um vestido de mulher e, depois de uma espera mais ou menos longa, a porta se abre, enfim. Conduzem-nos à sala da frente, onde o dono da casa nos espera com todo o cerimonial. VAUTHIER (1975. p. 39)



**Figura 32** – Porta que limita, no corredor, o acesso à varanda. Casa à travessa Frutuoso Guimarães, 615.  
Autor: André Coelho, 2007

A “filtragem” do acesso deste para um setor mais reservado é feita por meio da alcova, estrategicamente posicionada logo atrás da sala de visitas, e de uma porta colocada no corredor que vai direto à **varanda**, a qual provavelmente marca o limite entre *público* e *privado* na casa. Dessa porta para dentro, permanecem as mulheres, os funcionários e as crianças, os quais só vêm para a **sala de visitas** ou para fora da casa quando há realmente a necessidade do contato social.

**Varanda, cozinha** e **quintal** compõem o setor seguinte, mais reservado. A **varanda** é praticamente o centro geométrico da **casa com puxado**, e dela é possível visualizar-se praticamente toda a casa, estar a par do sistema, mas só ultrapassa a porta que dá acesso a ela aquele que tiver o consentimento do dono da casa, como por exemplo um visitante que foi convidado para o almoço, ou um parente da família o qual, já mais chegado no contato com a família, pode entrar, mesmo sem pedir licença.

Na **varanda**, enquanto sala de viver, pede-se pouca formalidade e aqueles modos, ora imprescindíveis na sala de visitas, já não são aqui necessários. A “filtragem”

para os demais ambientes da casa se dá aqui mesmo, na **varanda**, de uma maneira já mais natural, aos olhos dos donos da casa.

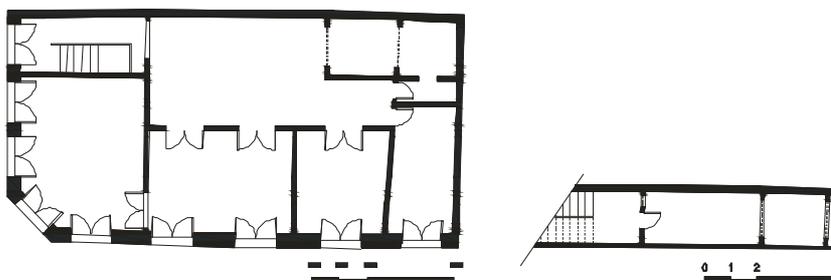
**Quartos** e **alcova** são os ambientes do setor íntimo da casa. Note-se que esses são, à exceção da alcova, os cômodos menos acessíveis de todo o edifício (aqueles mais distantes da porta de entrada), à semelhança do quintal — o que denota, ao lado de outros indicativos, que este é um sistema que privilegia a privacidade do morador, no qual ela é tratada com distinção.

Em se tratando não apenas da **casa com puxado**, a funcionalidade das plantas de diversas outras casas belenenses do período estudado ainda hoje existentes é, em geral, particular:

- o acesso é em geral simples e, em diversos casos, bem marcado;
- os cômodos aparentam estar normalmente agrupados em setores segundo o papel que desempenham;
- a casa se acomoda em torno ou em função de um cômodo que em diversos casos aparentemente se trata da varanda;
- a comunicação entre os cômodos é também simples, feita por meio de um ou mais corredores que distribuem o tráfego de pessoas pela casa, de acordo com seus setores;
- quando não, essa circulação se faz por meio de portas que comunicam quase todos os ambientes da casa entre si, eliminando a necessidade do corredor.

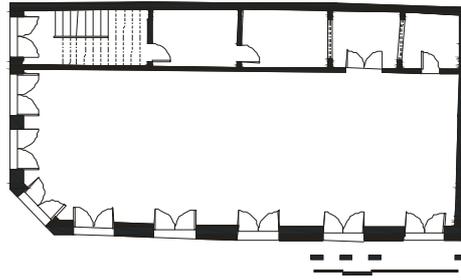
A varanda se estabelece sem dúvida como elemento centralizador da circulação, nos mais diversos gêneros de planta baixa, sendo normalmente conduzidos a ela os corredores e quaisquer seqüências de cômodos o que evidencia a hierarquia exercida pela varanda no uso do dia-a-dia e também no arranjo em planta.

Eis em seguida outros exemplos de plantas de casas de residência belenenses do período em estudo:

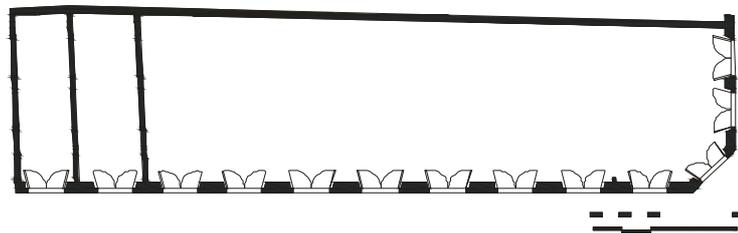


**Figura 33** - Pavimento térreo da casa à travessa Campos Sales, 251  
Fonte: BRASIL, CARNEIRO e COELHO, 2000.

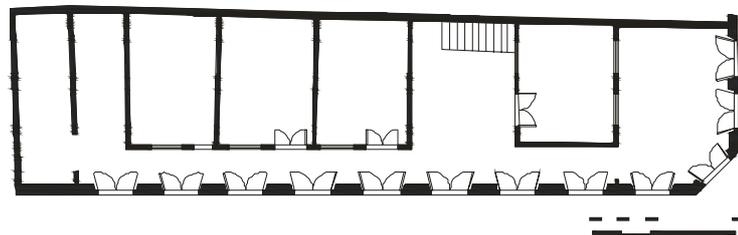
**Figura 34** - Mezanino da casa à travessa Campos Sales, 251  
Fonte: BRASIL, CARNEIRO e COELHO, 2000.



**Figura 35** - Pavimento superior da casa à travessa Campos Sales, 251  
Fonte: BRASIL, CARNEIRO e COELHO, 2000.



**Figura 36** - Pavimento térreo da casa à rua Gaspar Viana, 159  
Fonte: JESUS, RODRIGUES e OLIVEIRA JUNIOR, 2000.

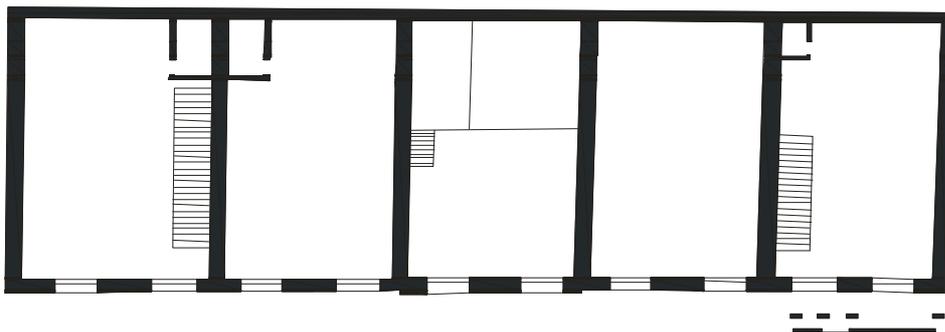


**Figura 37** - Pavimento superior da casa à rua Gaspar Viana, 159  
Fonte: JESUS, RODRIGUES e OLIVEIRA JUNIOR, 2000.

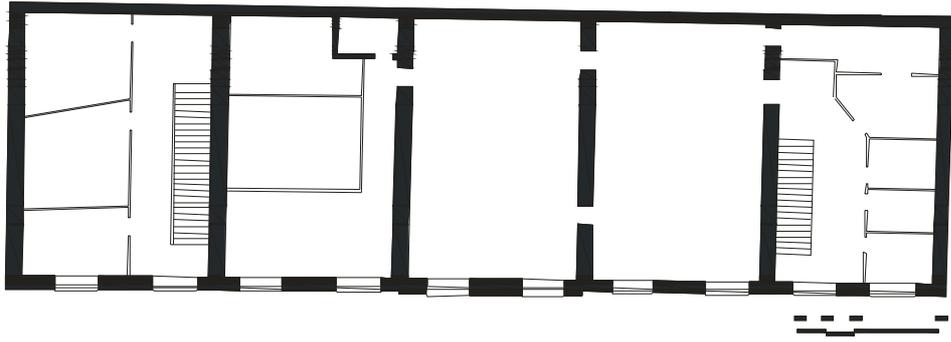


**Figura 38** - Pavimento térreo da casa à rua Doutor Malcher, 234  
 Fonte: HIDAKA, 2000.

**Figura 39** - Pavimento superior da casa à rua Doutor Malcher, 234  
 Fonte: HIDAKA, 2000.



**Figura 40** - Pavimento térreo da casa à Ladeira do Castelo, 07/08  
 Fonte: HIDAKA, 2000.



**Figura 41** - Pavimento superior da casa à Ladeira do Castelo, 07/08  
Fonte: HIDAHA, 2000.

---



**Figura 42** - Sobrados ao boulevard Castilho França. Data indisponível.  
Fonte: SARGES, 2000.

---

## **2 A CASA POR FORA**

É do exterior dos edifícios que se tem hoje a maior parte de relatos sobre Belém do Pará. Fossem eles naturalistas, biólogos, antropólogos, desenhistas, funcionários da comissão demarcadora de limites, da coroa portuguesa ou viajantes a passeio, o fato é que desde o século XVIII Belém foi muito registrada pelo bico da pena desses homens, em descrições da cidade que deixam escapar suas impressões sobre as ruas, o aspecto externo das casas, e os modos das pessoas.

O expressivo desenvolvimento econômico da região, primeiro no período econômico das drogas-do-sertão (séculos XVII e XVIII) e finalmente no período da borracha (segunda metade do séc. XIX até princípio do XX), além do fato de que Belém fora até fins do século XXVIII a capital da colônia, e ainda sua localização geográfica estratégica — nas palavras de Eidorfe Moreira, "é [...] na capital paraense, que termina o segmento mais setentrional do arco projetante do Nordeste e se abre a maior via de

penetração continental do país.” (1966, p. 16) — foram fatores relevantes para que muitas pessoas tenham tido quase que necessidade de escrever sobre a cidade de Belém.

Também os relatórios, publicações e fotografias de Belém feitos já nos últimos anos do XIX e primeiros anos do século XX permitem uma visualização mais real da aparência que tinham então os bairros da Cidade Velha e Campina. Esse material publicado é utilizado, desse modo, como auxílio para se levantar a imagem exterior da casa belenense no período estudado.

As manifestações arquitetônicas aqui estudadas fazem parte de um quadro muito mais amplo, afinal não foi apenas em Belém e na Amazônia que a arquitetura muito se desenvolveu no século XIX. Em todo o Brasil, a partir de 1850, a decadência paulatina da escravidão, aliada ao desenvolvimento da imigração, para ocupar os novos postos de trabalho que iam sendo criados, contribuíram para que houvesse sensíveis modificações na arquitetura, desde o material utilizado, até o modo de construir e utilizar o espaço.

Este capítulo se propõe, portanto, a deixar o interior da casa e andar pelas ruas da cidade, acompanhando esses viajantes, romancistas e homens “importantes”. A observar as casas, desta vez, do lado de fora, visualizar sua relação com o lote, sua volumetria, sua ligação com o conjunto de casas em torno de si e a impressão que causa aos passantes, além de elementos decorativos e fatores de composição estilística.

Para alimentar seu florescente commercio de exportação a provincia tem e recebe da do Amazonas grande quantidade de generos importantes, uns agrícolas outros de simples producto da natureza. Os principaes, ou que mais avultam por seu valor no mercado, são, entre os productos naturaes ou de simples industria de extracção:

1º A borracha, ou gomma elastica, que é o mais abundante valioso de todos os gêneros do valle amasonico desde quasi as encostas dos Andes até o Atlantico: os rios que neste despejam correm entre florestas de seringaes; e é uma pena para o Pará, que esses productos dos rios do norte, como o Araguay, deixem de vir para seu mercado e sigam directamente para Cayenna e para a Europa. [...]

2º A castanha, [...] conservando-se sempre como um importante valor de exportação.

3º A salsaparrilha [...].

4º O oleio de copahiba.

5º O puxury. [...]

- cultura: cacau, urucú, tabaco, algodão, arroz e assucar.

- industria: manteiga de tartaruga, peixe sêcco, collas de peixe, couros e pelles; redes maqueiras e piassaba. [...]

Dessas ruas, as do Imperador, Imperatriz e Mercadores são as principaes, largas e vistosas, no centro do commercio [ou Campina] e as de maior concurrencia da população: sendo a primeira a mais bella por seus edifícios e melhor alinhamento, e por correr parallelamente ao caes, que lhe fica fronteiro.

Conta varios edifícios notáveis, entre outros, o theatro da Paz, na praça D. Pedro II, antigo largo da Pólvora, um dos melhores estabelecimentos do seu gênero, sinão o melhor do Império; o palacio do governo, no largo do Palacio, vasto edificio, de architectura pesada, mandado construir pelo marquez de Pombal para a residência real, sendo sabido que era uma das suas idéas de maior magnitude, a transferência da corte para o Brasil; [...]

O commercio é florescente e promettedor. Belém ha de ser um dia, e bem proximo, um dos mais importantes centros commerciaes da America do Sul, e o empório mercantil de toda essa vasta bacia amasonica. FONSECA (1881, pp. 323-323, 386, 397, 399)

## **2.1 O aspecto das ruas e casas até o começo do século XX**

A cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará foi fundada a 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, em expedição procedente de São Luís, capital do Estado do Maranhão, para ocupar a Bacia Amazônica.

O início da ocupação de Belém deu-se na faixa de terra alta onde foram erguidos o Forte do Presépio e as primeiras casas e igrejas do povoado. Esta área correspondente ao atual bairro da Cidade Velha, então chamado freguesia da Sé, mais tarde conhecido como "Cidade", tem como limites, de um lado a Baía do Guajará, e do outro a grande área antigamente alagada pelo igarapé do Piri.

Mesmo que o desenvolvimento daquela vila tenha ocorrido de maneira lenta e com dificuldade, o Piri foi logo transposto e, já em 1727, foi criada a freguesia de Santana da Campina, atual Campina, bairro que, dessa forma, remonta a tempos quase tão antigos quanto seu vizinho, a Cidade Velha, e representa junto com ela o "lugar colonial" da cidade de Belém. VELOSO (1998, pp. 8-9)



**Figura 43** – Belém, em 1753. Bem ao centro da imagem, a área alagada do Piri. À direita do Piri, a Cidade (atual Cidade Velha) e sua à esquerda a Campina (ou Comércio).  
Fonte: REIS FILHO, 2000.

Essas duas grandes faixas de terra, separadas pelo igarapé do Piri, constituíam em fins do século XVIII o espaço geográfico da cidade de Belém, então conhecida como “Pará”, como consta nos diversos relatos feitos pelos viajantes que por ali passavam para estudar a Amazônia, e que registraram também suas impressões sobre a cidade. Um dos relatos mais antigos, o do francês Charles-Marie de La Condamine, traça um breve retrato de Belém no ano de 1743: “pensamos nos ver transportados para a Europa. (...) uma grande cidade, ruas bem-alinhadas, casas alegres, a maior parte construída há 30 anos, em pedra e em alvenaria, além de igrejas magníficas”. LA CONDAMINE (2000, p. 107)

Entretanto, quarenta anos mais tarde, outro viajante chamado Alexandre Rodrigues Ferreira coloca um quadro diferente da cidade, ao descrever as ruas “como estreitas, irregulares e todas por calçar” e ao referir-se às casas informando que “pouco são assoalhadas, e muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal...” Ferreira, apud. MEIRA FILHO, apud. VELOSO (1998, p. 9).

Mas talvez seja a descrição feita por João Severiano da Fonseca, ao chegar em Belém já no último quartel do século XIX, que vá esclarecer um pouco as diferenças sentidas pelos viajantes quanto ao alinhamento das ruas, visto que a realidade da Campina e da Cidade Velha eram diferentes:

Á quem, como nós, aporta, descendo o rio, traz á idéia a vista de Montevidéo, pela sua posição num promontorio, a disposição das ruas e templos, e a enseada do arsenal, que também recorda a Enseada da capital cisplatina.

É uma das mais bellas e agradáveis do Brasil, talvez a quarta em população e commercio.

**Distingue-se em cidade velha e nova: nestas as ruas são mais bem alinhadas**, quasi paralelas e de regular largura; algumas sombreadas com aléas de gigantes mongubeiras, mangueiras e palmeiras imperiaes (oreodoxa oleracea), formosos especimens... [...]. **As da cidade velha são menos rectas e paralelas.**

Prolongam-se para fora da cidade com o nome de estradas, e são orladas de chacaras e sítios, ou rocinhas, algumas bem aprasiveis e encantadoras; vivenda habitual de pessoas abastadas, muitas empregadas na cidade.

Dessas ruas, as do Imperador, Imperatriz e Mercadores são as principaes, largas e vistosas, no centro do commercio [ou Campina] e as de maior concurrencia da população: sendo a primeira a mais bella por seus edifícios e melhor alinhamento, e por correr parallelamente ao caes, que lhe fica fronteiro. FONSECA (1881, p. 397. Grifo nosso.)



**Figura 44** – Sobrados à avenida Portugal, entre boulevard Castilho França e rua Quinze de Novembro, ainda nos primeiros anos do século XX. À esquerda uma das torres do mercado de ferro do Ver-o-Peso. (Pormenor). Fonte: SARGES, 2000.

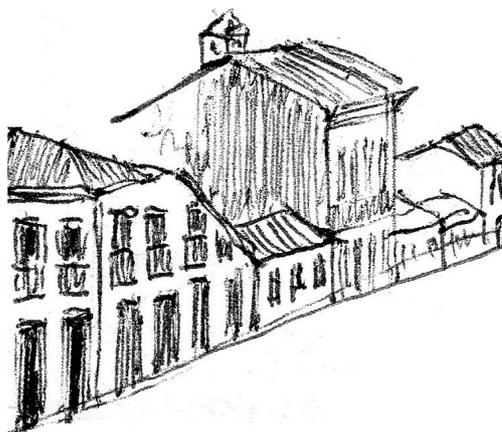
Parece que o fato de terem sido abertas há mais tempo ocasionou que as ruas da cidade velha fossem efetivamente menos regulares que as de seu bairro vizinho, tanto na largura quanto no alinhamento das fachadas. A comparação feita aqui por Severiano da Fonseca é pouco usual entre os viajantes, os quais costumeiramente atêm-se apenas a descrever os poucos caminhos por onde passam, em um dos lados da cidade, em geral o do porto.

Reis Filho (2002, pp. 22-24) afirma que de fato, no período colonial brasileiro, raras eram as ruas com calçamento, e que devido à não existência de equipamentos topográficos de precisão, o traçado praticado por meio de cordas e estacas

impossibilitava que a rigidez fosse mantida por muito tempo. Mesmo assim, os diversos mapas que se tem da cidade desde o ano de 1753 (REIS, 2000) demonstram, tanto na Cidade Velha quanto na Campina, ruas bem alinhadas e de traçado tendente ao ortogonal, com algumas ruas paralelas às margens do rio e as demais, perpendiculares.

Reis Filho aponta o aspecto uniforme das ruas como uma característica comum nas vilas e cidades coloniais brasileiras, nas quais as residências eram construídas sobre o alinhamento da rua, e com suas paredes laterais sobre os alinhamentos do terreno:

Mesmo os palácios dos governadores, na Bahia, Rio de Janeiro e Belém, foram edificados como as residências comuns, sobre o alinhamento das vias públicas [...]. No Pará ou no Recife, em Salvador ou em Porto Alegre, encontram-se ainda hoje as casas térreas e sobrados dos tempos coloniais edificados em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e grande profundidade REIS FILHO (2002, p. 22).



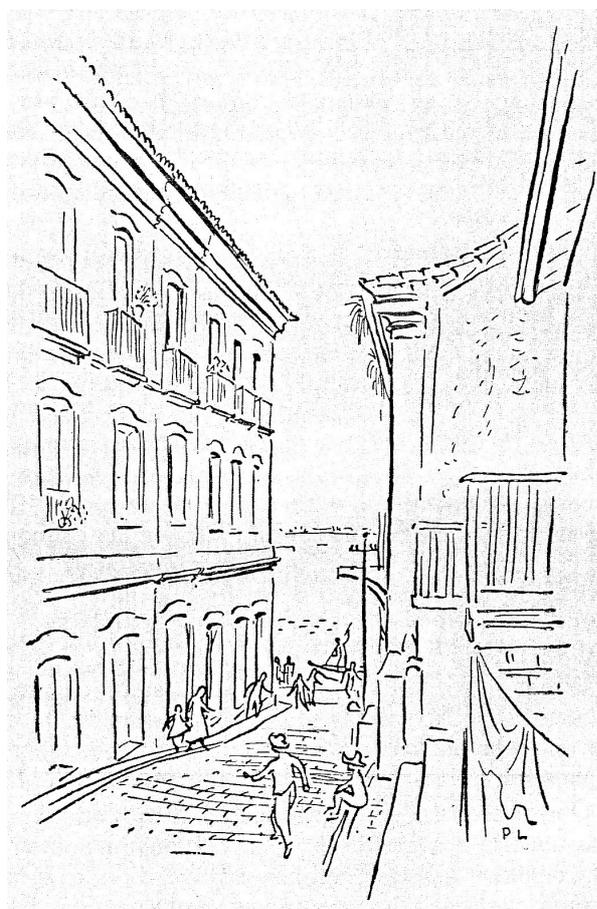
**Figura 45** – Uma rua em Belém, 1881 (pormenor).  
Fonte: FONSECA, 1881. IHGB. Esboço - cópia parcial à mão livre, 2006.

Reis Filho observa que tal uniformidade no aspecto das cidades brasileiras estava relacionada à uniformidade dos terrenos e dos partidos arquitetônicos. A planta baixa, de uma “surpreendente monotonia”, correspondia não somente a padrões estabelecidos, por exemplo, em Cartas Régias ou posturas municipais, mas também ao próprio gosto comum dos proprietários, de modo que os padrões oficiais apenas completavam uma “tendência espontânea” REIS FILHO (2002, p. 24)

Para Veloso (1998, p. 8), havia desde o começo a intenção de se criar uma cidade “próxima ao modelo europeu, na Amazônia”, tendo sido o próprio Francisco Caldeira Castelo Branco, fundador da cidade, o primeiro responsável por isso, uma vez que, “fiel aos modelos ibéricos de conglomerados e ‘arruamentos’, concedeu lotes de terras a soldados dessa jornada, os primeiros colonos”.

Os valores europeus eram uma constante no dia-a-dia da cidade e iam muito além do campo arquitetônico; para Veloso (1998, p. 11), os prédios levantados “correspondiam com modos de vida, formas sociais e valores eurocêntricos”.

Na segunda metade do século XVIII, isso se intensifica pela transferência, de São Luís para Belém, da sede do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o que provocou forte aumento demográfico pela chegada do Governo-Geral, de alguns auxiliares com suas famílias e de outros elementos. SARGES (2000, p. 43)



**Figura 46** – “Beco da Alegria”, na Cidade Velha.  
Fonte: TOCANTINS, 1987.

O fato de Belém ter se tornado a sede do Estado, ressalta Leandro Tocantins (1987, p. 144), foi relevante e decisivo para o desenvolvimento da cidade, visto que àquela época – e isto iria ainda perdurar até os dias da transferência da família real de Lisboa para o Rio de Janeiro – o Estado do Grão-Pará e Maranhão era uma colônia independente do Estado do Brasil, e sua sede, Belém, estava diretamente subordinada à coroa portuguesa em Lisboa, tal como a sede do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro.

O íntimo contato com a metrópole, através das medidas político-administrativas e das relações sociais e comerciais, permitiram o aparecimento de uma arquitetura castiçamente lusitana. Nos três primeiros séculos da cidade predominou o estilo português mais simples: casas baixas, de beirais salientes, ou sobrados de fachada lisa, caiada de branco ou azul, com balcões de ferro. Cópia exata dos edifícios em Portugal. As plantas e especificações vinham da Corte, e a Colônia somente as executava. Quando havia liberdade, os mestres-de-obras se limitavam a copiar as construções do Governo real TOCANTINS (1987, pp. 144-145).

Leandro Tocantins (1987, p. 146) prossegue o texto citando nome e localização de diversos dos “sobrados e casas rez-do-chão” a que se refere, ainda existentes a seu tempo, ressaltando algumas de suas características marcadamente “coloniais” ou mesmo “lusitanas” – ainda que em períodos posteriores eles tenham sofrido alterações – como, por exemplo, o sobrado do antigo Senado dos Governadores, o do antigo Hospital Militar, hoje conhecido como *Casa das Onze Janelas*, o *Palácio Velho* dos Governadores, e outros dispostos ao longo das ruas da Cidade Velha, ressaltando que o bairro “conserva aos olhos do visitante o nítido panorama de uma ‘Lisboa antiga’ ”.

Tal narrativa se aproxima da descrição feita por Reis Filho como sendo o padrão brasileiro durante o período colonial:

As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre essas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas [...]. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos REIS FILHO (2002, p. 24).

Com a criação, ainda na segunda metade do século XVIII, da Companhia Geral de Comércio, pelo Marquês de Pombal, a cidade finalmente se firma como importante entreposto comercial das drogas-do-sertão. Conforme Derenji (1987, p. 149), em 1803, no governo do Conde dos Arcos, deram-se início as obras de aterro do igarapé e grande alagado do Piri, para que fosse urbanizada a área entre os dois núcleos da cidade.

Entretanto, as primeiras décadas do século XIX foram de acentuada decadência econômica para a região amazônica. A mesma arquiteta pontua ainda pontua um conjunto de fatores que teria influenciado nessa situação:

[...] a queda do preço do cacau no mercado externo, a participação do Pará na Guerra das Guianas e a conturbada situação política local que levaria ao movimento da Cabanagem.

Sendo altamente dependente do mercado exterior, a economia amazônica, cujo maior produto de exportação era o cacau, ao cessarem as condições

favoráveis, regrediu a uma agricultura de subsistência. DERENJI (1987, p. 149)

Dessa forma, os viajantes descrevem Belém ainda na primeira metade do século XIX como cidade de uma “arquitetura singela, sendo raras as casas de dois pavimentos... todas simplesmente caiadas” (SPIX E MARTIUS, apud DERENJI, 1987, p. 149) ou mesmo de “prédios altos e sombrios semelhando conventos” (BATES, 1979, p. 12) nas ruas próximas ao porto. Nas ruas das classes mais pobres, predominava o

aspecto de arraial com ruas cheias de mato e casas desmanteladas. [...] As casas tinham apenas o rés-do-chão e sua aparência era humilde e desalinhada. As janelas não tinham vidraça e sim uma armação que se projetava para fora. [...] O Pará era uma das cidades em todo o continente americano onde era mais barata a vida. BATES (1979, pp. 12 e 296)

Deste modo, é difícil supor, sem dados mais precisos, quais mudanças significativas tenham ocorrido na arquitetura residencial de Belém nessas primeiras décadas do oitocentos que a diferenciem sensivelmente do produzido nos séculos anteriores. Mesmo assim, Derenji (1987, p.149) afirma que na segunda metade do século XIX “a influência de Landi, já modificada por cores e detalhes extravagantes se aliava então aos grandes sobrados azulejados do porto para dar à cidade um aspecto modesto, mas alegre, que foi notado por muitos cronistas estrangeiros.” Entretanto, não se detém a explicitar como se deu tal influência na arquitetura belenense desse período.



**Figura 47** – Uma rua da Cidade, em Belém. 1881 (pormenor).  
Fonte: FONSECA, 1881. IHGB. Esboço. Cópia parcial à mão livre, 2006.

Reis Filho, quando descreve a casa brasileira característica dos primeiros anos do século XIX, destaca a forte identidade desta com a casa dos séculos anteriores: edifícios construídos sobre os limites laterais do lote e no alinhamento das ruas, esquemas

simples de cobertura e de planta baixa, com as mesmas paredes grossas, as alcovas e os corredores, além de balcões de ferro batido nas fachadas.

Nossos principais centros urbanos [...] revelavam, sob tímidas modificações de fachada, as mesmas casas formando linhas contínuas sobre as vias públicas, de tal modo harmonizadas com suas antecessoras, que não chegavam a quebrar aquela monotonia. [...] Comprovam-no os 'Panoramas' da época, sejam de Salvador, ou Recife, Belém ou Rio de Janeiro. REIS FILHO (2002, p. 34-36)

No entanto, a segunda metade do século XIX vive um momento completamente diverso. Com o começo da atividade extrativista da borracha para fins de comércio internacional e sua utilização nos inventos e inovações industriais significativas, principalmente de Mackintosh, Hancock/Goodyear e de Dunlop (DERENJI, 1987, p. 149), Belém toma novo fôlego de crescimento:

Encontrei a cidade do Pará grandemente mudada para melhor. Já não tinha mais aquele aspecto de arraial [...]. As ruas, outrora sem calçamento e cheias de pedras soltas e areia, estavam agora caprichosamente pavimentadas; as casas feitas fora do alinhamento haviam sido demolidas e substituídas por construções mais uniformes. A maioria das casas velhas e desmanteladas cedera lugar a belos edifícios construídos acima do nível da rua, com extensas e elegantes sacadas no primeiro andar. [...] parecendo que os paraenses procuravam agora imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés dos da mãe-pátria. [...] As condições sanitárias locais tinham melhorado extraordinariamente desde 1850 – o ano da febre amarela – e a cidade já não era mais considerada perigosa para os visitantes. O custo de vida tinha quadruplicado. [...] Em 1848, o Pará era uma das cidades em todo o continente americano onde era mais barata a vida; atualmente está entre as de vida mais cara. [...] uma miserável casinha de dois cômodos, de paredes nuas e sem nenhum conforto, era alugada à razão de 18 libras esterlinas por ano. BATES (1979, p. 296)

O advento da navegação a vapor e o intenso trânsito de navios entre o *Port of Pará*, concessionária inglesa do porto do Pará, e os portos europeus contribuiu para intensificar ainda mais a ligação da cidade com os países daquele continente e para aumentar a circulação e o consumo de produtos importados na cidade, além dos muitos estrangeiros e imigrantes de outros estados que vieram ao Pará atraídos pela economia ascendente.

Desprovida de colinas ou morros, em que os edifícios se erguessem como em amphitheatro, [...] Pará só é vista de frente e não causa admiração nem pelo pittoresco nem pela magestade do aspecto; tem porém sitios encantadores, cujas casas cercadas de varandas e revestidas de azulejos são sombreadas por grandes árvores [...]. Mas na parte da cidade próxima ao porto os quarteirões têm já a physionomia commercial, e alli uma população azafamada se agita de

dia, porque o Pará tornou-se grande cidade de commercio, a quinta da republica brasileira. RECLUS (1900, p. 129)

No other state of Brazil, excepting the Federal Capital, shows such a maritime activity as Pará does.

It is silly to imagine that the development of Manaus will shake in the least the greatness of Belem. [...]

At the side, in the continent, is the city, an extensive one, as ample as Madrid os Lisbon... THE BRAZIL OF TO-DAY (1901, pp. 178, 182)



**Figura 48** – Pará, 1868 (pormenor).  
Fonte: REIS, 2000.

Mas foi somente depois de 1850 que Belém estreitou o relacionamento com a capital do país, Rio de Janeiro, visto que antes da navegação a vapor, as viagens entre as duas cidades chegavam a durar de três a cinco meses. Por esse motivo, Derenji ressalta que a Missão Francesa de 1816 e seus ideais neoclássicos vieram a ter pouca influência na região amazônica e que Belém se manteve “à margem das motivações ideológicas do neoclassicismo imposto pela Missão Francesa”. DERENJI (1987, p. 149)

Tocantins (1987, pp. 150-152), todavia, cita diversos edifícios construídos em Belém como erigidos no estilo chamado “Império Brasileiro”, e cujos traços arquitetônicos teriam identidade com neoclássico trazido ao Brasil por Grandjean de Montigny naquela Missão. Assim, situa nesse grupo o Palácio da Prefeitura, o Curro Velho e o Theatro da Paz, além de algumas casas residenciais, como o Solar do Barão do Guamá e o do Barão de Japurá.

Mas segundo Derenji, é nas últimas três décadas do século XIX, regadas cada vez mais à riqueza produzida pelas altas cotações da borracha na bolsa de valores, que as características citadas por Reis Filho como de influência da Imperial Academia de Belas Artes vão ser utilizadas na arquitetura belenense, apenas a título de mais uma opção na escolha de estilos do Eclétismo.

A nova arquitetura da região somente agora irá explorar os recursos formais de tratamento de cornijas e platibandas, enriquecer-se com a louça do Porto, colorir-se de tintas suaves e vidros coloridos [...]. O Eclétismo, que será o símbolo, a representação arquitetônica das mudanças de comportamento trazidas pela riqueza do ciclo da borracha, usará esse neoclássico tardio como mais uma opção de escolha de estilos. DERENJI (1987, p. 150)



**Figura 49** – Casas à av. Dezesesseis de Novembro, nos primeiros anos do séc. XX (pormenor).  
Fonte: SARGES, 2000.



**Figura 50** – Casas à av. Dezesesseis de Novembro, nos primeiros anos do séc. XX (pormenor).  
Fonte: SARGES, 2000.

A arquiteta afirma que, na verdade, o Pará se mantém mais ligado aos engenheiros locais, aos mestres e artífices portugueses do que aos profissionais oriundos do Rio de Janeiro. Justifica, por exemplo, com o fato de que, em muitos dos edifícios construídos em Belém no final do século XIX em alvenaria de tijolo, manteve-se as mesmas espessuras das paredes do período colonial, e em outros o azulejo característico do período imperial continuava a cobrir as fachadas.

Tocantins ratifica tal afirmativa ao escrever:

Sob o signo da valorização do ouro negro construíram-se mais sobrados, entre eles os de dois, três e até quatro andares da vistosa coleção do *Boulevard* Castilhos França, os quais obedecem ao critério lusitano: mestres-de-obras e proprietários portugueses [...] acharam de renascê-los na cidade, como se quisessem mantê-la, íntegra, nas tradições lisboetas. As ruas Quinze de Novembro e Gaspar Viana [...] estão cheias de casas desse gênero TOCANTINS (1987, p. 155).



**Figura 51** – Praça do Relógio, no Ver-o-Peso (pormenor).  
Fonte: TOCANTINS, 1987.

Em 1901, o intendente do município de Belém, Antônio José de Lemos, implementa o Código de Polícia Municipal, documento que, além de instituir posturas a serem respeitadas e cumpridas pelos cidadãos, instituía uma série de restrições às residências urbanas. Este assunto será melhor tratado ainda neste capítulo.

Foi então que se tornou obrigatória a construção de platibandas, não só nas novas construções, mas também naquelas que fossem reformadas ou pintadas, o que fez praticamente desaparecer da cidade de Belém o beiral, e introduziu novos equipamentos para resolver os problemas de águas pluviais. Derenji (1987, p. 154) afirma que a inauguração de tal código de posturas, cumprido com rigor pela cidade, foi responsável por uma paisagem urbana *equilibrada* durante o período em que vigorou.

As casas no Pará são muito arejadas e agradáveis, pela altura do pé direito, que nunca é menor que 41/2 a 5 metros.

As janellas igualmente são altas e nunca mais estreitas de 1m.

A municipalidade desde alguns annos já não permite que sejam construídas casas de habitação que não tenham 1m.50 de altura do chão, de sorte que todos os predios, mais ou menos novos, todos tem o assoalho a 1m.50 acima do nivel da rua.

Todas as casas tem varandas sejam aos lados ou na frente, de maneira que com o maior calor ellas tem sempre muita sombra de um ou de outro lado.

As salas de jantar geralmente dão para essas varandas e occupam toda a largura do prédio, com janellas para ambos os lados, o que as torna

excessivamente frescas; o ar circula livremente e as refeições são feitas por isso em logar extremamente aprasivel. Embora ao sol, o calor seja muito forte. ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ (1908, pp. 329-331)

É curioso como, à mesma época, com apenas dois anos de diferença, o discurso do governador da Província, citado acima, possa ser tão sensivelmente destoante de outras descrições. O governador prossegue citando inúmeros palacetes construídos nos novos bairros da cidade, todos obras de muito bom gosto, baseados na mais pura maneira europeia de se construir, enquanto Godinho, a seguir, não enumera tantos palacetes, nem os acha de tão bom gosto, e os relaciona visualmente com as edificações que havia visto no Maranhão:

Poucos passos além [do embarcadouro], o grande movimento da rua João Alfredo incida logo que a gente já se acha na parte commercial daquelle grande empório. Grandes sobrados de sólida construcção portugueza, cujos baixos são occupados por importantes casas de negocio [...]. Extraordinario movimento de transeuntes, carros, carroças e bondes como que estão a dizer que o viajante já chegou á primeira cidade do norte do paiz. Foi essa ao menos a nossa primeira impressão na curta viagem que fizemos da doca de Vêr o Peso ao Hotel da Paz, na Praça da República. [...]

As casas da Avenida Nazareth lembram-nos a edificação maranhense com a sua profusão de azulejos pelas paredes, significando as relações intimas que a geographia e a historia estabeleceram entre os dois estados. Apesar disso, já nos é no entanto bastante grande o numero de predios de architectura moderna, com elegantes platibandas e um ou outro chalet. [...]

Embora seja de pouco gosto a impressão geral das construcções particulares, já se encontram muitas casas ladeadas de floridos e artisticos jardins. [...]

Não são numerosos os palacetes particulares... GODINHO (1906, pp. 98, 100, 102, 134)

Possivelmente isso se deva ao fato de que a cidade de Belém não fosse exatamente, necessariamente aquele paraíso “pintado” pelos seus governantes nos álbuns e relatórios enviados ao exterior. Pretendia-se na cidade um ideal e uma noção de *modernidade* a qual ainda não se havia alcançado, e não apenas a liderança da cidade trabalhava neste sentido, mas a sociedade vivia este sonho *moderno* — Sarges (2000) discute a questão da modernidade em Belém, enquanto Sússekind (1990) aborda o Brasil como visão de um Paraíso — e parece que o gosto pelos motivos do Ecletismo e as transformações efetivas pelas quais a casa vai passar vão se tornar, já na Belém de 1900, fortes aliados daqueles que irão lutar por tais ideais.

## 2.2 Casa, lote e volumetria

Reis Filho, ao tecer a história das transformações na “casa brasileira” ao longo dos séculos a partir de sua implantação no lote, afirma que até o princípio do século XIX a relação da casa belenense com o lote se dá do mesmo modo que nas outras vilas e cidades brasileiras, aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal. As residências eram:

construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio-termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins. [...] Mesmo os Palácios dos Governadores, na Bahia, Rio de Janeiro e Belém, foram edificados como as residências comuns, sobre o alinhamento das vias públicas... REIS FILHO (2002, p. 22)

O autor esclarece que o próprio conceito de via pública era diferente de hoje, uma vez que as casas eram o que definia espacialmente as ruas. Ruas sem casas, não havia — a não ser as estradas, que eram definidas por cercas — não sendo, portanto, possível, pensar-se em ruas sem prédios dentro do perímetro urbano. Além disso, as ruas pouco tinham calçamento, e os passeios não eram conhecidos; esses foram recursos desenvolvidos mais recentemente como meios de aperfeiçoar e selecionar o tráfego nas vias públicas.

As casas térreas e sobrados dos tempos do Brasil colônia eram assim edificados em lotes mais ou menos uniformes com aproximadamente dez metros de frente e grande profundidade. Os quintais, extensos, garantiam a absorção das águas de chuva (em Belém, abundantes o ano inteiro), uma vez que os esquemas de cobertura eram normalmente em duas águas, uma delas sobre a rua, outra sobre o quintal.

A construção sobre os alinhamentos do lote, ao mesmo tempo que denotava a simplicidade tecnológica da sociedade colonial brasileira (REIS FILHO, 2002, p. 26), tinha, por assim dizer, suas vantagens: produzia uma massa construída de casas que amarravam-se umas às outras, garantindo, em conjunto, não apenas solidez, mas também, enquanto fossem construídas com alturas semelhantes, proteção de suas empenas contra a chuva.

Reis Filho ressalta que, à época da colonização, a produção e o uso da casa baseavam-se no trabalho escravo e na mão-de-obra conseqüentemente abundante, o que alimentava tal “primitivismo tecnológico”. Mesmo que em Belém a presença escrava não fosse tão expressiva quanto em outras grandes cidades brasileiras, ainda assim as características por ele descritas parecem ali se repetir.

Segundo o autor, esse era o quadro do Brasil colonial. Assim permaneceria o velho esquema de relações entre a habitação e o lote urbano, praticamente intacto, até a

metade do século XIX (2002, p. 34). Jussara Derenji confirma tal afirmativa, acrescentando que tanto os edifícios não-residenciais quanto os sobrados azulejados com usos de habitação e comércio, característicos do período imperial em Belém, preservariam as características de implantação da arquitetura tradicional (1987, pp 148-149).

Mas é possível que não viesse a se tornar a residência eclética de Belém uma história à parte caso não tivessem existido as *rocinhas*. As rocinhas, um tipo muito comum de residência sobretudo até o período do Império, eram pequenos sítios, propriedades rurais construídas nos arredores da cidade, nos quais a casa implantada ficava completamente liberta dos limites do lote. Na descrição dada por Leandro Tocantins,

Rigorosamente falando, a rocinha era o todo que formava a pequena propriedade rural: campo, floresta, pomar e casa. Mas, na linguagem usual significava a vivenda cercada de árvores silvestres, de fruteiras, de jardins rústicos, na paz dos subúrbios. Isto no começo do século dezenove, quando no auge o prestígio das rocinhas belenenses, decantadas pelos estrangeiros visitantes, caídos de amores por elas.

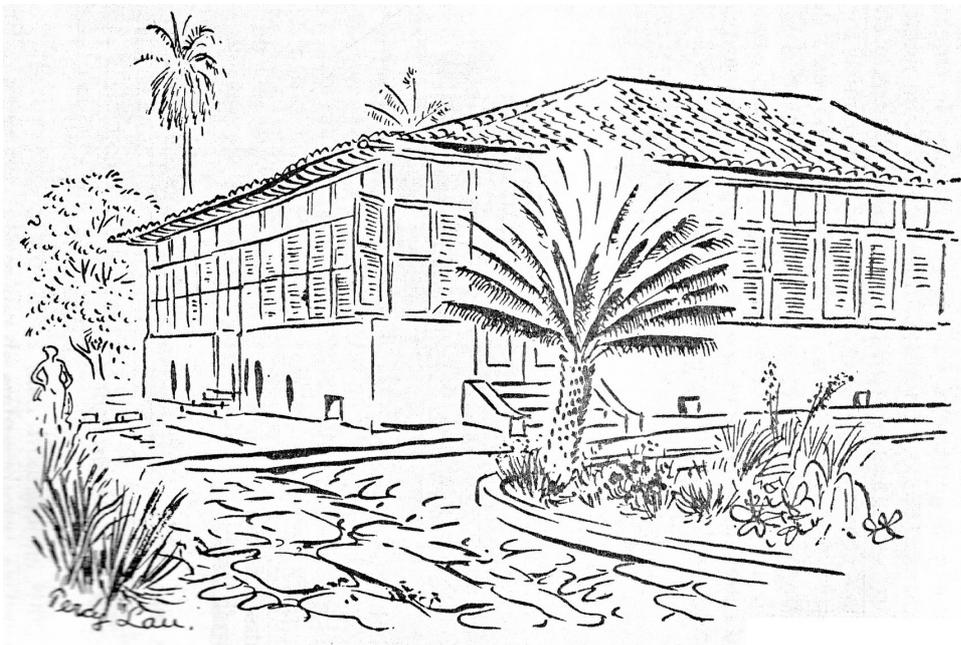
[...] constituía-se de um corpo central, telhado em quatro águas, com varandas comuns às casas rurais do Brasil, rodeando a casa, ou apenas em uma parte. TOCANTINS (1987, p. 152)

Eram normalmente residências de famílias abastadas as quais, em especial até a primeira metade do século XIX, optavam por estrategicamente afastar-se da cidade para seus arredores por questões de conforto, visto que as sedes das rocinhas eram, de um modo geral, casas extremamente bem adequadas ao clima equatorial — isto está registrado nos diários dos viajantes, que muitas vezes ficavam hospedados em algumas dessas residências<sup>10</sup>.

Mesmo que as rocinhas não tenham sido construídas em perímetro urbano e fossem, portanto, propriedades de cunho rural, a sua existência na história da cidade de Belém deixou um considerável legado para o que se viria praticar a partir da segunda metade do século XIX.

---

<sup>10</sup> Spix e Martius, em 1819, esta rocinha incluindo “uma senzala para diversas famílias de pretos” (1981, v. 3, p. 17); Wallace, em 1848, (CRUZ, 1971, p. 45); Bates, em 1848 (1979, p. 27); Avé-Lallemant, em 1859 (CRUZ, 1971, p. 50); Kidder e Fletcher, entre 1857 e 1862 (CRUZ, 1971, p. 59); o casal Agassiz, em 1865 (CRUZ, 1971, p. 71).



**Figura 52** – Uma antiga rocinha nos arredores de Belém.  
Fonte: TOCANTINS, 1987.

Ernesto Cruz sugere que as casas com *puxado*, características de Belém a partir de então, e não apenas no centro urbano, tenham vindo ocupar o lugar das antigas rocinhas no uso comum da cidade: “Substituíram, guardadas as devidas proporções, as **ROCINHAS** que, aos poucos iam desaparecendo, por falta de recursos financeiros para mantê-las ou imposição do progresso urbano.” (1971, p. 92. Grifo do autor)

Na Figura 52, a varanda, toda protegida por janelas, garante a aeração necessária e protege contra as chuvas torrenciais e quase diárias na Amazônia. Este mesmo sistema de esquadrias será usado décadas mais tarde e com muita freqüência nos *puxados* dos casarões ecléticos construídos dentro da cidade, como mostrado anteriormente.

A necessidade da ventilação e iluminação naturais, e o hábito de se deixar as janelas abertas, permitindo ao ar livre que tomasse conta da casa podem ter sido fatores fundamentais para que fosse inevitável transmitir este sistema das *rocinhas* para as casas com *puxado* — não apenas o sistema de esquadrias, primeiro com venezianas, e depois com vidro, mas essas mesmas esquadrias, no *puxado*, abrindo-se do corredor para o *xarão*, ao lado da casa.

Transmitia-se assim a necessidade do contato com o exterior, bem como a maneira de fazê-lo à paraense. Aparentemente por este motivo, não foram em geral as casas belenenses do século XIX casas fechadas, abafadas, como é comum se ouvir sobre as casas típicas de centros urbanos no mesmo período em outras regiões do Brasil,

embora ainda houvesse alcovas e a iluminação e ventilação acontecessem de forma indireta.



**Figura 53** - Fundos da casa à rua Doutor Assis, 414. À direita, a janela da alcova da casa.  
Autor: André Coelho, 2007

É no final do século XIX que a arquitetura belenense, acompanhando o cenário do Brasil, sofre suas principais transformações. Segundo Reis Filho, surgia agora, sob inspiração do Ecletismo, a casa de porão alto, ainda no alinhamento da rua, uma espécie de transição entre os velhos sobrados e as casas térreas (2002, p. 40).

A primeira nova forma de se implantar a casa no terreno parece ser a descrita tanto pelo jornalista Marques de Carvalho no romance *Hortênci*a, cuja história se passa no ano de 1888, quanto pelo historiador Ernesto Cruz: uma pequena área reservada à frente da casa para um jardim, em recuo do alinhamento da rua — por mais que em muitas delas essa área não fosse de fato ajardinada (CRUZ, 1971, p. 92).

Finalmente, chegou o *bond* à estrada de São Jerônimo. Cláudio saltou. [...] E corria para casa. Ao portão estava a tia Chica. [...]

— Não entre, nhô Cláudio! — disse a velha, colocando-se em frente, para vedar-lhe a passagem.

— E por que não hei de entrar?

— É que...

— Ora deixe-se de histórias, mulher do diabo, vociferou o sapateiro, dando um empurrão à tia Chica e correndo para a porta da casa, através dum pequeno jardim estreito, cheio de jasmineiros floridos. [...]

Subiu Cláudio dois degraus numa escada exterior de madeira [...].

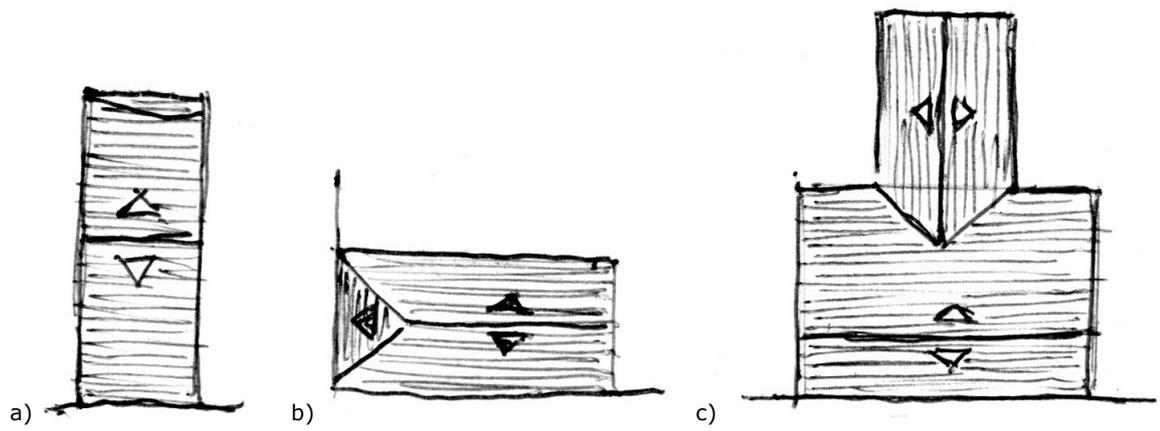
Seguiam pela comprida estrada, sem conversar, olhando mudamente os bonitos jardinzinhos que precediam as risonhas frontarias das casas burguesas e endomingadas na sua tranqüilidade dos dias de descanso. Hortência detinha-se às vezes um instante junto às grades, estendia um braço por entre os varões de ferro pintados de verde e colhia uma flor, aqui e além, com as quais formava um ramo para fincar nos cabelos. CARVALHO (1989, pp. 31, 107)

As casas com jardins na frente citadas por Cruz são já dos últimos anos do XIX, também construídas nos arredores da cidade, nos lugares antes ocupados pelas rocinhas. Ali, a este mesmo tempo, já haviam também casas afastadas dos limites laterais, primeiro ainda sobre o alinhamento da via pública, e ao final completamente libertas dos limites do lote.

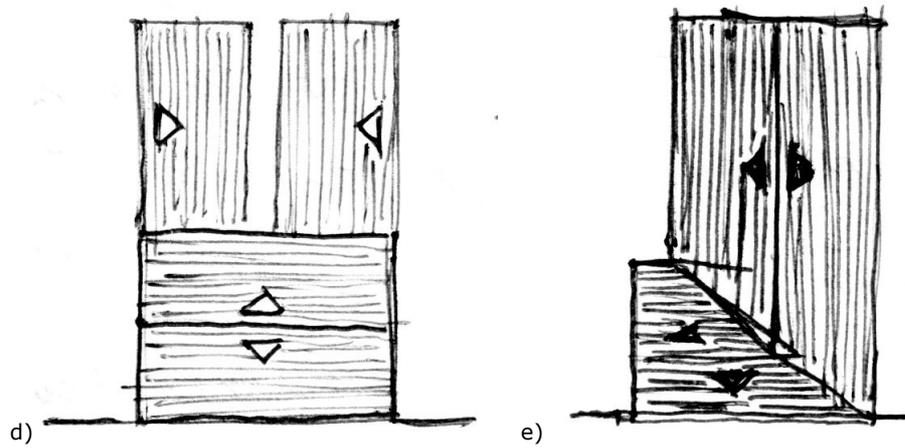
Evolui-se da casa de porão alto, de planta repetitiva, para uma enorme variedade de gostos e estilos [...]. Nelas começam a mudar as técnicas construtivas e também a implantação. Inicialmente, um tímido jardim ao lado e um quintal de frutíferas e no fim do período, a casa apalacetada toda afastada da rua, cercada de jardins. DERENJI (1987, p. 163)

Entretanto, esse era o quadro das construções naqueles novos bairros da cidade, onde se permitia uma ocupação do lote afastada do alinhamento da rua e dos limites laterais, o que não acontecia na Campina e Cidade Velha, motivo pelo qual nestes dois bairros as soluções precisaram ser criativas o suficiente para suprir essa necessidade.

No Álbum do Estado do Pará de 1908 é possível observar alguns esquemas de cobertura que resolvem a solução da casa sobre o alinhamento frontal do lote, mas procuram, na parte de trás, aeração e iluminação naturais. Eis alguns esquemas e fotografias:



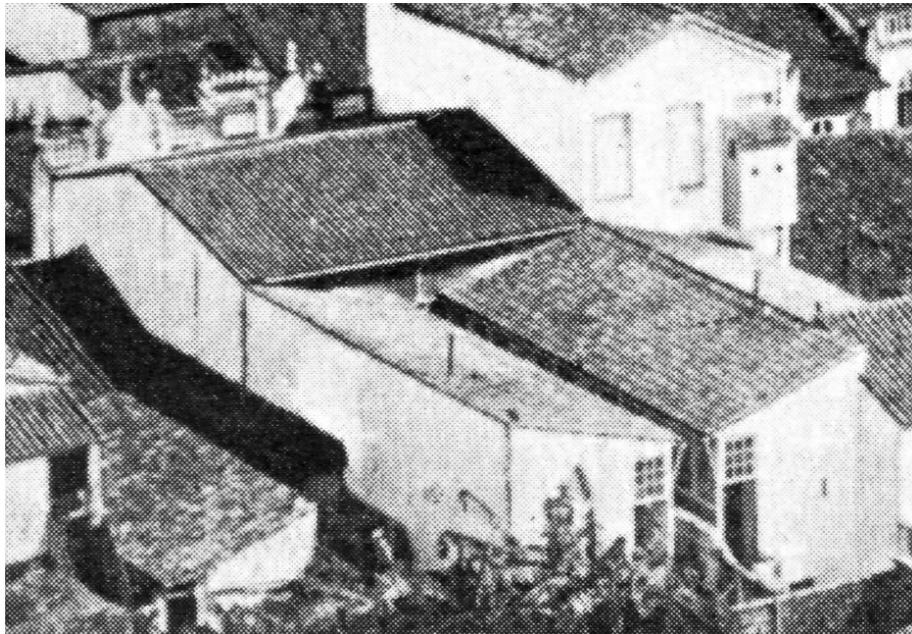
**Figura 54** – Esquemas de cobertura freqüentes, sobretudo a) e b).  
 Fonte: ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ, 1908.



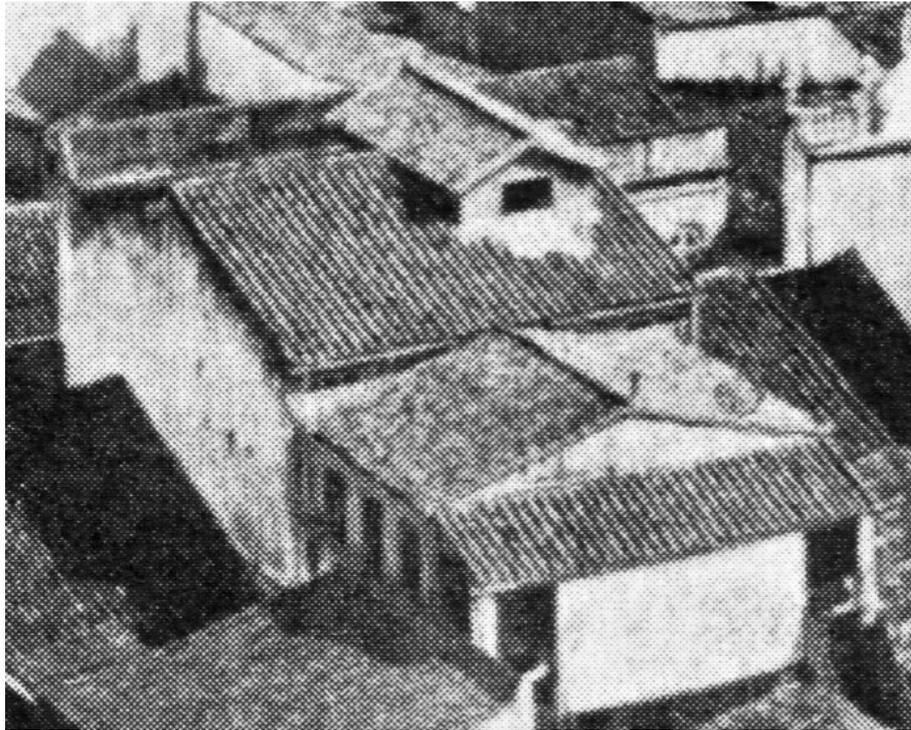
**Figura 55** – Esquemas de cobertura menos freqüentes.  
 Fonte: ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ, 1908.



**Figura 56** – Porto de Belém e conjunto de casas da Campina.  
Fonte: SARGES, 2000.



**Figura 57** – Casa próxima ao porto de Belém, na Campina (pormenor).  
Fonte: SARGES, 2000.



**Figura 58** - Casa próxima ao porto de Belém, na Campina (pormenor).  
Fonte: SARGES, 2000.



**Figura 59** - Casa próxima ao porto de Belém, na Campina (pormenor).  
Fonte: SARGES, 2000.

### 2.3 Fachada e elementos decorativos

A integração do Brasil ao mercado mundial, com a abertura dos portos, tem como consequência a importação de equipamentos e alteração da aparência das construções nos maiores centros (REIS FILHO, 2002, p. 37). Mantêm-se, entretanto, as “velhas receitas coloniais”, aproveitando as “facilidades oferecidas pela escravidão”.

Em um primeiro momento, a vida inspirava-se no sul da Europa, o que tinha seus reflexos na decoração das casas: tinha-se os portugueses como intermediários comerciais, o contato com Lisboa era intenso, os construtores eram portugueses e usava-se material português (azulejaria, pedra para cantaria e calçamento — uma vez que no Pará, na região de Belém, há escassez de pedra).

“[...] preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições não ficavam, porém, somente nas fachadas”. REIS FILHO (2002, p. 24)



**Figura 60** – Casa ao boulevard Castilho França, S/N.  
Autor: André Coelho, 2007

Em um segundo momento, a inspiração passou a ser os países a norte e noroeste da Europa. Com o comércio da borracha, tem-se os ingleses, a princípio, como principais intermediários comerciais, e o contato da sociedade belenense com Londres e Paris se intensifica. Construtores de diversas origens, inclusive brasileiros e europeus, e material importado, agora de toda a Europa, passam a ser aproveitados na arquitetura.



**Figura 61** – Casa à rua Gaspar Viana, 159.  
Autor: André Coelho, 2007

Assim se dá o exercício *eclétizante* da arquitetura belenense, percebido sobretudo entre os anos de 1900 e 1915 (DERENJI, p. 104), quando francesismo e portuguesismo ainda se misturam (TOCANTINS, pp. 155-156). Entretanto, datam ainda de 1896 e 1897, segundo a própria Derenji (p. 98) as primeiras fachadas com figuras e festões ecléticos de Belém.

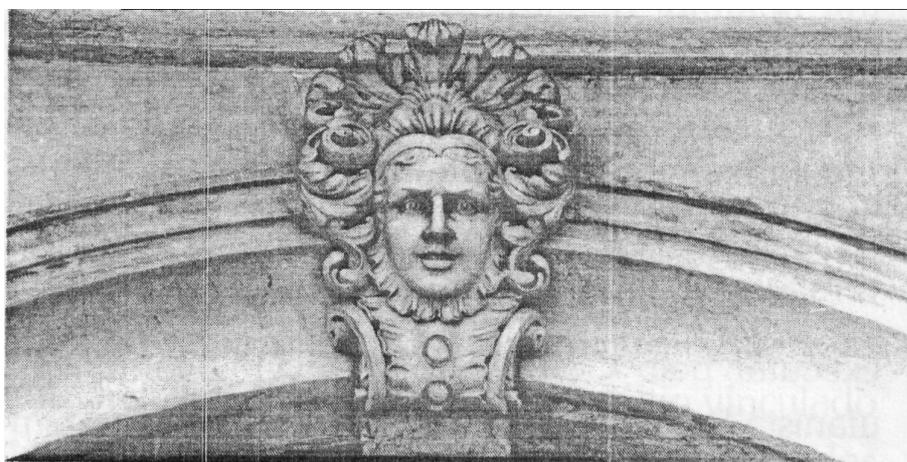
A decoração da arquitetura fim-de-século em Belém irá servir, da mesma maneira como a vestimenta e os modos sociais, como símbolo de posição social. (REIS FILHO, 2002, p. 180).



**Figura 62** – Casa à travessa Campos Sales, 553.  
Autor: André Coelho, 2007

O azulejo é um “capítulo” à parte quando se trata do Eclétismo na arquitetura de Belém, uma vez que não foi apenas um recurso formal decorativo mas uma técnica aliada ao conforto, à adequação climática do habitante equatorial. (Azulejo: Derenji, p. 96-97; Fabris, p. 155, Tocantins, pp. 171-173).

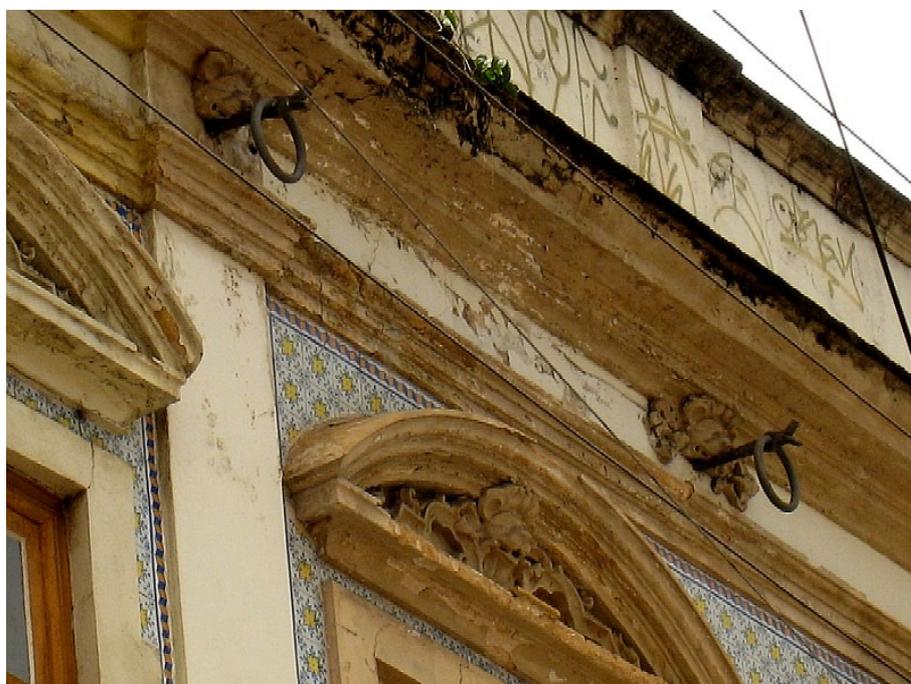
O neoclássico, tardio apesar da existência de Antonio Landi na história da arquitetura belenense, será usado em Belém apenas como mais uma opção na escolha de estilos do Eclétismo.



**Figura 63** – Casa à travessa Campos Sales, 553.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 64** – Casa à rua Gaspar Viana, 159.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 65** – Casa à rua Gaspar Viana, 159.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 66** – Centro Histórico de Belém  
Fonte: COELHO, 1996

---

### **3 EDIFICAR E HABITAR NA BELÉM DE 1850-1920**

Ao lado das técnicas construtivas tradicionais, cristalizadas ao longo de séculos pelas mãos dos construtores, surgem ao final no século XIX novas maneiras de pensar a casa e sua construção as quais, por questões de moda, necessidade de adaptação às novas leis municipais ou mesmo por ostentação, foram rapidamente difundidas em toda a capital paraense.

Não apenas expressão da tecnologia construtiva e das “modas” estilísticas que passaram por Belém naquele final de século, a casa paraense traz incrustados consigo os velhos hábitos luso-brasileiros de morar, de adaptar-se às normas sociais, mas também de fazer parte das novas tradições, inventadas a cada dia. Na fachada, a busca pela modernidade; em seu interior, a funcionalidade do habitar.

O bem arquitetônico é dotado, mais do que de meros valores estéticos e técnicos – mais comumente lembrados, por mais contestados que sejam (e quem sabe por isso mesmo mais lembrados) –, de diversos outros valores intrínsecos, variáveis sociais e intelectuais por exemplo. Seria de pouca utilidade para uma história da arquitetura residencial pensar a forma da casa por si própria excluindo toda a vida que a ela está conectada.

E não acontece aqui na casa como aconteceria num museu ou numa igreja, em que os usuários do edifício são, em geral, espectadores de uma arquitetura estática e pouco mutável. O morador é de fato agente ativo e fundamental na configuração formal do edifício em que vive. A casa, espaço de morar, é habitada por pessoas que não apenas contemplam-na, mas a utilizam, criam e recriam.

Ao longo dos anos de vida familiar em uma residência, paredes são construídas e retiradas; cores, modificadas; esquadrias, substituídas; uso dos espaços, alterados; medidas de segurança, acrescentadas; portas são deixadas abertas e outras, trancadas. Tudo intimamente relacionado às intenções e formas de morar e de se relacionar na casa, às adaptabilidades ao clima, às tecnologias conhecidas e economicamente ou geograficamente acessíveis para se construir, às tendências estéticas e decorativas, etc. Assim, a família, como usuário essencial – embora não único – do edifício residencial, deve ser considerada e, o quanto possível, compreendida para que o estudo da definição formal da casa de uma determinada época não se torne vão.

Assim, este capítulo procura tratar de diversos fatores dos quais a casa burguesa belenense teria sido expressão, sejam de ordem social, tecnológica, política ou mesmo legal.

### **3.1 As leis e a prática**

Conforme acontecia com o mundo no século XIX, Belém acompanhou a tendência de planejamento e desenho para o crescimento da cidade. Já entre 1883 e 1886, o engenheiro João Odorico Nina Ribeiro desenvolvia um grande plano, adequando às quadras antigas novas e grandes quadras e largas avenidas, e trabalhando a setorização dos tipos de ocupação ao longo do perímetro urbano, como afirma Duarte (1997, p. 2).

Nos anos finais do século XIX, o plano desenvolvido por Nina Ribeiro foi aos poucos sendo implantado pela Intendência do município de Belém. As diversas leis, posturas, resoluções, atos e decisões do governo municipal – alguns deles transcritos em anexo a este trabalho – instruíam sobre a ocupação das quadras, dos lotes, sobre o tamanhos dos edifícios, afastamentos e recuos, autorização para obras, entre muitos outros assuntos.

Finalmente, para inaugurar o século XX, entrou em vigor o novo Código de Polícia Municipal de Belém, em parte transcrito como anexo a este trabalho. Por meio desta lei, um detalhado código de posturas urbanas, Antônio José de Lemos, Intendente de Belém entre 1897 e 1912, procurava garantir que a cidade fosse, aos poucos, reconstruída segundo inspiração européia.

Os capítulos XVI e XVII do Código de Polícia Municipal, de 1901, tratam exclusivamente das construções urbanas, e legislam tanto sobre a aparência dos edifícios que viessem a ser construídos — especialmente os residenciais e comerciais — quanto sobre as obras e outras questões técnicas.

A intendência municipal era órgão não apenas legislador, mas também regulador e sobretudo fiscalizador das construções. Nenhuma obra de reforma ou sequer pintura poderia ser executada sem autorização da prefeitura. Os agentes fiscalizadores poderiam inclusive, a qualquer momento, determinar alterações, por exemplo, na espessura de paredes ou dimensionamento dos alicerces dos edifícios.

Por meio deste código de posturas, Lemos traduz tanto intenções estéticas quanto um claro cuidado com o conforto e higiene das habitações e, por conseguinte, da cidade. É dessa maneira que, a partir de 1901, a forma externa e interna das residências belenenses passa a adequar-se obrigatoriamente a um determinado padrão construtivo.

Dentre as casas que se tomou para estudo, várias foram construídas já na vigência da lei lemistá. Ao lado disso, porém, algumas delas aparentemente passaram pelo processo a que se poderia chamar *ecletização*: sua conformação anterior teria sido alterada para que sua forma externa fosse adequada aos padrões de ordem e estéticos impostos pela Intendência Municipal. Esta é possivelmente a situação das casas ao boulevard Castilhos França, 56, que teria sofrido inserção de platibanda (conforme já citado) e à rua Doutor Assis, 337, edifício que foi particularmente construído em data remota, mas que teria sido, aparentemente da mesma forma, *ecletizado* na administração de Antônio Lemos.



**Figura 67** – Casa à rua Doutor Assis, nº 337.  
Autor: André Coelho, 2007

Ao mesmo tempo, edifícios que, como a casa à rua Siqueira Mendes, 58, os quais exibem beiral no lugar de platibanda, podem ter sido construídos antes da intendência de Lemos. Na situação específica deste edifício, tal afirmativa pode ser verificada por suas dimensões de pé direito, em desacordo com o Código de Polícia Municipal. Provavelmente também por este motivo a casa não tenha sido *ecletizada* e permaneceu com poucas alterações externas até os dias de hoje – o que permitiria ironicamente afirmar ter sido Lemos o principal responsável pela conservação deste imóvel segundo sua forma original.

A salubridade de Belém, como foi mostrado no artigo desta obra sobre o Pará, é a maior possível e não soffre na comparação com os outros centros populosos do mundo. A moderna Belém, com suas ruas bem calçadas e largas e as suas praças convertidas em parques lindissimos com ajardinamentos caprichosos, umas e outros elegantemente arborizados e cuidadosamente conservados, mostra bem a amplitude do esforço, que a transformou. Os edificios que margeiam as avenidas dos bairros mais modernos são de uma bella architectura, apropriada ás condições climatericas. Muitas das residências particulares são verdadeiros e luxuosos palacetes. IMPRESSÕES DO BRAZIL NO SECULO VINTE (1913, p. 901)



**Figura 68** – Edifício à rua Siqueira Mendes, nº 58.  
Autor: André Coelho, 2007

As idéias de conforto, higiene e saúde estavam implícitas nas leis e no grande plano urbanístico para Belém. Havia intenções diferenciadas entre os construtores e o poder público — até 1903, quem “ditava as regras” eram os mestres-de-obra (CRUZ, 1971, p. 95). O papel das leis foi fundamental, a ponto de ter alterado drasticamente o que se praticava.

Por outro lado, as leis são comumente escritas para se institucionalizar práticas, muitas vezes não apenas já vigentes, mas bem difundidas entre a sociedade. É possível que boa parte de tais posturas indicadas por Lemos já fossem praticada antes mesmo da existência da lei. O que de fato foi feito por obrigação, e o que foi feito por escolha dos mestres e artífices construtores das casas desta época? As leis implantadas por Lemos realmente representaram para a cidade de Belém o “progresso” tão desejado?

### **3.2 Materiais e técnicas construtivas**

Ainda no período colonial brasileiro, as técnicas e materiais mais usados na construção eram, nos casos, mais simples, as paredes de tabique (mais conhecido em outras regiões do Brasil como *pau-a-pique*), adobe ou taipa de pilão e, nas residências de famílias mais abastadas, pedra e barro e mais raramente tijolos ou pedra e cal.



**Figura 69** – Parede de tabique na casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007

Certo avanço tecnológico se verifica gradativamente, embora com lentidão, durante o período do segundo Império Brasileiro, à medida que se aproxima a abolição da escravatura. Por exemplo, ao passo que novos hábitos de higiene vão sendo aprendidos, novos equipamentos vão sendo também introduzidos, como o encanamento de água corrente para os banheiros. Do advento da madeira serrada, empregam-se as primeiras venezianas e os assoalhos encerados, de junção mais perfeita que os antigos, abrindo também caminho para o uso de móveis mais finos e tapetes. REIS FILHO (2002, pp. 26, 50)

Na construção das paredes, empregava-se comumente pedra, tijolos comum ou em L, madeira, barro, cal e sernambi<sup>11</sup>. Até 1900, permanecia tudo ainda muito próximo dos meios tradicionais de se construir, à maneira dos mestres-de-obra e artífices portugueses.

Diferente do pregado pelo governador da Província na citação abaixo, a arquitetura do Eclétismo, em Belém, sobretudo já nos primeiros anos do século XX, foi

---

<sup>11</sup> Cernambi – sernambi ou sarnambi, como também se conhece no Pará – é a designação dada a certo molusco bivalve, comum em toda a costa brasileira, ainda hoje utilizado na alimentação, e que constitui a maior parte dos sambaquis (depósitos arqueológicos remanescentes do Brasil pré-cabraliano, curiosamente também conhecidos no Pará como sernambis). A concha desse molusco aparecia comumente misturada às massas de enchimento dos edifícios no Pará colonial.

em grande parte uma "arquitetura de importação", dependente de elementos importados. Havia abundância de madeira e outros materiais regionais, porém a tecnologia de que se usufruiu, sobretudo de materiais em ferro, era importada da Europa. Acompanhou, de certo modo, o cenário nacional.

As construções de casas no Pará, sobretudo na cidade de Belém, Capital do Estado, são feitas geralmente de pedra e cal.

Qualquer casa por pequena que seja, os seus alicerces são invariavelmente feitos de pedra e cimento, e as paredes geralmente são feitas de tijolo.

O tijolo angular, com 6 e 8 furos cada um, é o mais empregado, não só pelo tamanho e forma, que diminui a mão de obra, como também porque pela sua manufactura já com os referidos tubos de ar, são os mais apropriados aos rigores do nosso clima. Nas coberturas das casas emprega-se vulgarmente a telha convexa comum ou a telha chata denominada "telha francesa" ou de Marselha.

Já está sendo introduzida de 3 annos a esta parte, uma telha completamente chata, muito elegante e que exige armações menos solidas e pesadas: é a telha chamada "fibrociment". O telhado coberto com essa telha é econômico e vistoso, porque são de 2 cores, branca e vermelha, e colocados alternadamente, como mosaico, é de lindo aspecto.

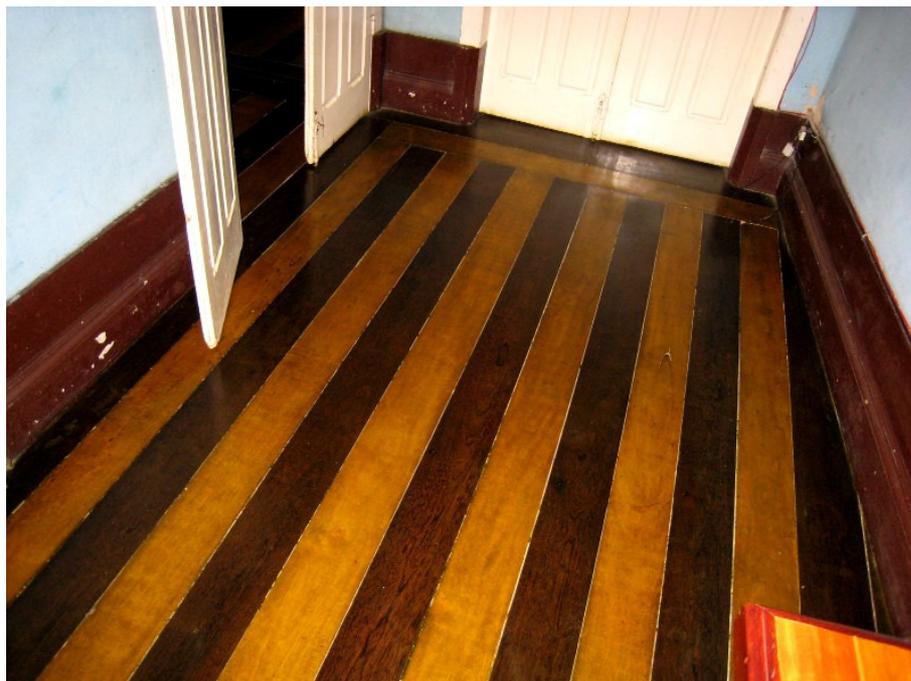
As madeiras empregadas na construção das novas casas são melhores do que as que se pode obter em qualquer parte do mundo.

O Acapú e o pau amarello, o louro vermelho, o cedro e outras madeiras de lei são as que empregamos commumente. Para janellas, e portas, é geralmente empregado o cedro e o louro, para os humbraes é o acapú, conjuntamente, o que lhes dá, a par de extraordinária durabilidade, uma certa belleza e nas casas de luxo fazem dessas duas madeiras e ás vezes de mais outras duas ou três qualidades, lindissimos mosaicos. Mesmo só com as duas especies, acapú e pau amarello, visto o primeiro ser de côr quasi negra, e á segundo de côr amarella, os soalhos são de lindo effeito.

Para os forros das edificações são empregadas a Úcuúba, a quaruba e a marupaùba.

Nas casas mais modestas também se fazem soalhos com a cupiuba, que é também uma excellente madeira.

A não ser o cimento e certa ferragem, nada importamos para a construção de nossas habitações ou edifícios. (ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ, 1908, pp. 329-331)



**Figura 70** – Casa à rua Doutor Assis, 414.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 71** – Parede construída utilizando-se o sernambi misturado  
à argamassa. Casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 72** – Tijolo em L. Casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 73** – Exemplo de utilização do tijolo em L: muro na casa à rua Doutor Assis, 337.  
Autor: André Coelho, 2007



**Figura 74** – Forro na casa à rua Riachuelo, 270.  
Autor: André Coelho, 2007

### 3.3 Sociedade e família no Pará

As recentes pesquisas desenvolvidas sobre a família paraense têm aberto um grande leque de informações novas e úteis, ainda que não especificamente sobre o cotidiano no uso da casa.

Convém destacar autores como Veloso (1998), que examinou com cuidado, a partir de registros demográficos de 1778, as estruturas de apropriação de riqueza em Belém, tendo contemplado, além de impressões historiográficas sobre a Belém oitocentista, os ofícios e as funções dos *cabeças de família*, a diferenciação social pelo poder aquisitivo, e a quantidade de pobres e ricos que compunham a base da sociedade belenense desde essa época até as primeiras décadas do século XIX.

Um dado interessante identificado por Veloso é a distribuição espacial da riqueza na Belém de 1778: na freguesia da Sé (atual Cidade Velha) concentravam-se as famílias de *possibilidade inteira* e, na freguesia de Santana da Campina, as consideradas *ricas*.

*Os cabeças de família de possibilidade inteira usufruíam de vantagens sociais semelhantes aos ricos. Ficaram próximos e simbioticamente existindo no interior das estruturas de apropriação e de dominação política gestadas na ordem econômica colonial. Novamente as patentes militares acoplam-se com os ofícios de fazendeiros, mercadores. O fabricante de madeira, o clérigo, o senhor de engenho ou categorias funcionais como Intendente Geral formam a base social e política, constituem o grupo dominante na Capitania do Grão-Pará. Esses grupos galgaram posições econômicas e de poder que foram*

disputadas durante o conflito da Independência dos anos 1822, 23 nas tentativas de romper com a herança colonial. VELOSO (1998, p.18)

Veloso (1998, p. 20) cita ainda que, no universo de 46 *cabeças de família* de *possibilidade inteira*, havia apenas uma mulata — responsável um grupo familiar formado por 35 parentes — e apenas um mameluco, sendo brancos todos os demais 44 *cabeças de família*.

As famílias belenenses *ricas* e de *possibilidade inteira*, em geral, preferiam-se umas às outras no vínculo de alianças econômicas, inclusive de casamento, motivo que, para Veloso (1998, p. 18), garantiu que tais famílias permanecessem por muito tempo ainda em destaque social.

Vale lembrar que, nesse século, o Brasil começava a viver um momento diferente no contato inter-regional, por meio dos novos meios de comunicação e de transporte, produtos da Revolução Industrial, que iam sendo aos poucos introduzidos.

Especialmente na segunda metade do século, linhas férreas passaram a ligar os interiores das províncias à costa brasileira, e os grandes navios a vapor encurtaram em muito o tempo das viagens entre norte e sul do país, fato de muita relevância para as cidades de toda a bacia amazônica, que muito cresciam e a cada ano recebiam mais e mais imigrantes de outras províncias brasileiras e mesmo de muitos países ao redor do mundo para usufruir das facilidades e do bem-estar providos pela crescente economia da borracha.

Segundo D’Incao (1989, p. 61), o século XIX teria de fato testemunhado sólidas mudanças no comportamento familiar brasileiro, especialmente entre homem e mulher na relação chamada *ora de amor, ora de sexualidade*. Tal mudança teria sido provocada por um sentido *moderno* (segunda metade do século XIX) de se entender a palavra *amor* como algo que deve existir no plano das idéias, e não na carne – mesmo que o amor carnal já tivesse sido, ainda no começo desse mesmo século XIX, mais comum e aceitável – e resultou num sensível afastamento de corpos entre homem e mulher.

O próprio fato, amplamente relatado e conhecido, da proteção que se fazia dentro de casa à menina ou mulher candidata ao casamento ainda reforça tal separação. D’Incao (1989, p. 68) interpreta essa atitude rígida do pai em vigiar e guardar a filha como possivelmente o único mecanismo de que ele dispunha para a manutenção do sistema vigente de casamento, como aliança ao mesmo tempo política e econômica. O pai precisava “garantir o *status* da noiva como um objeto de valor econômico e político”, visto que neste tipo de casamento, especialmente nas classes mais abastadas, das quais se tem registro, a virgindade da moça era requisito fundamental.

Dessa forma, homens e mulheres distanciam-se uns dos outros, bem como de seus próprios filhos. A casa precisa funcionar com tais “barreiras” que, se de alguma maneira existiam desde o período colonial brasileiro, são então, de fato, apenas reforçadas e intensificadas.

Até as primeiras décadas do século XX, esse quadro permanece, como citam Leite e Massaini (1989, p. 74), não sendo habituais as manifestações de amor, nem às crianças.

O fato de pessoas estranhas conviverem numa unidade domiciliar gerava dentro de uma mesma casa vários domínios diferentes, privados e públicos que funcionavam como cenários. As salas de jantar e visita eram espaços externos e públicos, onde as personagens conviviam, obedecendo a rígido ritual de regras de comportamento. Nestes espaços, os sentimentos deviam ser sufocados em nome da boa educação e das regras do bem receber. Eram os espaços da representação. A alcova, o espaço feminino por excelência. Era também o espaço das manifestações mais íntimas das personagens. O choro, a explosão de dor, o devaneio e os segredos da paixão expandiam-se aí. Enquanto nas salas desenvolviam-se a cortesia e usava-se a máscara, na alcova desenvolvia-se a imaginação e eram feitas as revelações. LEITE E MASSAINI (1989, pp. 75-76)

Ao mesmo tempo em que tais hábitos ainda perduram até o começo do século XX, desde 1882 já é possível perceber novas mudanças nas relações familiares: a casa tende a tornar-se um espaço mais privado, enquanto que seus habitantes, mesmo as mulheres, são aos poucos trazidos para a rua, para a convivência social urbana dos salões, ruas e teatros. LEITE e MASSAINI (1989, p. 77).

A divisão do espaço vai perdendo os contornos demarcados anteriormente e o indivíduo a incorpora. Não mais coeso e moral, mas fragmentado e mutável, de acordo com as situações. [...] O amor deixou de estar sufocado na alcova. LEITE e MASSAINI (1989, p. 77)

O círculo social se amplia, inclusive para moças e rapazes, que passam a ter mais possibilidades de escolher seu par amoroso. Os padrões de comportamento tornam-se mais elásticos, e são mais comuns os desvios, os amores ilegítimos e adúlteros.

Leite e Massaini (1989, pp. 79-80) abordam, assim, diversas representações da família e do amor, entre elas as obras literárias de Machado de Assis, que dissecam questões do amor e dos relacionamentos à época, e mostram, por exemplo, tanto mulheres astuciosas e inteligentes — como Capitu, Virgília e Fidélia — como outras sofridas, pobres e maltratadas. Entretanto, essa mesma mulher, em qualquer caso, é sempre dependente, preciosa, frágil e protegida pelos que a rodeavam, mesmo contra sua própria vontade.

Eis a seguir, em breves palavras, diversos outros autores da historiografia nacional, também consultados, além dos autores já citados, em abordagens diferenciadas e relevantes à temática desta pesquisa.

Cancela (2002) aborda diversas formas de organização da família belenense nesse período, mas especialmente relações marido X mulher, seja em namoro, casamento ou outras formas de relacionamento. Batista (2002) detém-se em tratar de formações familiares escravas “matrifocais”.

Samara (1987) faz considerações a respeito do modelo de família patriarcal de Freyre. Fala também sobre os resquícios da família patriarcal e novas tendências na pesquisa e novas evidências sobre a família brasileira e suas variações temporais e regionais, considerando ineficaz um conceito genérico para representar a família e sociedade brasileira como um todo na história. Aborda ainda o papel da mulher (tema recorrente nos mais diversos autores) e as divergências que surgem no século XIX.

Almeida (1987) fala sobre a difusão da matriz da família patriarcal. Parte do modelo de Freyre e dos viajantes, mas retoma a “visão de mundo dos colonizadores portugueses no que se refere à família” (p. 56). Segundo Almeida, a família nuclear burguesa é uma idéia que chega ao Brasil no século XIX, ao lado de outras idéias — liberalismo, revolução industrial, etc. — como modelo de modernidade, causando impacto sobre a sociedade brasileira e tendo sido apropriada pela sociedade patriarcal. Versa ainda sobre o “aburguesamento” de classes sociais.

De acordo com Muricy (1987), o século XIX assiste a um projeto chamado de “normalização” da vida social e nota-se um novo modelo de organização da família brasileira a partir de então. o romance naturalista como instrumento para inculcar os discursos da medicina, de “medicalização” de todo o espaço social. Vale lembrar aqui neste contexto o romance naturalista *Hortência* (CARVALHO, 1989), utilizado como ilustração literária para o presente trabalho de pesquisa e também como fonte de informações relativas sobre a vida e moradia em Belém à época.

Partindo do ponto de vista de Reis Filho (2002, p. 141), acontece em Belém algo parecido com a vinculação cultural das províncias com a corte no Brasil, porém aqui imitando mais os modos europeus e menos os da corte brasileira, visto que a ligação do Pará com o Rio de Janeiro era muito difícil.

Reis Filho (2002, pp. 150-152) trata ainda sobre os novos burgueses da sociedade brasileira e sobre os imigrantes (p. 154, 148-149). Traz à memória o Instituto Lauro Sodré em Belém, grande escola que preparava jovens órfãos para serem artesãos dos mais diversos tipos.

O discurso “positivista” de Antônio Lemos é levado à discussão por Cruz (1971, pp. 103-104), que fala da relação com a imagem que se queria construir do Pará, de Belém e do Brasil, a República, a Modernidade — assunto recorrente em Derenji (pp. 102-103).

Coelho (2005, pp. 4-5), por sua vez trata da casa como produto e instrumento da ideologia e poder, e a maneira como a arquitetura pode ser de fato utilizada para se alimentar determinado sistema, que por sua vez alimenta a multiplicação desse mesmo recurso arquitetônico.

---

## CONCLUSÃO

É curioso observar o resultado da arquitetura residencial praticada pelos portugueses na colonização de seu território americano, em específico no que resultou o fato de terem sido **Grão-Pará** e **Brasil** duas unidades administrativas diferentes até o final do século XVIII, além de distantes geograficamente entre si: edifícios com referências formais e construtivas próximas sob alguns pontos de vista, mas com diferenciais que, no mínimo, chamam a atenção.

As raízes da arquitetura residencial belenense, paraense e, de um modo geral, — por que não dizer? — nortista, incluindo o Maranhão, assentam nas mesmas raízes da arquitetura de residências brasileira (salientando o fato de que o Norte não era Brasil). A região de Lisboa, Portugal, uma das principais cidades com as quais Belém teve contato nos primeiros séculos, foi a fonte de inspiração dos próprios mestres de obra e artífices portugueses em Belém, os quais procuraram reerguer na capital paraense o lugar dos seus sonhos e lembranças.

Não foram à toa tantas comparações dos viajantes de Belém como uma das mais européias entre as cidades portuguesas na América, dado que a cidade tinha ares de uma Lisboa antiga, comparação que até hoje é feita, ainda quando de maneira

descomprometida, a respeito das ruas do centro histórico de Belém. Cabe aqui uma curiosa narrativa de Tocantins:

Certa senhora belemense, no princípio deste século, costumava fazer repetidas viagens entre Belém, Rio e Lisboa, demorando-se, nelas, em vilegiatura que variava, no tempo, com os seus caprichos de matrona endinheirada. Numa das últimas vezes ela queria ir do Rio a Lisboa. Os parentes, receosos de que qualquer coisa pudesse acontecer nessas longas travessias marítimas, pois tratava-se de uma senhora de idade avançada, decidiram lançar mão de um stratagem: embarcaram-na em vapor que seguia para Belém. Ao entrar o navio na barra da capital paraense, sua acompanhante apontou-lhe a hoje desaparecida<sup>12</sup> Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra como sendo o Forte São Julião da metrópole portuguesa.

As vistas enfraquecidas da velhinha não permitiram cotejar melhor a paisagem, e ela aceitou o logro como o verdadeiro. Os parentes tiveram cuidado de alugar casa na "Cidade Velha", e aí a senhora acabou mesmo por se identificar com a Lisboa de seus desejos. TOCANTINS (1987, p. 146)

Mesmo que, segundo o próprio autor, a autenticidade desse episódio mereça retificações, sua existência é suficiente para ilustrar a identidade de imagem evocada entre Belém e Lisboa, mesmo no começo do século XX, quando a riqueza gerada pela economia da borracha já proporcionava uma mudança drástica no aspecto da cidade. Ressalta Lemos (1996, p. 14) que "no final do século, Belém e São Luís, com o dinheiro da borracha e do comércio dela resultante, despediram-se de vez da arquitetura portuguesa."

Há, portanto, uma mesma raiz portuguesa para a casa brasileira deste período, tanto em Belém como em diversas outras cidades brasileiras da mesma época — como Alcântara, São Luiz, Salvador, Rio de Janeiro e Ouro Preto. Daí haver tanta semelhança entre a arquitetura, não apenas residencial, entre essas cidades, apesar das diferenciações temporais e regionais.

A casa era uma casa brasileira, sim,  
um pouco portuguesa, um pouco pixaim.

[...] A casa era assim ou quase.  
A casa já não está mais lá,  
está dentro de mim.  
Cantar me lembra o cheiro de jardim.

A coisa é a coisa brasileira, sim,  
o jeito, a maneira, a identidade, enfim.

[...] A casa era assim,  
um pouco portuguesa e pixaim. AZEVEDO e ROCHA (2007)

---

<sup>12</sup> As fundações do forte São Pedro Nolasco foram encontradas nas prospecções arqueológicas para construção da Estação das Docas, no princípio do século XXI. (PARÁ, 2007)

As diferenciações são devidas a diversos motivos. É o próprio Lemos (1996, pp. 16-17) quem destaca que havia, à época da colonização, vários gêneros de casas vernaculares lusitanas diferentes, devido à diversidade de regiões e realidades culturais então existente em Portugal.

Junte-se a isso o fato de que o assentamento do colonizador português na América não foi feito de maneira sistematizada, isto é, foram trazidos os portugueses das mais diversas regiões lusitanas, e aleatoriamente distribuídos entre as terras das colônias do Brasil de então. Há que se considerar ainda que os dois estados portugueses na América apresentavam, cada um, dimensões gigantescas, continentais, por assim dizer.

Tais circunstâncias foram amplamente propícias a que se desenvolvesse, espalhada pelo solo brasileiro, uma série de diferentes "casas brasileiras". Dessa forma, não é de se estranhar que efetivamente tenham havido visíveis diferenças entre a casa produzida no norte, no nordeste, no sudeste e no sul do Brasil.

Embora tenha dito Vauthier que "quem viu uma casa brasileira, viu todas" (1975, p. 37) e tenha contraposto Lemos mais de cem anos depois que, "em relação à aparência das construções, ele tinha razão, porém não chegou a perceber que elas funcionavam diferentemente" (1996, p. 13), não é apenas no funcionamento da casa que residem os pontos que diferenciam a edificação nortista da do restante do país.

Entretanto, não foi a proposta deste trabalho esclarecer essas diferenças, e sim identificar as formas de habitar da classe *burguesa* paraense no período definido, determinando características de forma e aspecto das casas e as forças que teriam atuado para essa conformação.

Assim sendo, este trabalho de pesquisa mostrou que a arquitetura residencial de classe *burguesa* desenvolvida em Belém do Pará no período em que a região norte gozou os benefícios da economia da borracha foi uma arquitetura singular, não apenas no que tange ao uso dos espaços da casa, mas também nos materiais, nas práticas construtivas, na planta, no uso dos espaços e na decoração, mesmo de fachadas.

A casa *burguesa* belenense é resultado de um processo bem estabelecido ao longo do tempo, em que o nativo paraense e o construtor português interagiram para dar forma a uma casa a qual, ao mesmo tempo em que apresentava raízes formais e estéticas em edifícios de cidades portuguesas, rendia-se com intensidade à realidade de habitar uma região equatorial, sempre abundante em calor e chuvas.

Especificamente na passagem do século XIX para o XX, período em que a cidade de Belém "internacionalizou-se" em aparência e costumes, alguns recursos diferenciados de forma e conforto foram conferidos às casas pelas leis introduzidas por Antônio Lemos, o então Intendente do município de Belém. Do mesmo modo que a cidade, também as

casas — ainda que apenas em sua aparência externa — foram ajustadas à tendência internacional do Ecletismo na arquitetura.

Não há dúvida de que as leis lemistas tiveram papel importante na conformação volumétrica das casas construídas na Belém de então, bem como em sua configuração de planta, fachada e na relação da edificação com o lote e com a rua. Há entretanto um limiar muito tênue entre identificar o que já era de uso comum na construção e decoração das casas e o que foi de fato introduzido em decorrência das leis. Em outras palavras, muitas tendências do Ecletismo brasileiro foram em Belém tanto moda quanto instituição legal.<sup>13</sup>

Foram diversos os padrões de planta praticados na cidade, alguns naturalmente mais que outros. A tradicional *casa com puxado* belenense, exposta neste trabalho com mais cuidado que outros padrões de planta, é um arranjo que se aproxima da típica casa brasileira do período colonial, mas com naturais amoldamentos culturais, temporais e climáticos. Há diversas variações desse tipo, algumas anteriores ao próprio período da borracha. A tradição popular, o senso comum de se construir desta ou daquela forma possivelmente indique um dos motivos de ter sido a *casa com puxado* um tipo tão consolidado e praticado em solo belenense.

É um tanto interessante o fato de que a *casa com puxado* tenha sido uma casa claramente bem adequada ao clima quente e úmido, realidade equatorial, mais do que outros tipos de casa existentes em Belém e do que outros tipos de casa de que se tem conhecimento em áreas urbanas de ocupação semelhante em outros estados brasileiros à mesma época. Mais interessante ainda é que Antônio Lemos, que levava à frente da cidade a bandeira da *salubridade* e da *higiene*, tenha lutado para extinguir este tipo de casa, pois a considerava sem “caráter”, ordinária — desconsiderando, assim, suas vantagens climáticas.

Entretanto, ocupava-se Lemos com a “europeização” da cidade de Belém, sua adequação a um ideal, a uma imagem aspirativa de modernidade, o que implicava muitas vezes em oferecer resistência a um padrão habitual estabelecido e firmar pelo poder da lei e do capital os novos padrões que fossem necessários para transformar a capital paraense em uma pequena cidade pretensamente européia à entrada da Amazônia.

---

<sup>13</sup> Essa questão exigiria certamente um estudo mais aprofundado e detalhado não apenas das leis lemistas, e de seu processo de criação, mas também um estudo com maior amostragem de casas do centro histórico de Belém para se datar com mais precisão as ações construtivas dos habitantes.

Tal cuidado não era uma ocupação apenas de Lemos, visto que Belém, como principal porto exportador da borracha, precisava amoldar-se às exigências do capital internacional. Os ideais de “modernidade”, descendentes do Iluminismo, associados às cidades européias então desenvolvidas durante o século XIX com a revolução industrial, aportaram em Belém com os navios ingleses e instauraram um novo tempo para a região amazônica.

As centenas de comerciantes e imigrantes europeus que viviam na cidade e os novos intelectuais, filhos das abastadas famílias belenenses, que chegavam dos períodos de estudos em Paris, exigiam do poder público — representado na virada do século principalmente pela heróica e contestada figura de Lemos — mudanças na cidade, de modo que Belém pudesse, ainda que de longe, suscitar ecos das grandes cidades européias, símbolos do período moderno.

Entretanto, ainda que externamente a imagem das casas se modificasse, no núcleo urbano histórico os sistemas construtivos e arranjos de planta se mantiveram apegados às práticas tradicionais, mesmo nas primeiras décadas do século XX. O parcelamento urbano, estabelecido no correr de quase três séculos, de lotes com testada pequena e grande profundidade, contribuiu para que ali a relação do edifício com o terreno praticamente não fosse alterada, tampouco sua volumetria e sentido de conjunto urbano.

Desse modo, a planta que se praticou no centro histórico de Belém, mesmo nos edifícios de classe média *burguesa*, tinha mais identidade com a tradicional casa belenense — e de algum modo brasileira, ainda que do período colonial — do que com os novos palacetes que surgiam ao longo dos bairros que eram abertos ao longo da Estrada de Nazaré, do Umarizal e da Estrada de Bragança.

Não é de se admirar que em dado momento as famílias proprietárias destas casas no centro histórico tenham-nas vendido para construir ou comprar casas nos novos bairros da cidade, onde a vida prometia ser mais “chique” e “charmosa”. As casas e palacetes construídos nos bairros novos de Belém a essa época é que seguiam, então, os preceitos de afastamentos dos limites do lote, com novos esquemas de cobertura e sistemas construtivos modernos, como por exemplo o concreto armado<sup>14</sup>.

Mesmo assim, para decepção de Lemos, muitas das novas casas construídas nos bairros novos da cidade, ainda que tenham tomado aspecto externo ao gosto do Eclétismo, mantiveram o tradicional partido da *casa com puxado*, o que perdurou pelas

---

<sup>14</sup> O primeiro edifício construído em concreto armado na cidade de Belém é o Palacete Bolonha. Foi idealizado e construído pelo engenheiro Francisco Bolonha, e é datado de 1905.

primeiras décadas do século XX, tendo isso aparentemente acontecido com mais intensidade entre as classes sociais menos favorecidas.

É, dessa forma, a casa *burguesa* belenense, o fruto de um intrincado sistema de forças que concorreram para dar forma à arquitetura belenense na época da borracha. Com efeito, no centro histórico, área de delimitação desta pesquisa, a aparência externa das casas mudou, mesmo que, vistas da rua, as casas não tenham se alterado em volumetria.

Entretanto, a profusão de novidades do período do Ecletismo e as facilidades promovidas pela economia da borracha permitiram que, por trás das fachadas moldadas ao gosto da intendência municipal, as casas permanecessem sob muitos aspectos ao gosto tradicional de quem habitava, o que não impediu que, mesmo que de maneira tímida, fosse alterada a volumetria dessas casas, num ganho considerável sobretudo de conforto e tecnologia.

Sejamos gratos, mais uma vez, às condições que permitiram a preservação do patrimônio histórico de Belém, embora grande parte dele já não exista, pois por isso têm sido possíveis as pesquisas sobre os tempos mais remotos de nossa história como a conhecemos desde a chegada dos portugueses às terras brasileiras e amazônicas.

E que nossa terra possa contar sempre com mãos dispostas a desvendar seu passado e perpetuar sua memória para que, de cada estrela reunida ao céu de nosso país, se faça sempre mais uma semente para o futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Álbum do Estado do Pará.** 1908. Mandado organizar por o S. Ex. o Sur. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado: Oito annos do Governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

ALMEIDA, Ângela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil** - da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ, 1987.

ALVES, Rubem. **O Presépio.** In: ALVES, Rubem. A Casa de Rubem Alves: Arquitetura de Paisagens. Disponível em <http://www.rubemalves.com.br/opresepio.htm>. Acesso em 13 fev. 2007.

ALVES, Rubem. **Sobre o Tempo e a Eternidade.** São Paulo: Papirus, Campinas: Speculum, 1995.

AMARAL, Chico. **Casa Aberta.** BRWMB0202 Dubas / Freje – Sony Music. In: NASCIMENTO, Milton. Pietá. Manaus: Warner Music Brasil, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Ausência.** Disponível em <http://br.geocities.com/edterranova/drummond23.htm>. Acesso em 13 fev. 2007.

AZEVEDO, Geraldo e ROCHA, Renato. **Casa Brasileira.** Disponível em <http://geraldazevedo.lettras.terra.com.br/lettras/277420/>. Acesso em 02 mar. 2007.

BASTOS, Denise; ARAÚJO, Flávia e COUTINHO, Laiz. **Levantamento Físico da Casa Monte Líbano.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas.** Série A Reconquista de Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

BATISTA, Luciana Marinho. **Demografia, Família e Resistência Escrava no Grão-Pará (1850-1855).** 2002. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (org.). Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BELÉM (Município). **Código de Polícia Municipal.** Apud: LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz. **O Plano Urbano de Antônio Lemos: a planta de 1905.** Dissertação. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

BRASIL, Priscilla; CARNEIRO, Rui e COELHO, Marcelo. **Monografia apresentada à disciplina "Restauro do de Bens e Imóveis".** Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

CANCELA, Cristina Donza. **Relações Familiares em Belém (1890-1940).** 2002. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (org.). Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

CARVALHO, João Marques de. **Hortências.** Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

CHAVES, Nilson e GOMES, Joãozinho. **Longe Perto.** In: CHAVES, Nilson. Em Dez Anos. Rio de Janeiro: Outros Brasis, 1991.

COELHO, André de Barros. **Solar do Barão de Guajará: as paredes também falam.** Monografia apresentada à disciplina Arqueologia Aplicada à Preservação, do Curso de Mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

COELHO, André de Barros e SILVA, Isabele Louise Oliveira da Silva. **Solar do Barão de Guajará: Identificação, Diagnóstico e Proposta de Intervenção.** Trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: Universidade Federal do Pará, 2003.

COELHO, Geraldo Mártires et al. **Os Caminhos de Belém.** Rio de Janeiro: Agir, 1996.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.

CRUZ, Ernesto. **As Edificações de Belém: 1783 – 1911.** Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1971.

DERENJI, Jussara. **Arquitetura Eclética no Pará.** In: FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: A presença italiana no início do século XX.** Manaus: SEC, 1998.

D'INCAO, Maria Ângela. **O amor romântico e a família burguesa.** In: D'INCAO, Maria Ângela et al (org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989.

DROGAS DO SERTÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Drogas\\_do\\_sertão](http://pt.wikipedia.org/wiki/Drogas_do_sertão). Acesso em 19 mar. 2007.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Belém do Pará, na Virada do Século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade.** Dissertação. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 1997.

ENSAIO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ensaio>. Acesso em 18 mar. 2007.

FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0.** Coordenação e edição de Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira. Editora Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa.** Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FLÓRIO, Wilson; SANT'ANNA, Silvio Stefanini; GALLO, Haroldo; MAGALHÃES, Fernanda. **Projeto Residencial Moderno e Contemporâneo: Análise Gráfica dos Princípios da Forma, Ordem e Espaço de Exemplares da Produção Arquitetônica Residencial – Residências Nacionais.** São Paulo: Editora Mackpesquisa, 2002, 2v.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brazil.** v. 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1983.

GALEGO, Andréa et al. **Projeto de Restauração.** Monografia apresentada à disciplina "Restauração do Patrimônio Histórico". Belém: Universidade Federal do Pará, 1997.

GODINHO, Dr Victor e LINDEMBERG, Dr Adolpho. **Norte do Brazil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão.** Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & C., 1906.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A Essência do Existir: um estudo sobre a conservação da autenticidade tipológica de áreas históricas patrimoniais: o caso do Centro Histórico de Belém**

do Pará. Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em desenvolvimento Urbano e Regional. Recife: Centro de Artes e Comunicação/UFPE, 2000.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEITE, Mírian Moreira e MASSAINI, Marcia Ignez. Representações do amor e da família. In: D'INCAO, Maria Ângela et al (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

LE MOS, Carlos A. C. **A Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

MAGALHÃES, Cátia; SAMPAIO, Hortença; KARLA, Regina. **Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Rua Riachuelo, nº 270**. Monografia apresentada à disciplina "Restauração de Bens Culturais e Imóveis". Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

MAGNO, Ana Beatriz. **São Luiz**. In: Correio Web: 500 Anos de Brasil. 31 de janeiro de 1999. Disponível em <http://www2.correioweb.com.br/hotsites/500anos/sao-luiz/sao-luiz.htm>. Acesso em 08 jan. 2007.

MEIRA FILHO, Augusto. **Meu Canto de Rua – Poemas e Baladas**. Belém: Academia Paraense de Letras, 1980.

MOISÉS, Abraham; MORAES, Francianny e SANTOS, Rubenson. **Projeto Pinha**. Monografia apresentada à disciplina "Restauração de Bens e Imóveis". Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua Expressão Geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MURICY, Kátia. O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil** - da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ, 1987.

PARÁ (Estado). **Cena Aberta Entre o Passado e o Futuro**: Anfiteatro do Forte de São Pedro Nolasco é patrimônio onde público e Arte se encontram. In: Estação das Docas. Disponível em <http://www.estacaodasdocas.com.br/>. Acesso em 02 mar. 2007.

QUINTANA, Mário. **Arquitetura Funcional**. In: QUINTANA, Mário. Prosa e Verso. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987 (p. 114).

QUINTANA, Mário. **Branca de Neve e os Tarados**. In: QUINTANA, Mário. Prosa e Verso. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987 (p. 82).

QUINTANA, Mário. **Está na Mesa**. In: QUINTANA, Mário. Prosa e Verso. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987 (p. 49).

QUINTANA, Mário. **Segunda Canção de Muito Longe**. In: QUINTANA, Mário. Prosa e Verso. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987 (pp. 35-36).

RECLUS, Élisée. **Estados Unidos do Brasil** – Geographia, Ethinografia, Estatística. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, 1900.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002 (Debates).

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Cidades e Vilas do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil** - da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ, 1987.

SANTIAGO, Regina e BOULHOSA, Rosiane. **Um Passeio pelo Estilo Eclético - Residência da família do Sr. Pedro Boulhosa Sobrinho, Rua Doutor Assis, 337**. Monografia apresentada à disciplina "Restauração de Bens Culturais e Imóveis". Belém: Universidade Federal do Pará, 2003.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. v. 3. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não É Longe Daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento (coordenação editorial e pesquisa iconográfica). **Belém do Pará**. São Paulo: Hamburg, 1995.

THE BRAZIL OF TO-DAY. [s/d]. IHGB, Doc Nº 135.4.16.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.

TRINDADE, Carmen Sílvia Viana; BRAGA, Dennis; LIMA, Marcia Rejane Marques de. **Restauração do Patrimônio Histórico**. Monografia apresentada à disciplina "Restauração do Patrimônio Histórico". Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: RODRIGUES, José Wasth et al. **Arquitetura Civil I**. São Paulo: FAUUSP/MEC/IPHAN, 1975.

VELOSO, Euda Cristina A. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). **A Escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFGPA, 1998.

VERISSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ZARANKIN, Andrés. **Casa Tomada: Sistema, Poder y Vivienda Familiar**. In: Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea. Ed. ZARANKIN, Andrés e ACUTO, Félix A. Del Tridente, 1999.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1985.

LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz. **O Plano Urbano de Antônio Lemos: a planta de 1905**. Dissertação. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará – Estudos de geografia Urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

SCEVCENKO, Nicolau (organizador). **História da Vida Privada no Brasil 3: República: da belle époque a era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## **ANEXOS**

<b>1 Algumas Casas em Belém .....</b>	<b>116</b>
<b>2 Trecho do Código de Polícia Municipal .....</b>	<b>177</b>
<b>3 Outras Leis Expedidas pela Intendência Municipal de Belém .....</b>	<b>186</b>
<b>4 Leis Estaduais .....</b>	<b>188</b>

## **1 Algumas Casas em Belém**

São apresentadas a seguir algumas residências pertencentes ao período estudado neste trabalho, organizadas por endereço. Em sua maioria, as informações contidas nas fichas deste anexo foram retiradas de inventários públicos e trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação, consultados nos acervos das bibliotecas da Prefeitura Municipal de Belém – PMB / Fundação Cultural do Município de Belém – Fumbel / Departamento de Patrimônio Histórico – DEPH, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2ª Superintendência Regional e da Universidade Federal do Pará – UFPA / Atelier de Arquitetura e Urbanismo.

A reunião das casas foi aleatória, feita de acordo com o material disponível, tendo se procedido da seguinte forma:

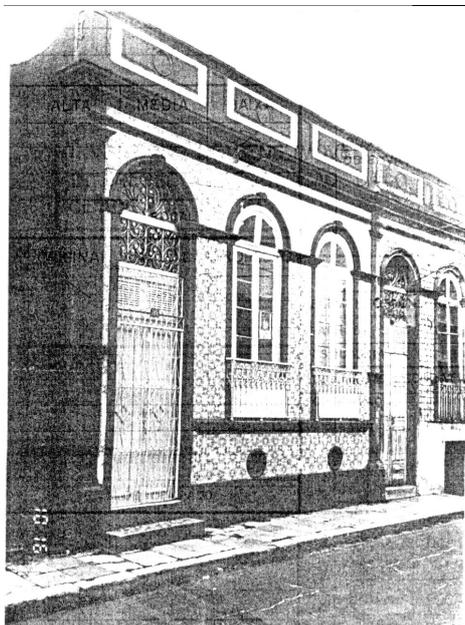
Na Fumbel, foram pesquisadas fichas do inventário de imóveis do Centro Histórico de Belém, procurando-se as edificações tombadas como de P.A.I. (Preservação Arquitetônica Integral) que estivessem dentro da área delimitada pelos bairros da Cidade Velha ou Campina/Comércio.

Os trabalhos acadêmicos consultados nas demais bibliotecas forneceram também informações individuais sobre diversos edifícios localizados nessa mesma área, as quais foram, quando possível, completadas com informações novamente coletadas no inventário de imóveis da Fumbel.

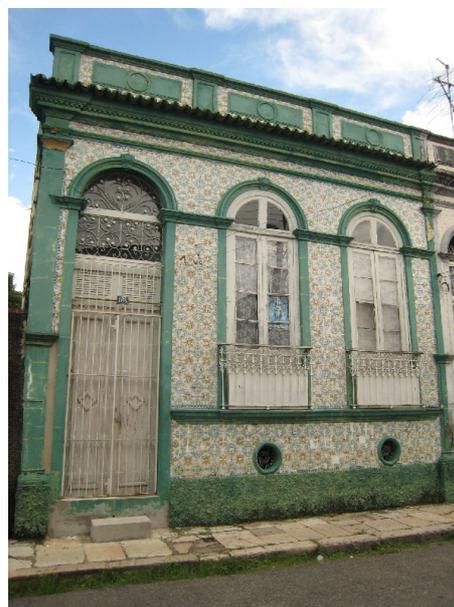
As fichas a seguir, portanto, apresentam as informações que estão disponíveis sobre cada edificação, organizadas por endereço em ordem alfabética. Ora são plantas, baseadas em levantamentos físicos, ora desenhos incompletos ou sem escala, ou mesmo esquemáticos. Ora apenas fotografias, retiradas do inventário, dos referidos trabalhos, ou realizadas em diferentes trajetos do autor desta pesquisa pelas ruas da Cidade Velha e Campina.

Nem todas estas edificações foram citadas ou de fato utilizadas neste trabalho de pesquisa. Entretanto, constaram da sondagem inicialmente feita e considerou-se relevante que tomassem parte neste pequeno “banco de dados” por estarem incluídas no período estudado, enriquecendo assim a pesquisa como testemunhos que são.

Em seguida às fichas propriamente ditas, são apresentadas imagens de outras edificações existentes também ao longo das áreas estudadas.



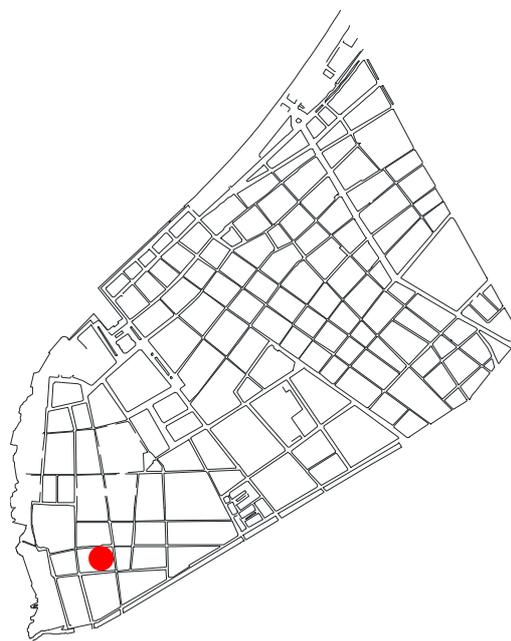
Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



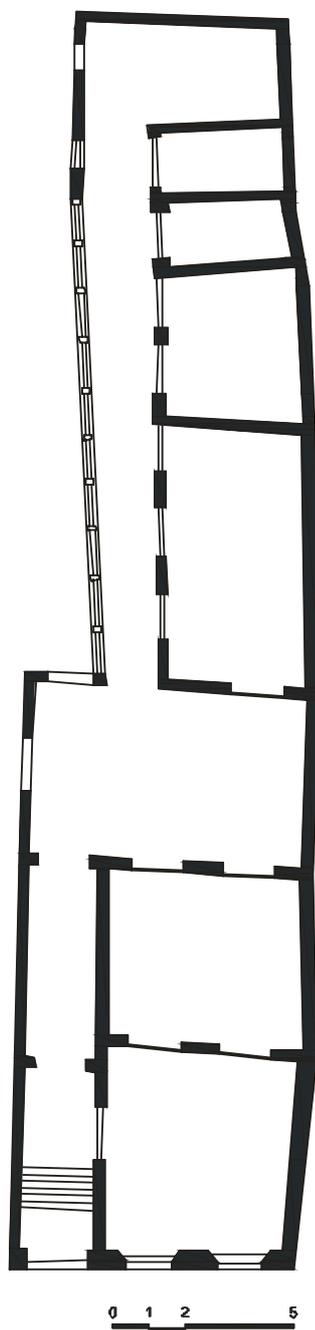
Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007



Edifício com período construtivo estimado pelo DEPH/FUMBEL entre 1900 e 1940, de habitação unifamiliar (uso original e atual). Segundo este mesmo inventário, os azulejos que revestem a fachada são de tipo estampilhado, e procedem de Lisboa, bem como provavelmente seus frisos, também de padrão estampilhado.



Sem observações.



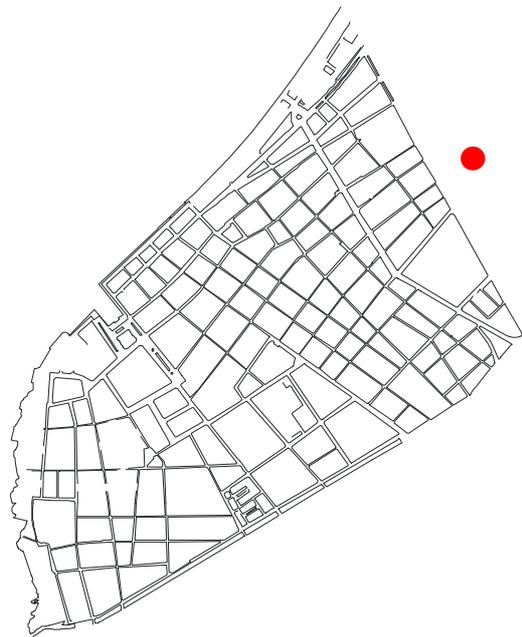
Autor: André Coelho, 2007



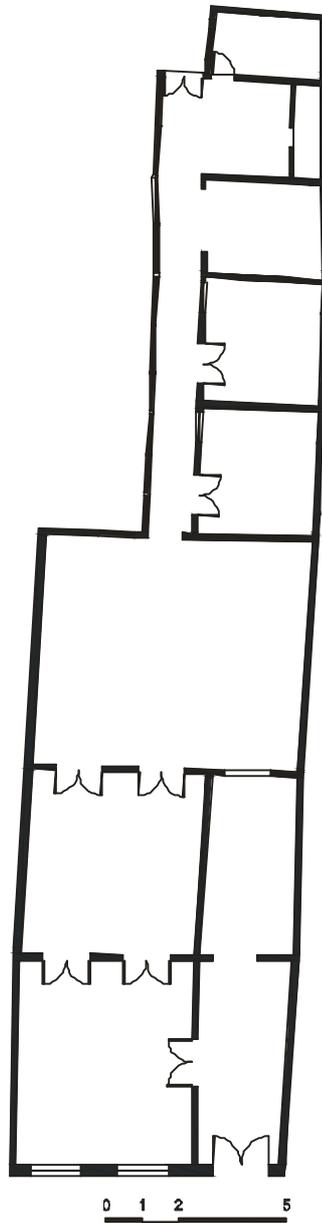
Autor: André Coelho, 2007



Autor: Aldine Cavalcantes, 1994  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Dos imóveis citados neste trabalho de pesquisa, a residência à travessa Benjamin Constant, nº 506 é a única que não está na área compreendida pelos bairros históricos da Cidade Velha e Campina. Faz parte, todavia, dos arredores do bairro da Campina e sua planta segue a tipologia da tradicional casa com *puxado*, motivo pelo qual optou-se por incluí-la neste pequeno "banco de dados".



Sem observações.



Autor: André Coelho, 2007



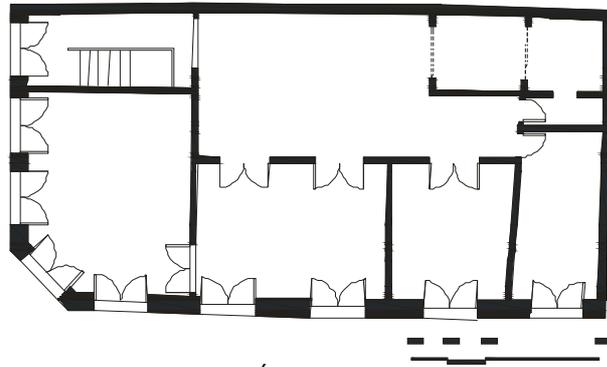
Autor: André Coelho, 2007



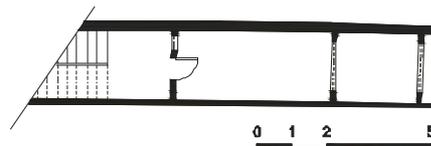
Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



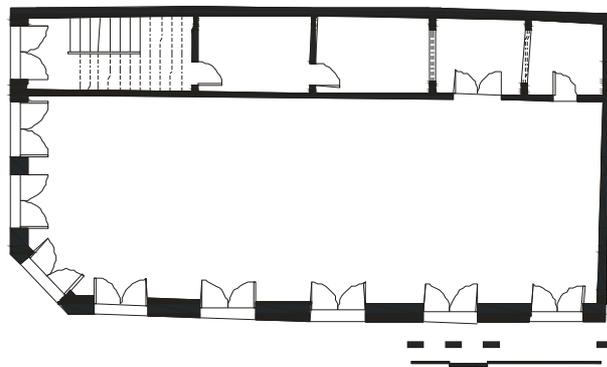
De acordo com Brasil (2000) A construção deste sobrado situa-se em data posterior a 1895 – data em que se sabe ter havido àquela esquina um terreno baldio. De uso originalmente misto, o edifício apresenta como peculiaridade o uso de arcos ogivais nas aberturas do pavimento superior.



TÉRREO



MEZANINO



SUPERIOR

Sem observações.



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

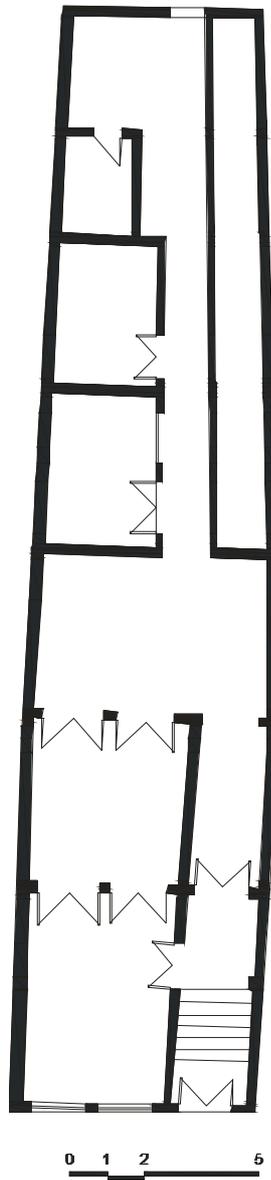


Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Construído em 1873, o edifício de fachada em azulejos portugueses é usado até hoje como habitação familiar. Segundo Galego (1997, p. 6), a separação entre o corredor e a área externa lateral da casa era feita originalmente por uma mureta, motivo pelo qual, em certa reforma, foram incluídas janelas. Hoje o espaço da alcova – que, com duas portas a menos, não mais se comunica com a sala de visitas – é utilizado como sala de jantar, e a varanda, como sala de TV.

Apesar da informação fornecida ainda por Galego, de que a casa não apresenta porão, os pequenos óculos presentes abaixo das janelas na fachada principal – recurso comum para aeração de imóveis construídos em fins do século XIX – possivelmente denunciam a presença desse elemento.



Sem observações.



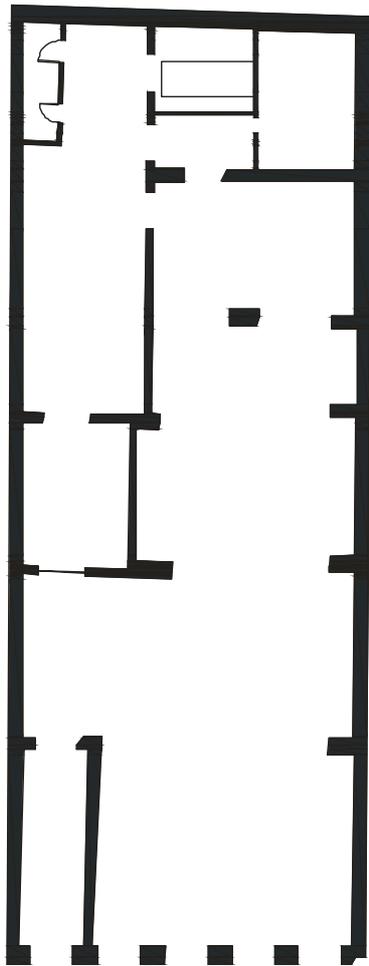
Autor: André Guilhon, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



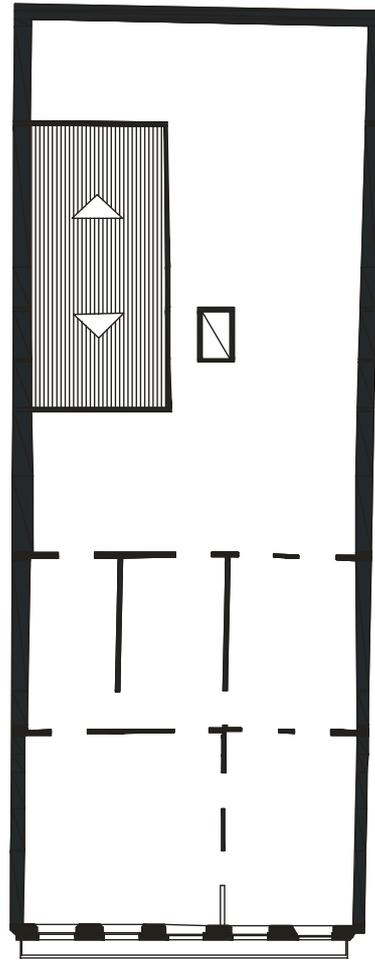
Autor: [não disponível]  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Segundo Bastos (2004, p. 11), esta casa, construída ainda em fins do século XIX, apresentava sua fachada originalmente coroada por beiral, em lugar da atual platibanda, que teria sido construída durante a administração do intendente Antônio Lemos. A escada teria sido deslocada de sua posição original e alguns vãos, fechados em reforma do atual proprietário. As paredes, estruturais, são constituídas de tijolos de barro cozido com furos e de secção retangular. O esquema de cobertura é complexo, em diversas águas, e o telhado composto por telhas-canal, algumas delas de vidro, como informa Bastos (2004, pp. 13-14).



TÉRREO



SUPERIOR

Sem observações.



Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

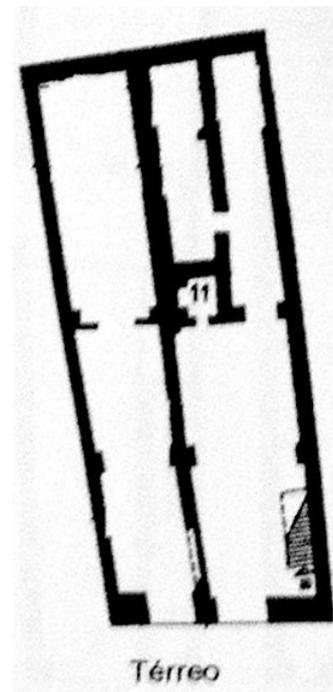


Autor: André Coelho, 2007

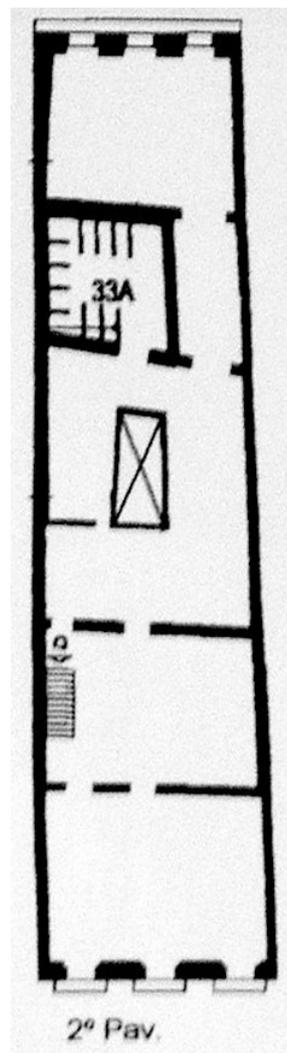
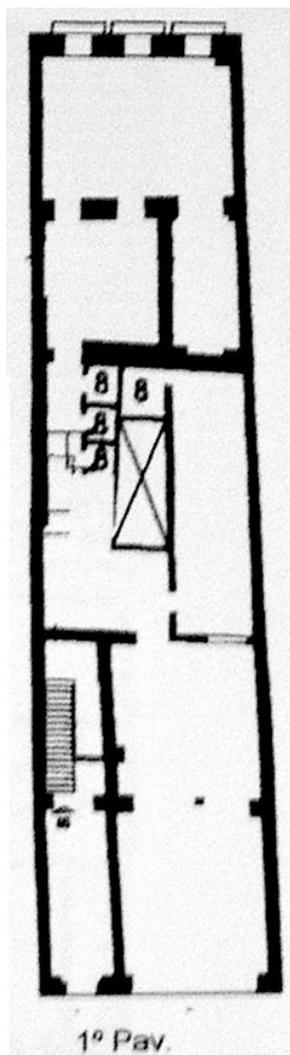
Sem observações.



Autor: André Coelho, 2007



Sem observações.



Sem observações.



Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

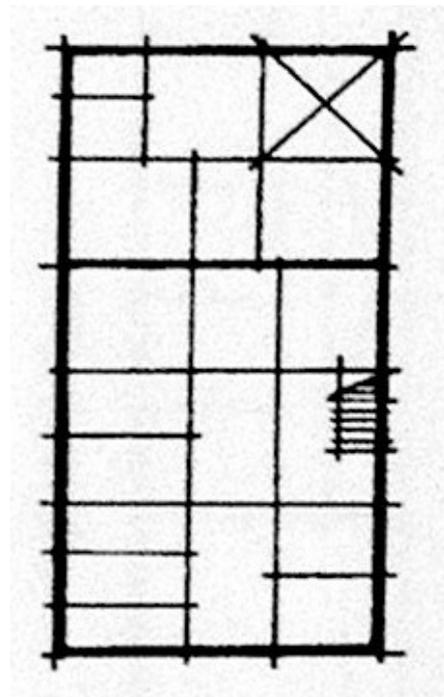


Autor: André Coelho, 2005

Sem observações.



Autor: André Coelho, 2007



Sem observações.

**Rua Doutor Assis, nº 250**

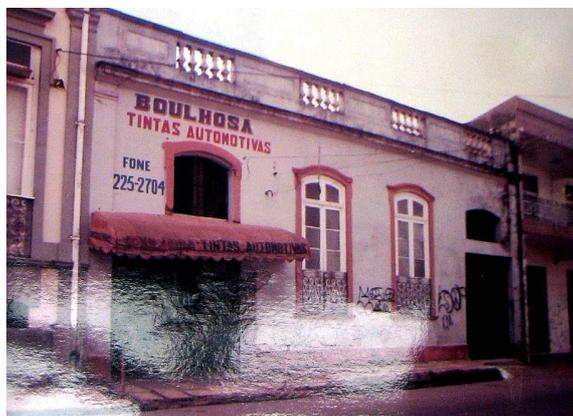
**01/01**

[imagem não disponível]

[planta não disponível]



Neste endereço existe hoje uma edificação com traços arquitetônicos contemporâneos.



Autor: Aldine Cavalcante, 1994  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2005



Autor: André Coelho, 2007

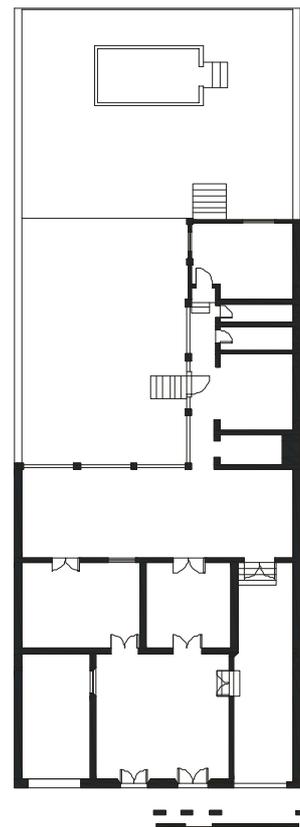
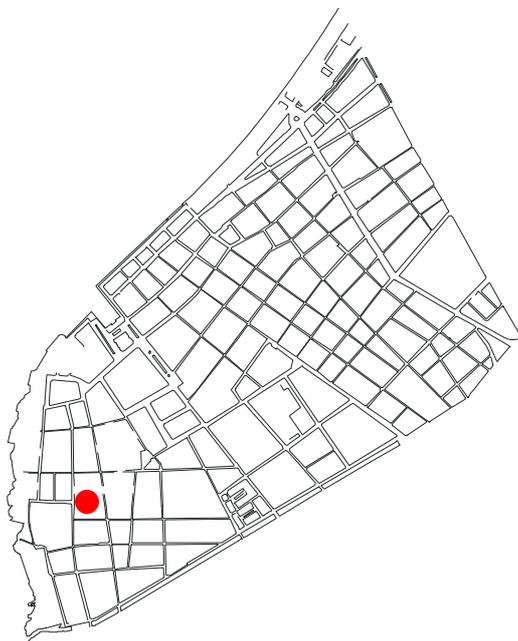


Autor: André Coelho, 2007

Santiago e Boulhosa contam que, segundo a memória familiar dos atuais proprietários, este edifício teria sido erguido entre os séculos XVII e XVIII, e servido como residência ao primeiro intendente de Belém, ainda na época em que a província do Grão-Pará estava ligada ao Maranhão (SANTIAGO e BOULHOSA, 2003, p. s/n). Das paredes, as originais apresentam enchimento de pedra, barro e sarnambi, possivelmente com estrutura de esteios, em acapu ou sucupira, fincados no solo. As janelas da fachada principal são guarnecidas com postigos.



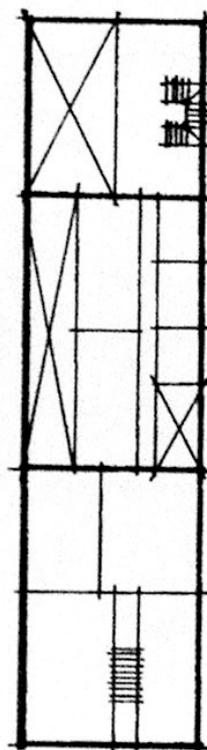
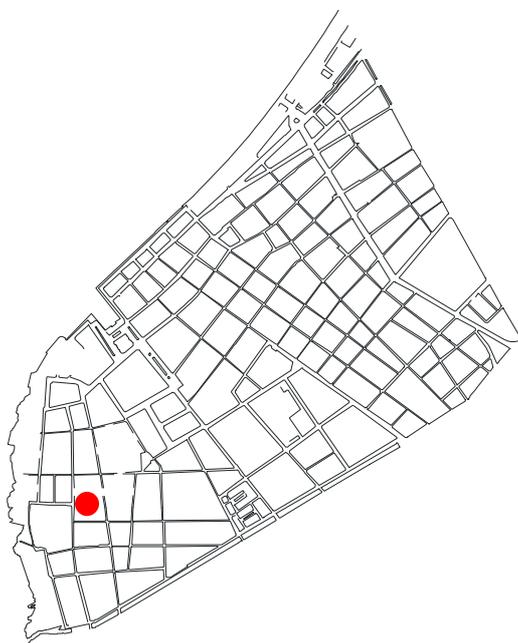
Autor: André Coelho, 2007



Sem observações.



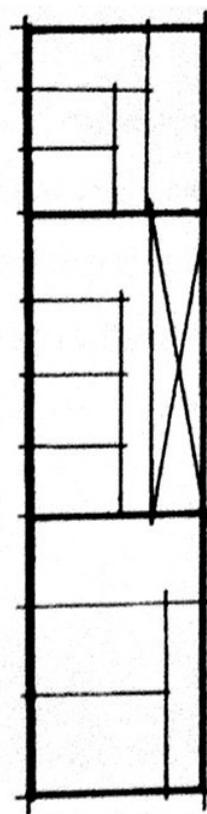
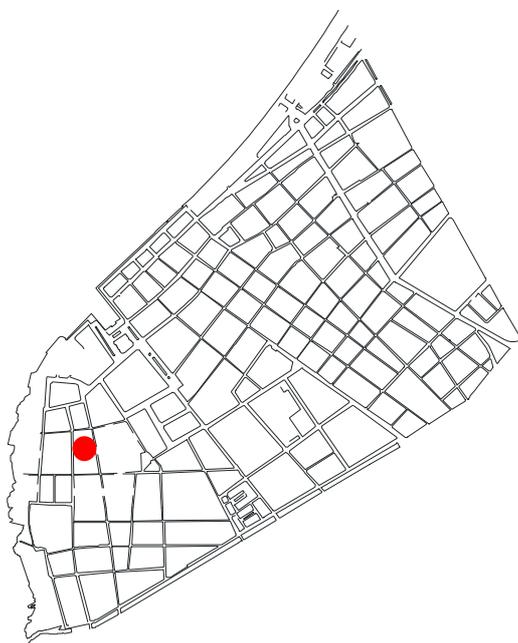
Autor: Stella Brito, 1994  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Sem observações.



Fonte: Hidaka, 2000



Sem observações.



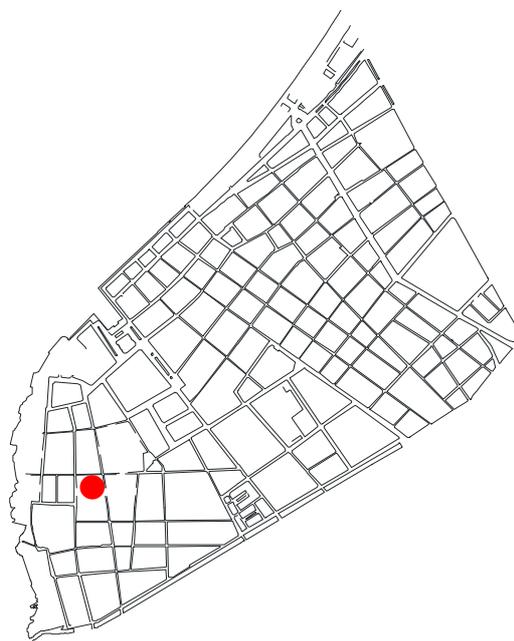
Autor: Stella Brito, 1994  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



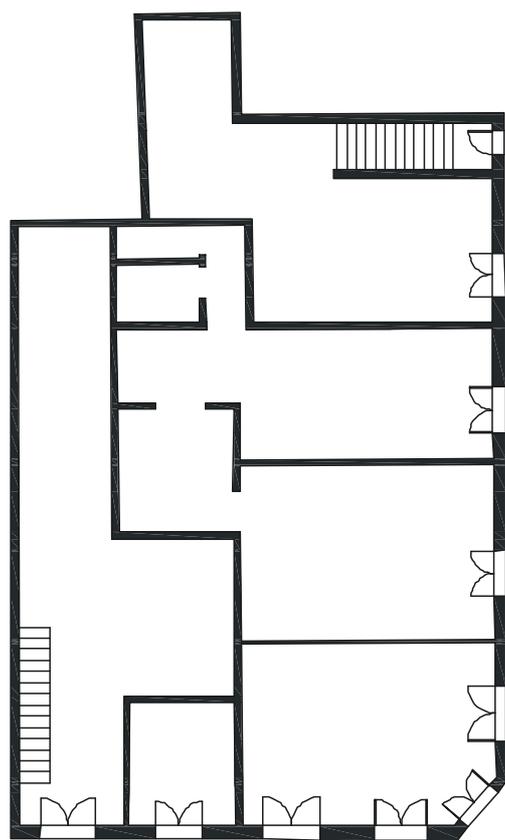
Autor: Aldine Cavalcante, 1994  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



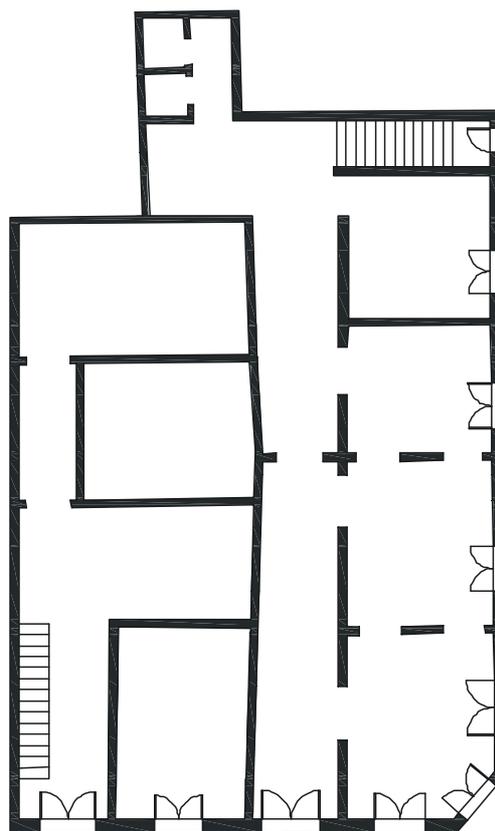
Fonte: Hidaka, 2000



Sem observações.



TÉRREO



SUPERIOR

Sem observações.



Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

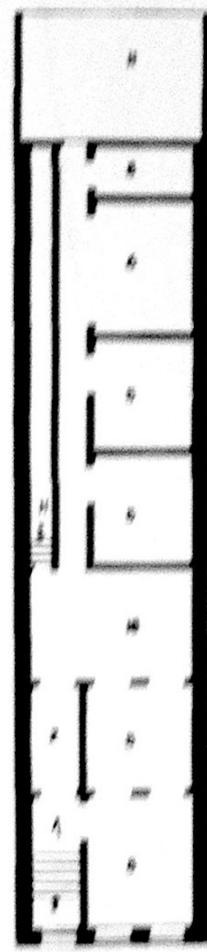


Autor: André Coelho, 2007

Sem observações.



Autor: André Coelho, 2007



Sem observações.



Autor: André Guilhon, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: Cristóvão Duarte, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2006



Autor: André Coelho, 2006

Sem observações.



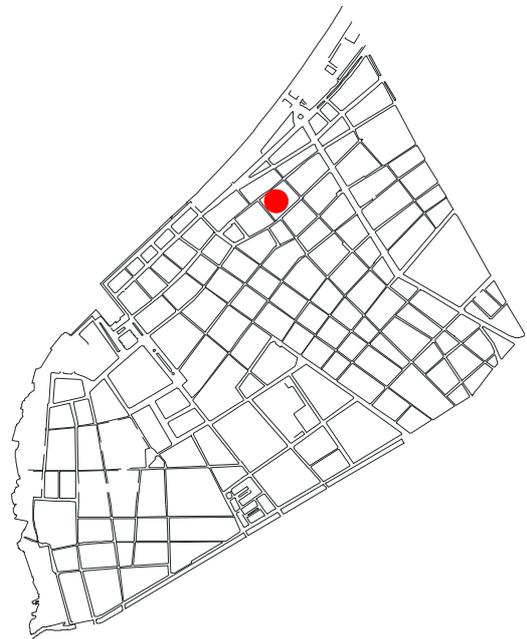
Autor: André Coelho, 2006



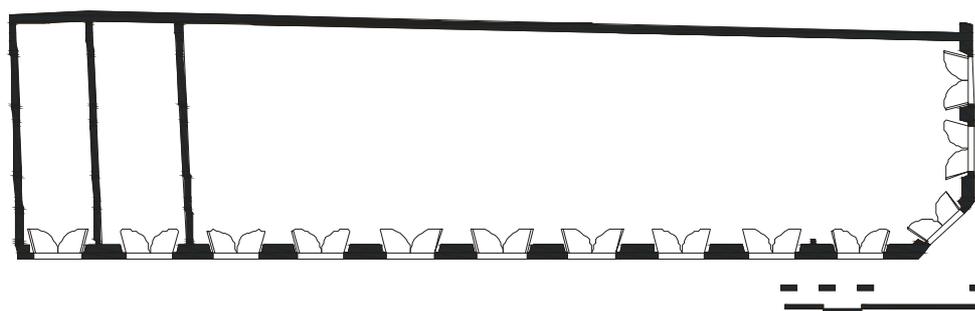
Autor: André Coelho, 2007



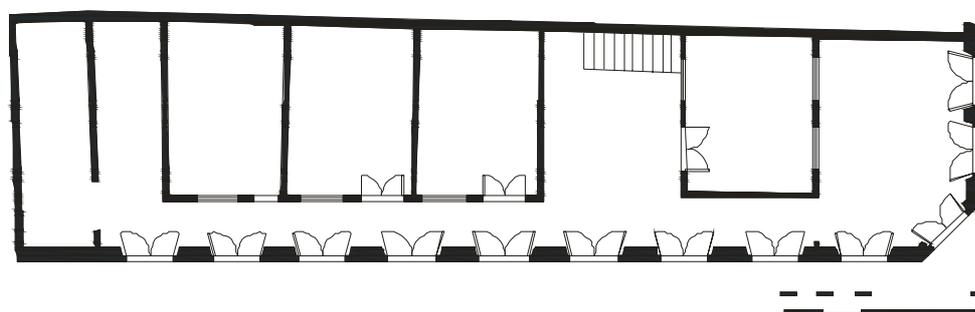
Autor: André Coelho, 2007



Sem observações.



TÉRREO



SUPERIOR

Sem observações.



Autor: André Guilhon, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

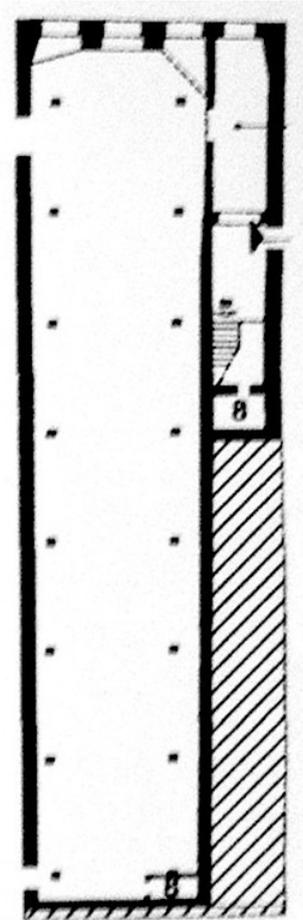


Autor: André Coelho, 2007

Sem observações.

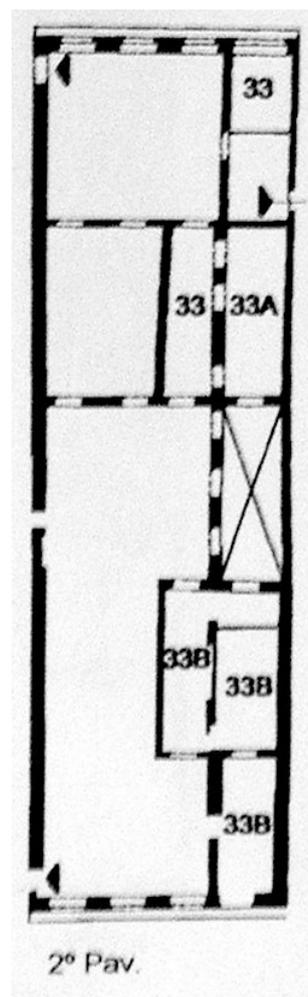
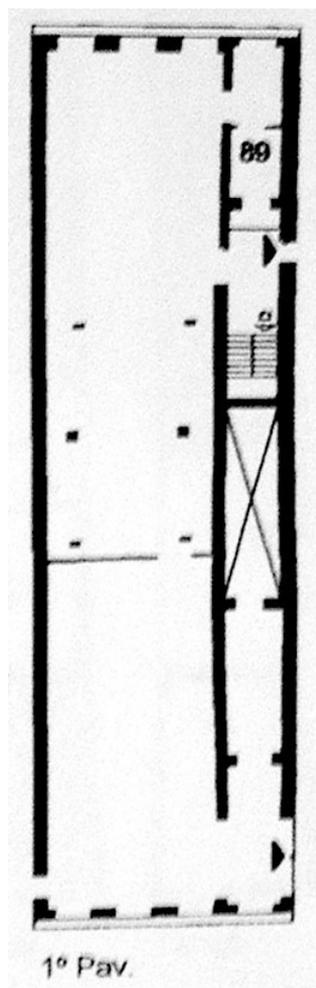


Autor: André Coelho, 2007



Térreo

Sem observações.



Sem observações.



Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



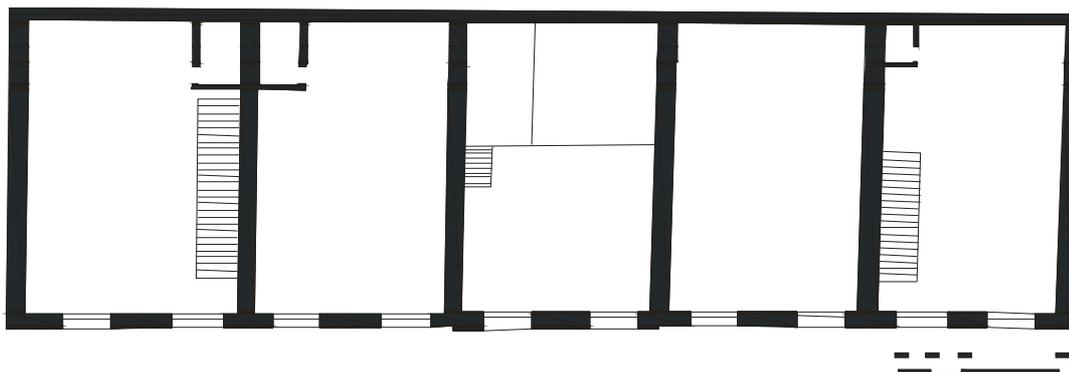
Autor: André Coelho, 2002



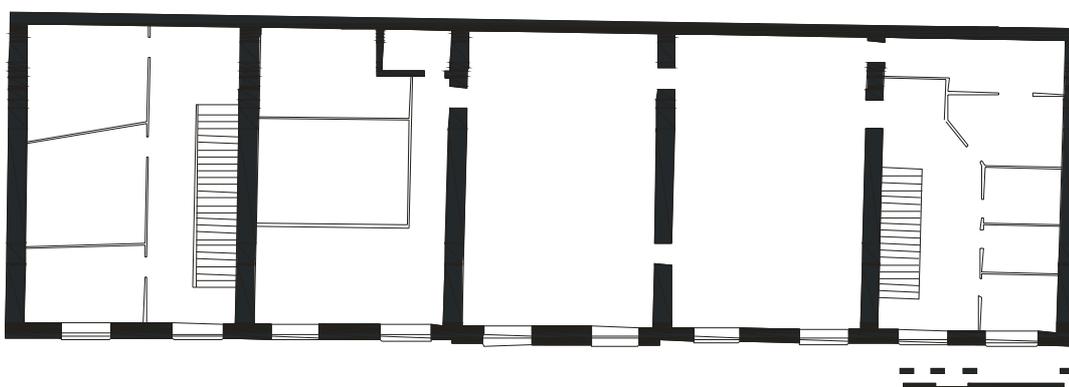
Autor: André Coelho, 2002



Erguida em uma das primeiras ruas de Belém, esta residência, de planta e fachada simples, e que hoje apresenta uso também comercial, data provavelmente de antes de 1900 (DEPH/FUMBEL, 1994).



TÉRREO



SUPERIOR

Sem observações.



Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2005



Autor: André Coelho, 2007

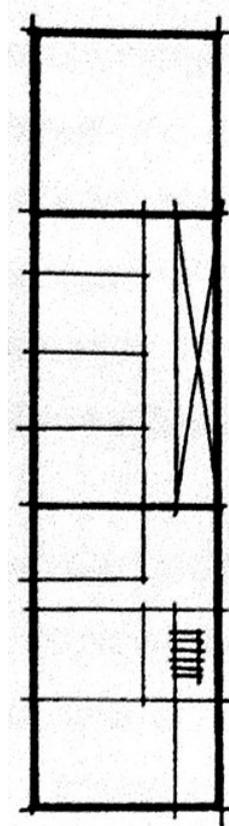
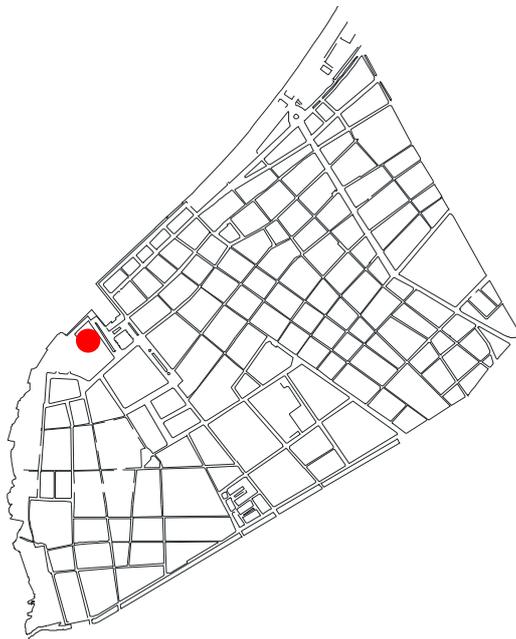


Autor: André Coelho, 2007

Sem observações.



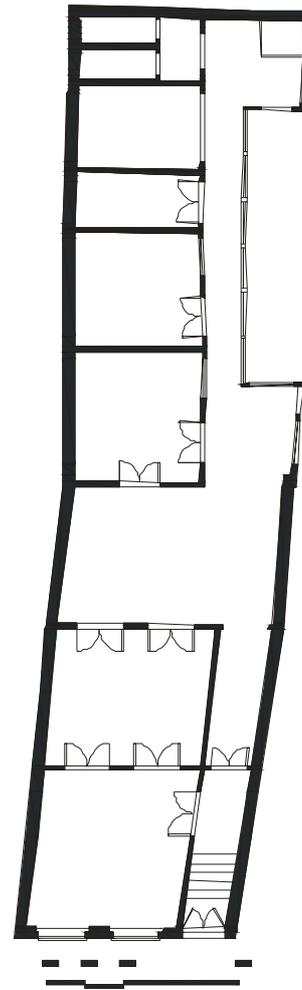
Autor: André Coelho, 2007



Sem observações.



Autor: André Guilhon, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Casa com período construtivo estimado, pelos atuais moradores, na segunda metade do século XIX (MAGALHÃES, 2001, p. s/n).



Autor: André Guilhon, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

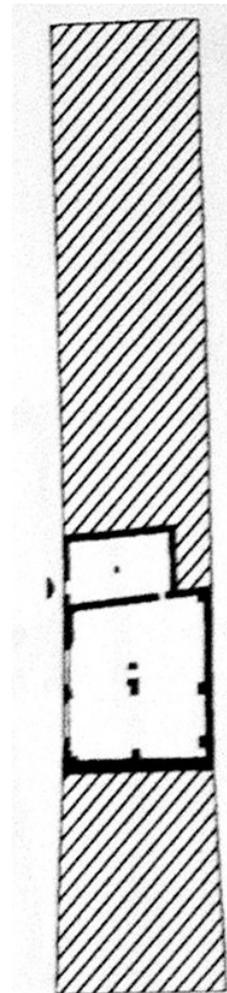
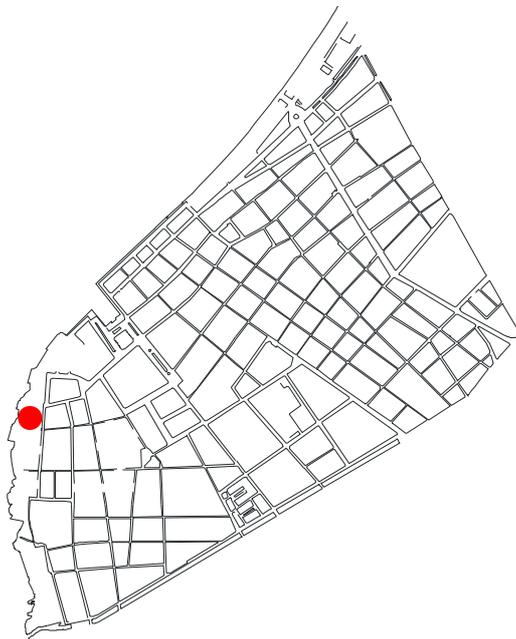


Autor: André Coelho, 2007

Sem observações.

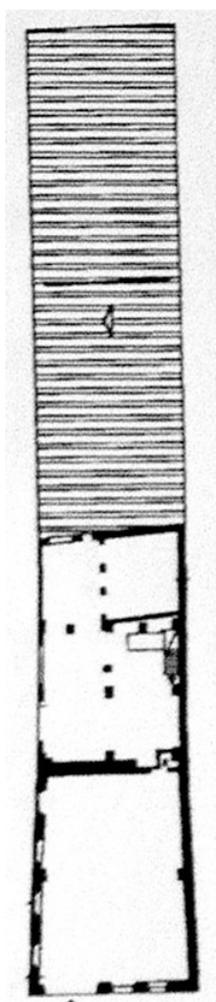


Autor: André Coelho, 2007

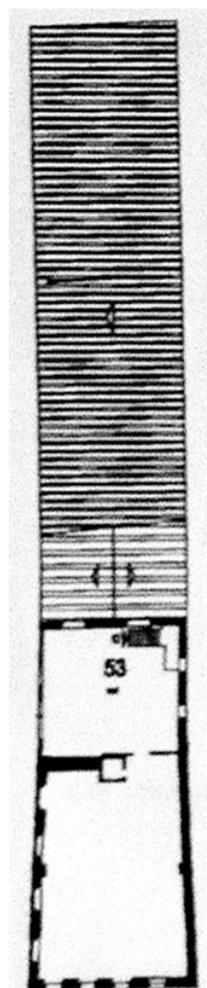


Subsolo

Sem observações.



Térreo



1º Pav.

Sem observações.



Autor: André Guilhon, 1992  
Fonte: Inventário DEPH/FUMBEL



Autor: André Coelho, 2007



Autor: André Coelho, 2007

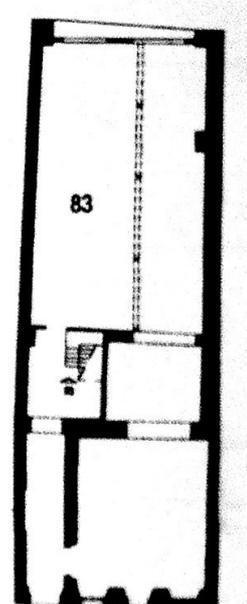


Autor: André Coelho, 2007

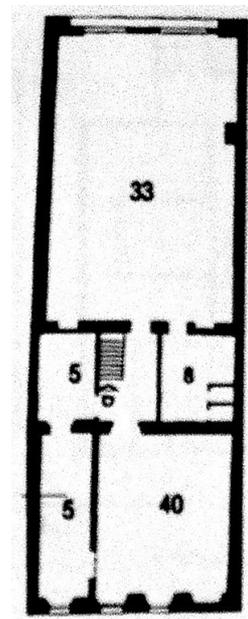
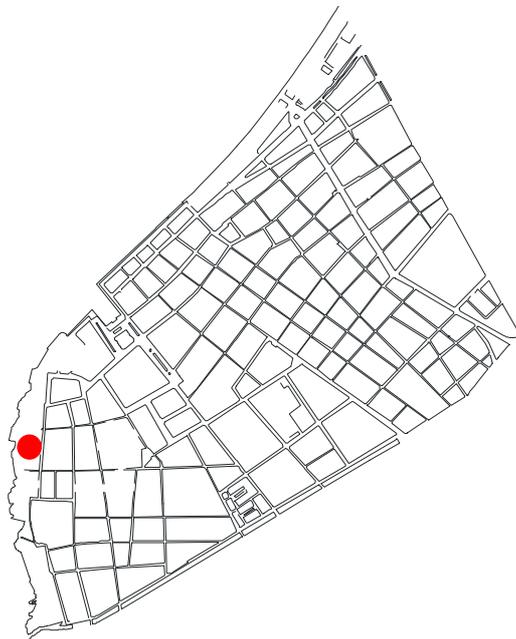
Edifício com período construtivo estimado pelo DEPH/FUMBEL entre 1900 e 1940, de habitação unifamiliar (uso original e atual). Segundo este mesmo inventário, os azulejos que revestem a fachada são de tipo estampilhado, e procedem de Lisboa, bem como provavelmente seus frisos, também de padrão estampilhado.



Autor: André Coelho, 2007

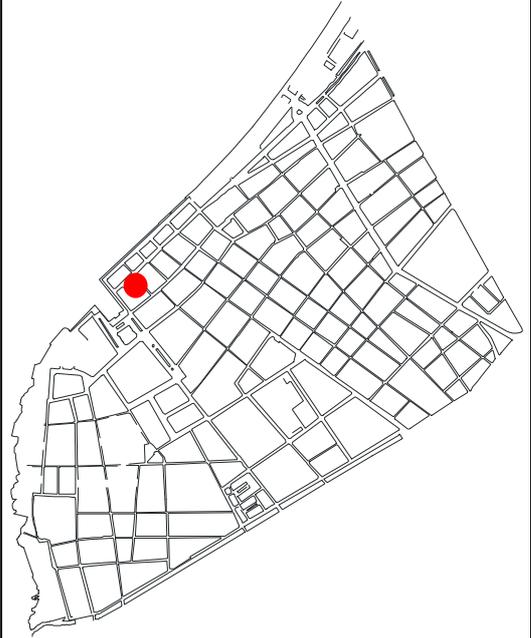


TÉRREO

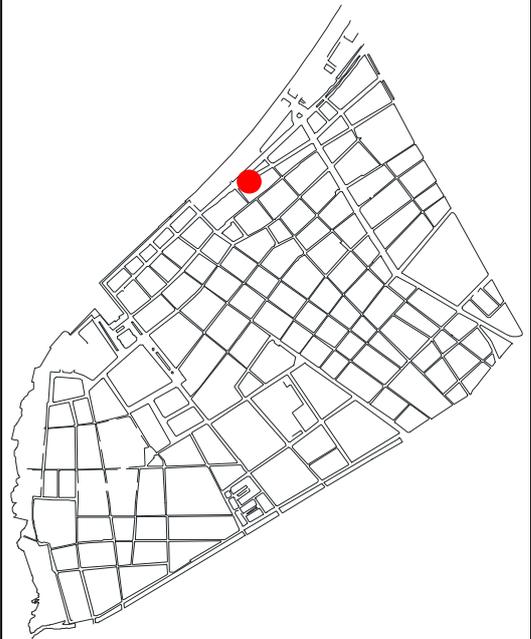


SUPERIOR

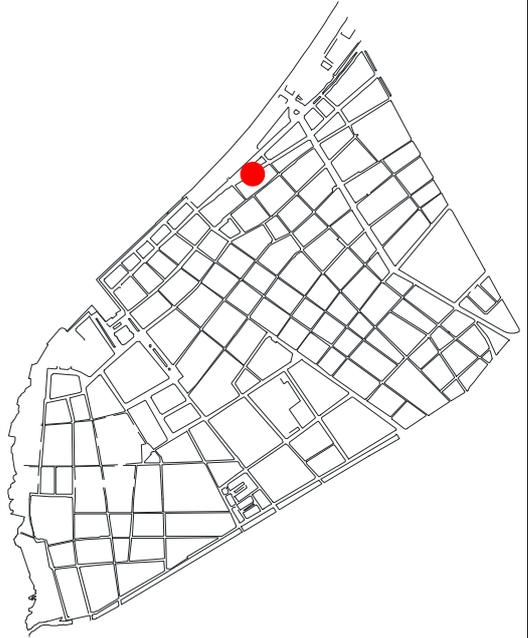
Sem observações.



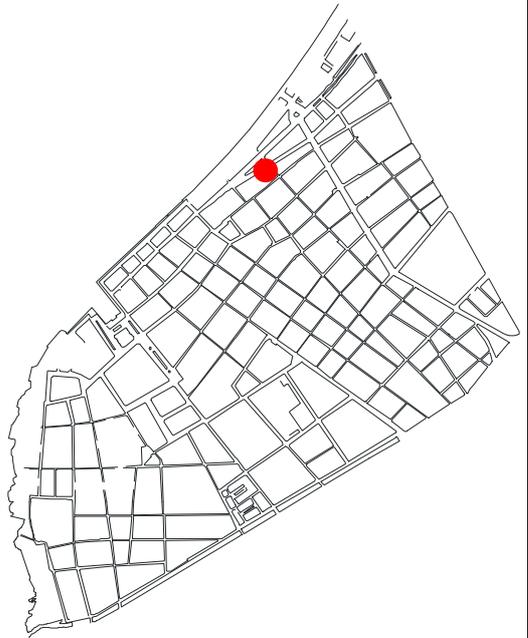
Sobrado à esquina do boulevard Castilho França com a travessa Ocidental do Mercado.



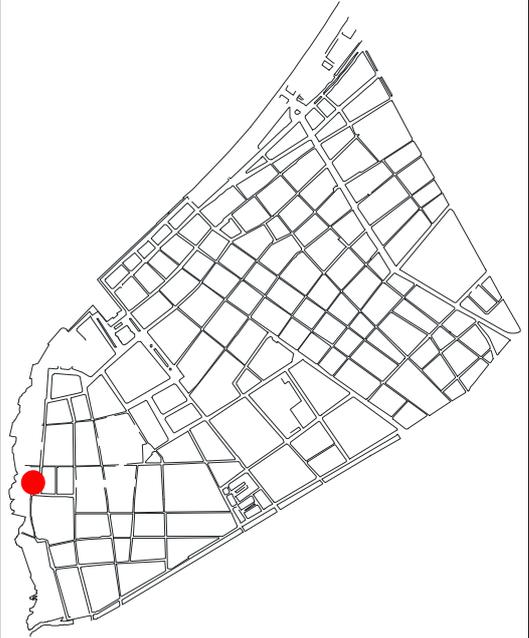
Sobrados no boulevard Castilho França, remanescentes do período colonial.



Sobrados no boulevard Castilho França, remanescentes do período colonial.



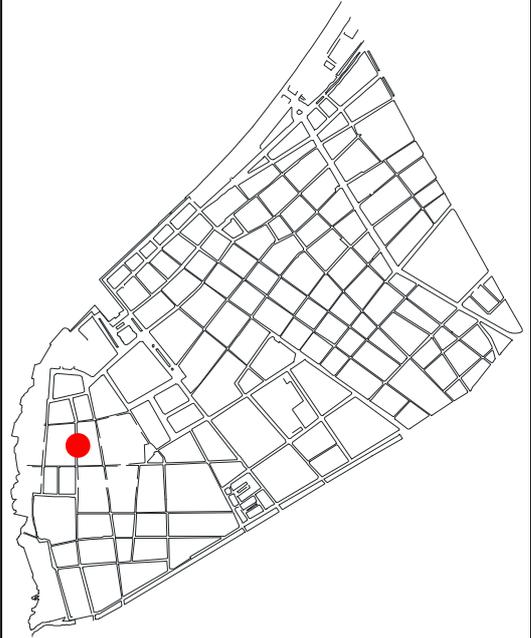
Sobrados no boulevard Castilho França.



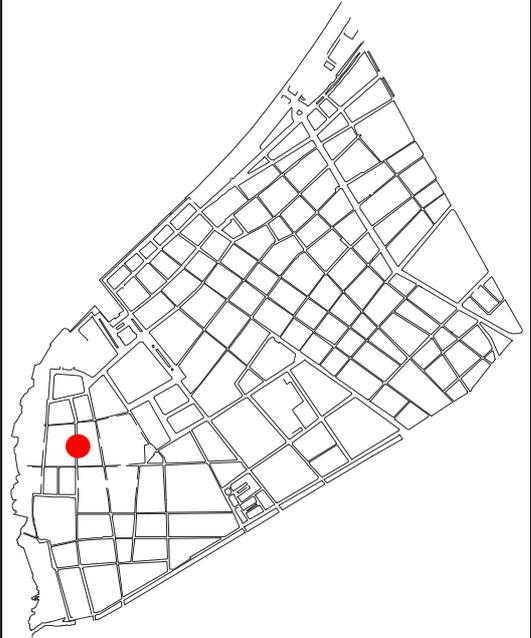
Sobrado à travessa Dom Bosco.



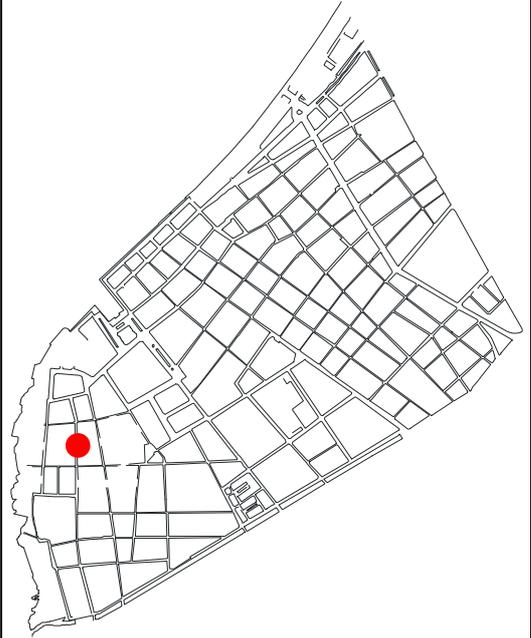
Sobrado à travessa Dom Bosco.



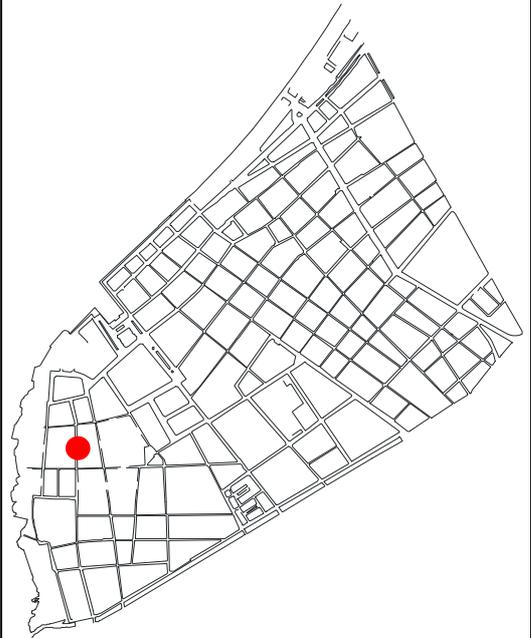
Casa à rua Doutor Assis.



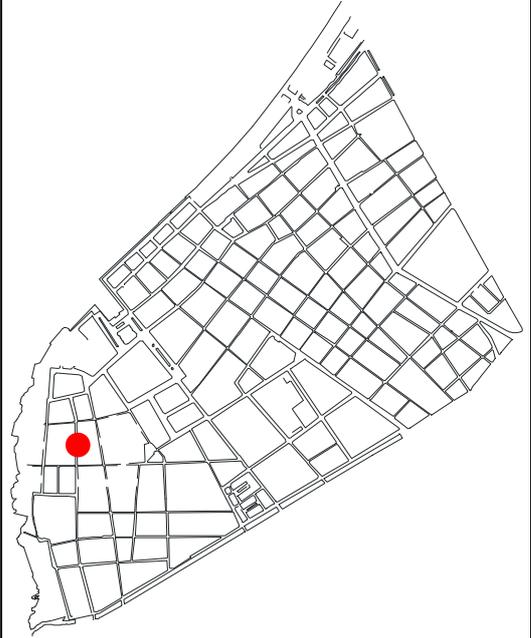
Casa à rua Doutor Assis.



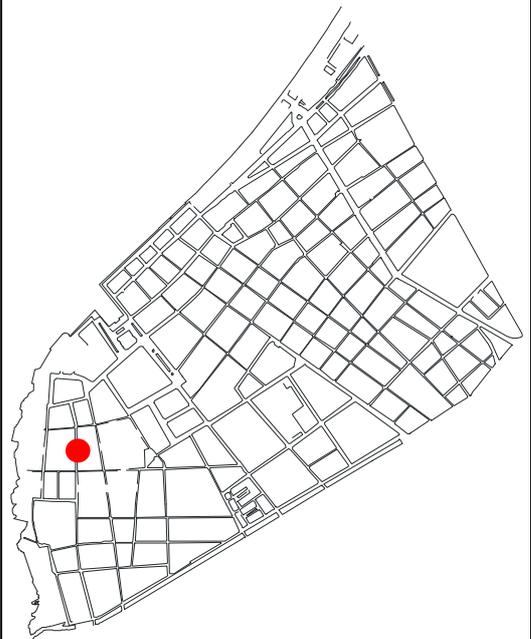
Sobrado à rua Doutor Assis.



Sobrado à rua Doutor Assis.



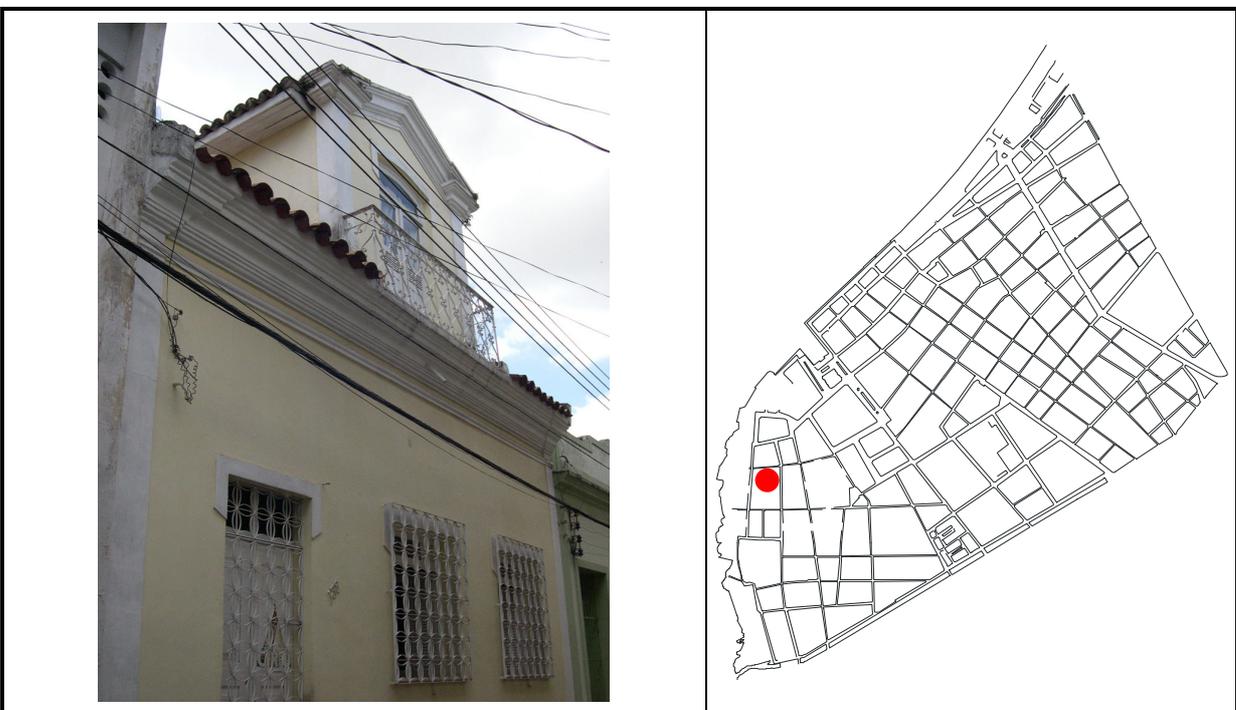
Sobrado à rua Doutor Assis.



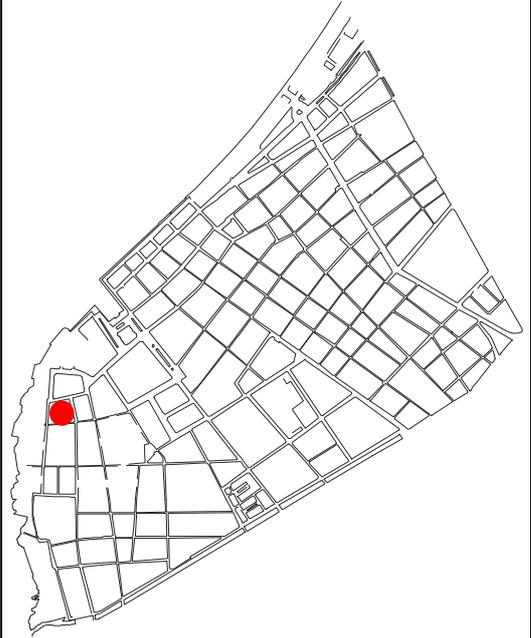
Sobrado à rua Doutor Assis.



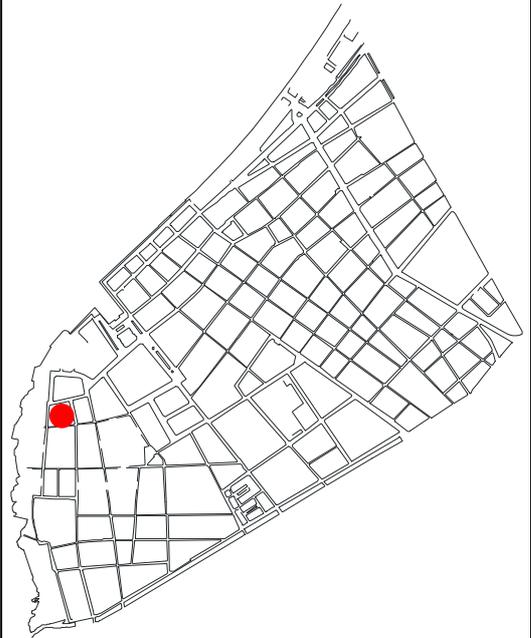
Conjunto de sobrados azulejados à travessa Félix Roque, na Cidade Velha.



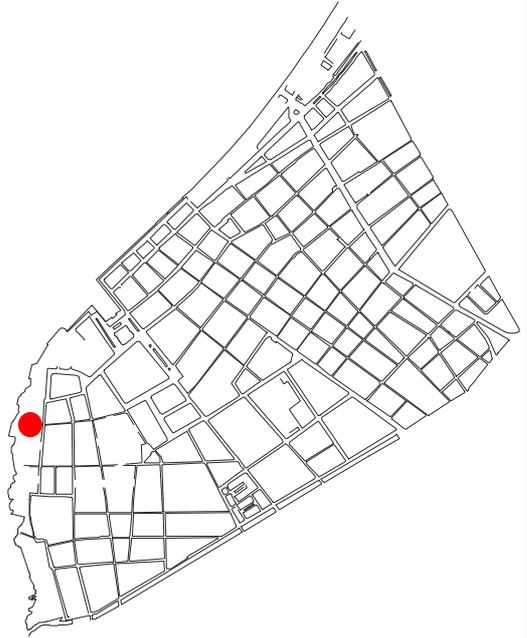
Casa à travessa Félix Roque.



Sobrados à travessa Félix Roque.



Sobrados à travessa Félix Roque.



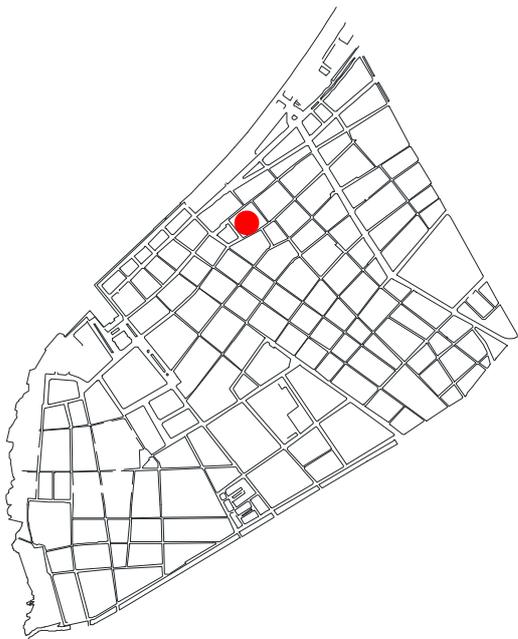
Sobrados no encontro da travessa Félix Roque com o Rio Guamá.



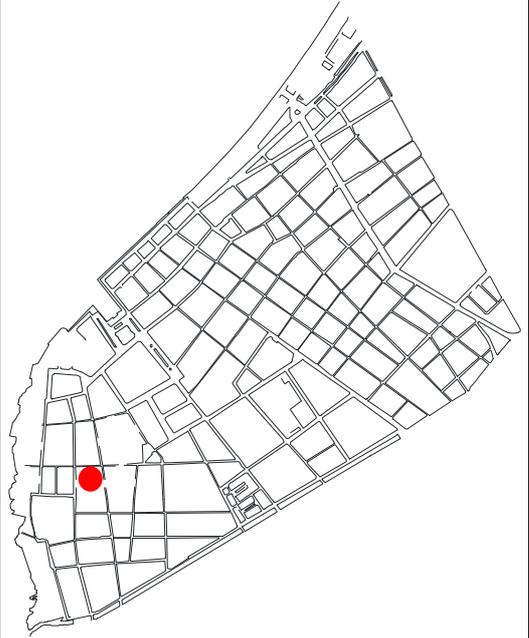
Sobrados à ladeira do Castelo.



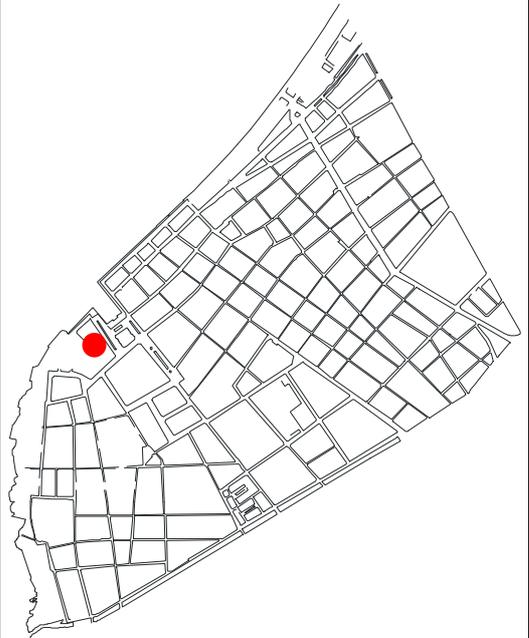
Sobrados à ladeira do Castelo.



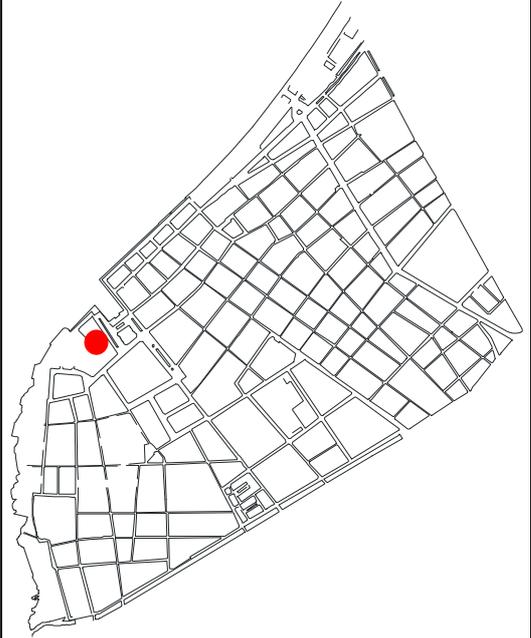
Sobrados à travessa Leão XIII.



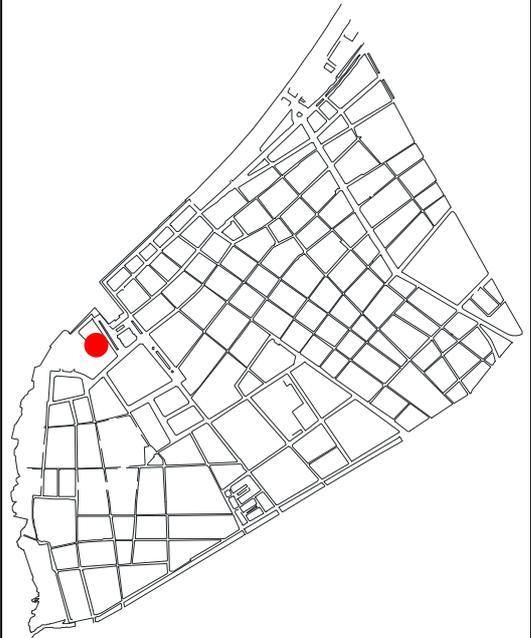
Casa à travessa Major Pedro Albuquerque.



Sobrados à rua Marquês de Pombal, na doca do Ver-o-Peso.



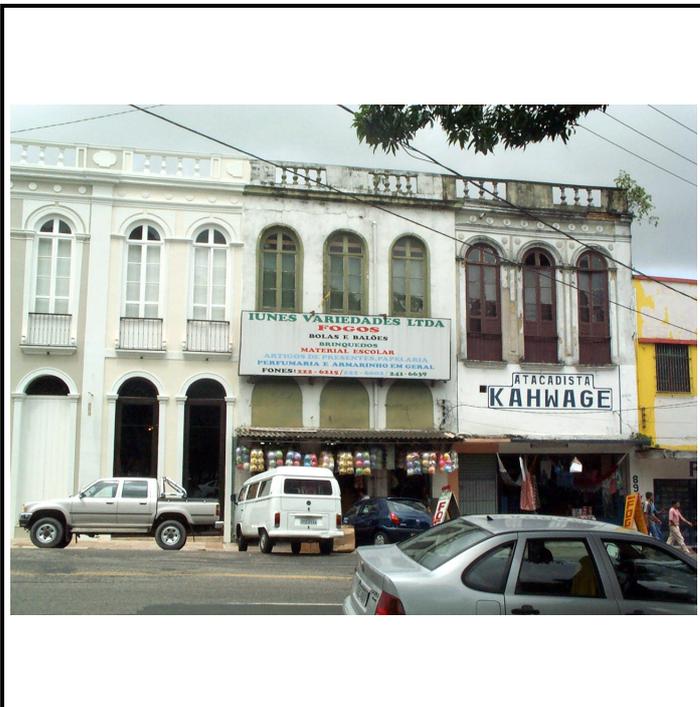
Sobrados à rua Marquês de Pombal, na doca do Ver-o-Peso.



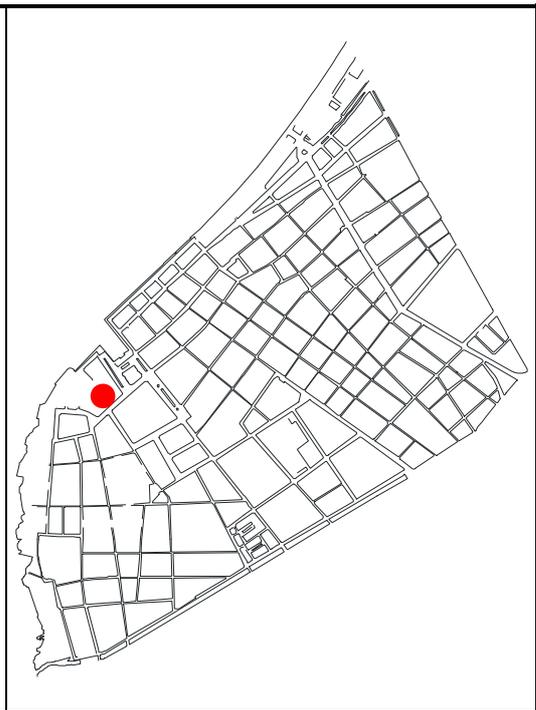
Sobrados à rua Marquês de Pombal, na doca do Ver-o-Peso.



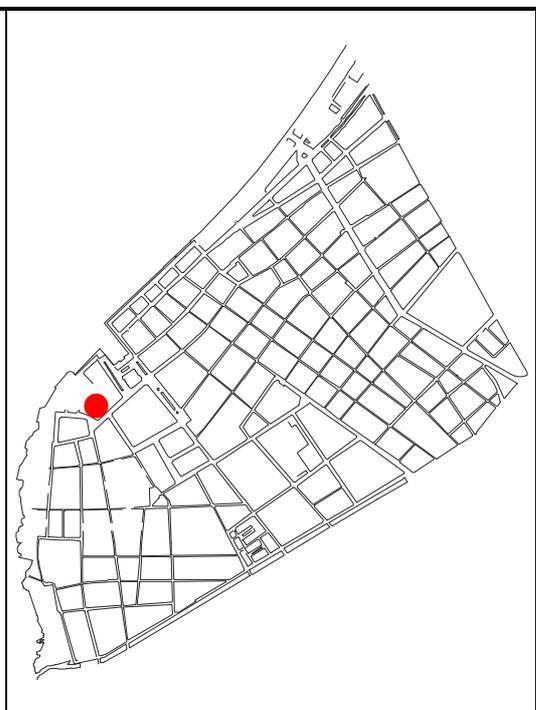
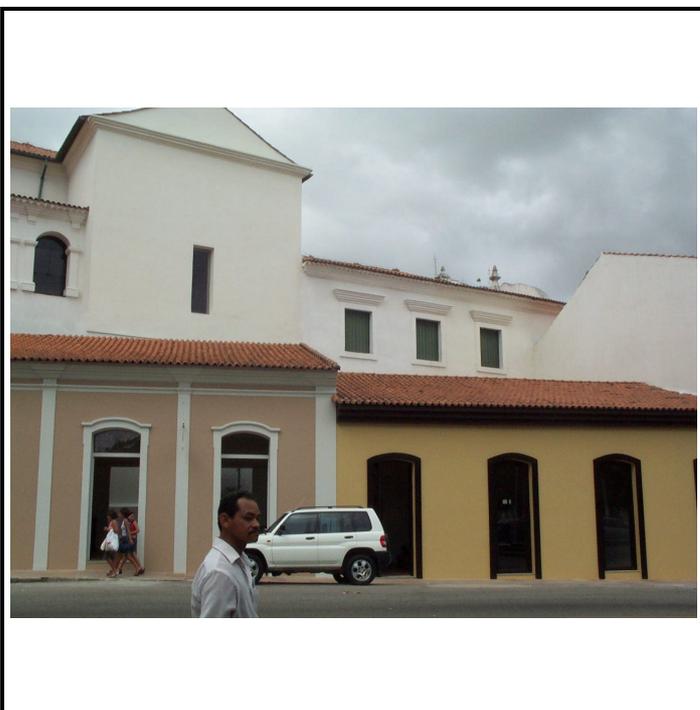
Edificações à rua Padre Champagnat. Ao fundo, a jesuítica Igreja de Santo Alexandre e os sobrados da praça Frei Caetano Brandão, onde se localiza a Catedral da Sé de Belém.



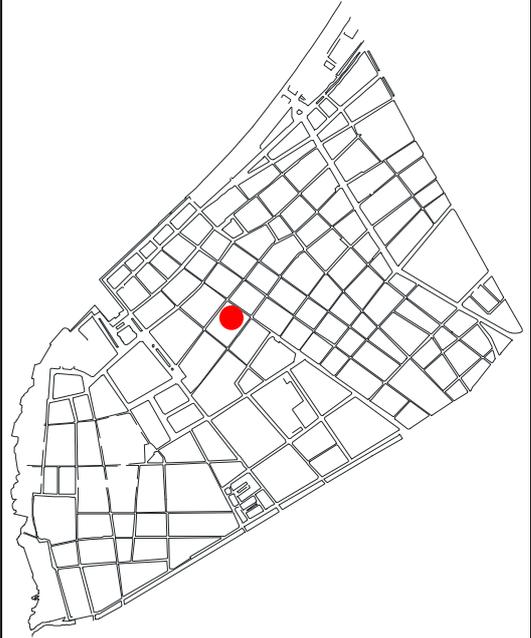
Sobrados à rua Padre Champagnat.



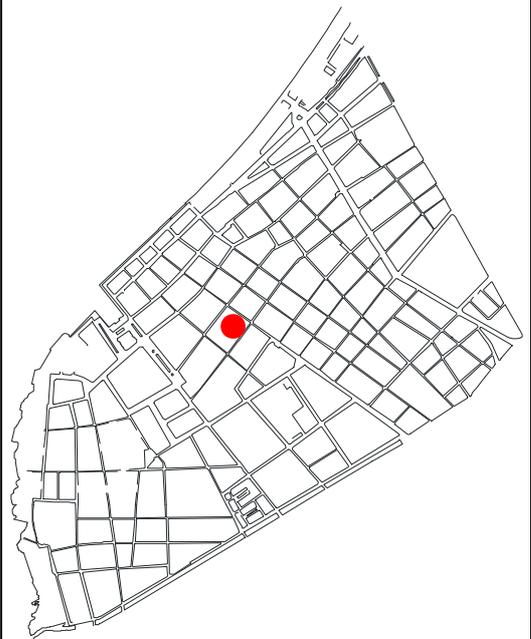
Sobrados à rua Padre Champagnat.



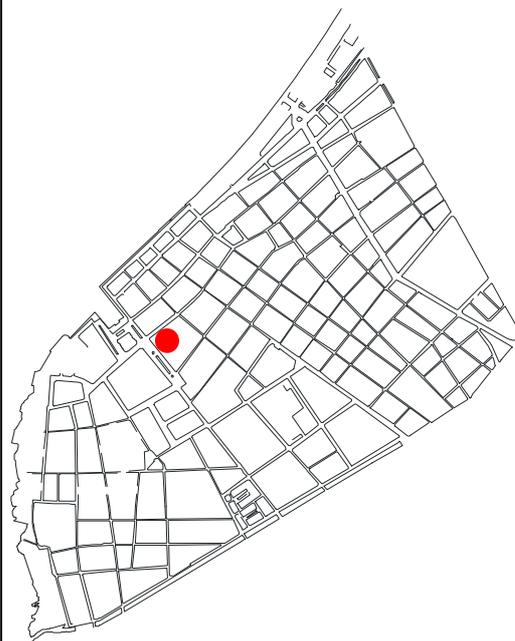
Casas térreas à rua Padre Champagnat. Ao fundo, a Igreja de Santo Alexandre.



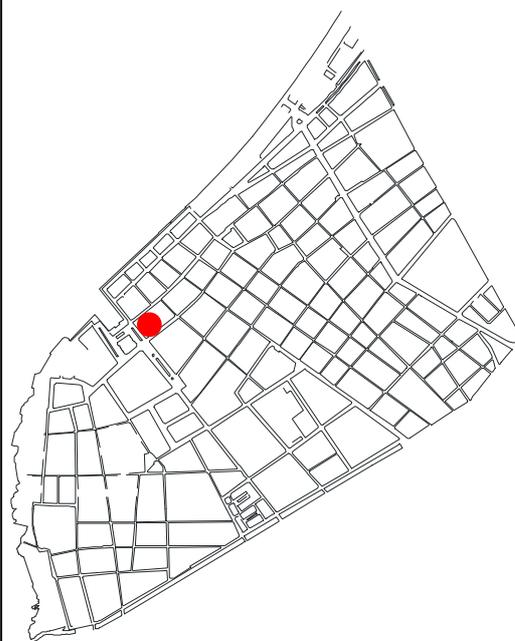
Sobrados à travessa Padre Eutíquio.



Sobrados à travessa Padre Eutíquio.



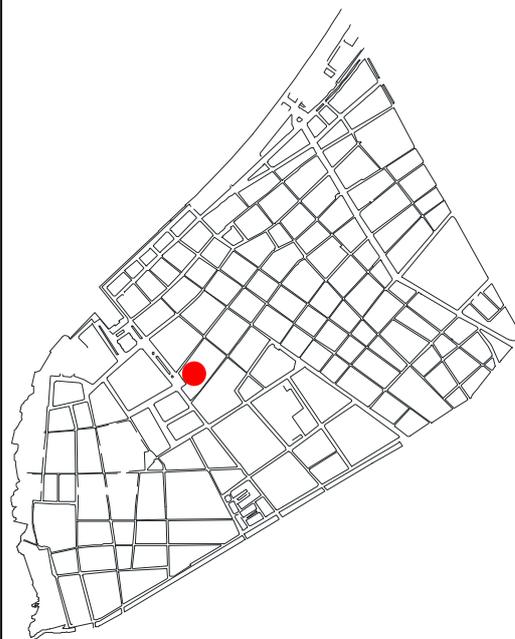
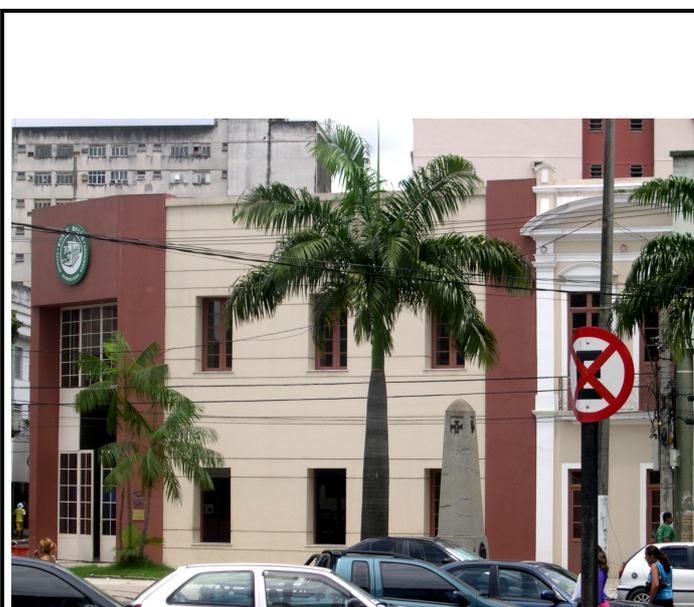
Sobrado à esquina da avenida Portugal com rua Conselheiro João Alfredo.



Sobrado à esquina da avenida Portugal com rua Quinze de Novembro.



Sobrado à esquina da avenida Portugal com rua Quinze de Novembro.



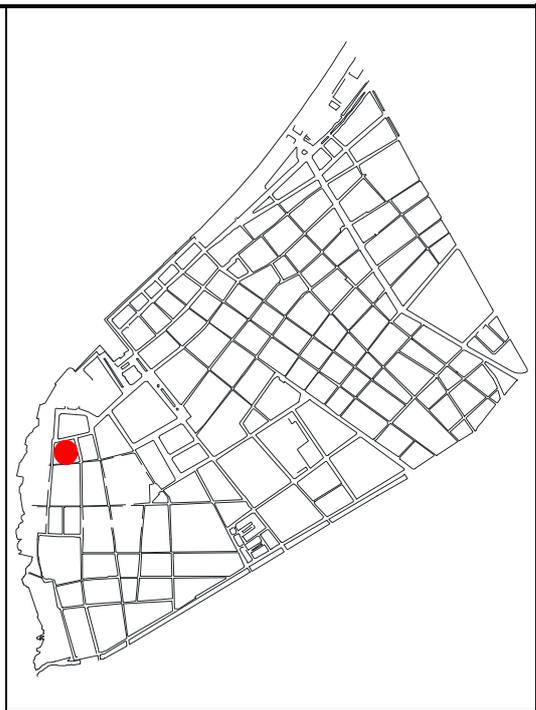
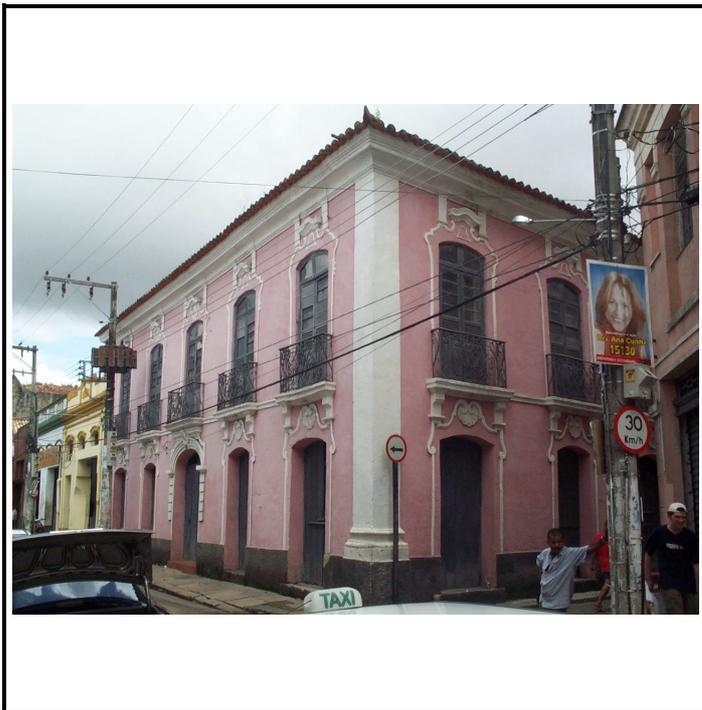
Sobrado à esquina da avenida Portugal com rua Treze de Maio. A maior parte desta edificação ruiu, restando apenas uma porção de sua fachada.



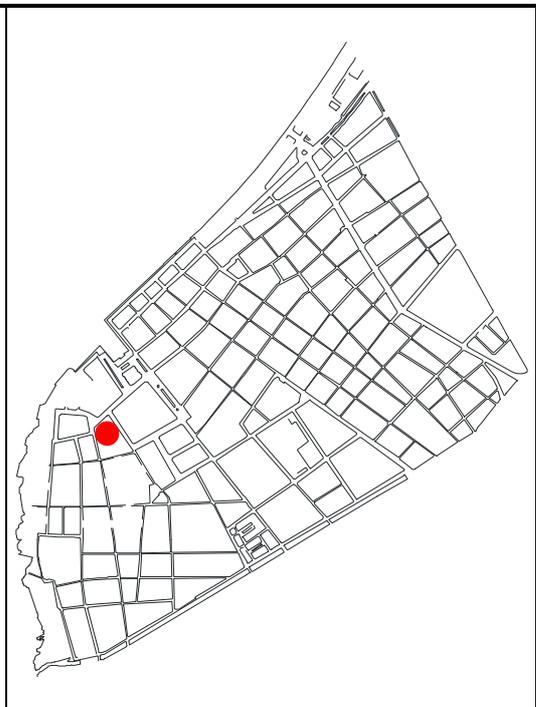
Sobrado à rua Siqueira Mendes.



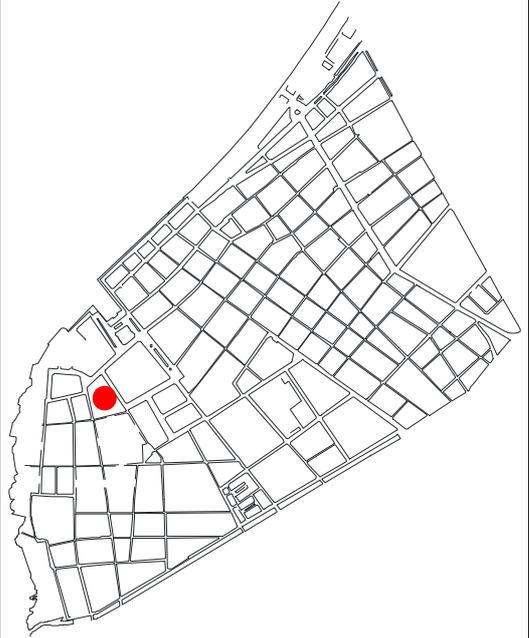
Sobrados à rua Siqueira Mendes.



Sobrado à esquina da rua Siqueira Mendes com travessa Félix Roque.



Sobrados à rua Tomázia Perdigão.



Sobrado de quatro andares à rua Tomázia Perdigão, conhecido como Solar do Barão de Guajará. Remanescente da primeira metade do século XIX, este edifício, considerado por alguns historiadores a primeira fachada azulejada de Belém, foi também residência do Barão e Visconde do Arary. É atualmente sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.



Sobrado à rua Tomázia Perdigão.

## 2 Trecho do **Código de Polícia Municipal**

---

### **Edificação Urbana**

*[...] Lei n. 378. — Reforma os capitulos XVI e XVII do Codigo de Policia Municipal, que regulam a construcção e reconstrucção de predios urbanos.*

O Conselho Municipal de Belém resolveu e eu publico, como Lei do Municipio o seguinte:

#### **Construcção e reconstrucção de predios**

Art. 1.º — Ficam dependentes de licença do Chefe do Executivo Municipal quaesquer obras de construcção, reconstrucção, reparos ou accrescimos de predios.

§ 1.º — O interessado requererá ao Intendente a licença a que se refere este artigo, indicando a rua e o numero em que estiver situado o immovel, instruindo sua petição com os seguintes documentos :

a) — Plano completo da obra, comprehendendo planta de cada pavimento, elevação geometrica da fachada principal e as secções longitudinal e transversal, para facil comprehensão do projecto ;

b) — Plano de todas as dependencias a construir ;

c) — Indicação exacta de logradouro ou via publica para onde olhe a fachada principal do prédio.

§ 2.º — Todos os planos serão desenhados em duplicata, ficando um exemplar na Intendencia afim de ser archivado. A folha do desenho, que poderá ser de papel-téla, terá a altura minima de 0<sup>m</sup>,50. Os projectos serão desenhados na escala de 1 X 100 ou 1 X 50. Não serão acceitos os desenhos em que houver emendas consideraveis ou explicações escriptas que os modifiquem. Todos os planos conterão a assignatura do proprietario do prédio a construir ou a reparar e a do engenheiro auctor do projecto, devendo os respectivos sellos ser inutilizados pelo funcionario municipal incumbido da fiscalização e exame das plantas.

§ 3.º — Os planos ou projectos devidamente approvados e legalizados deverão ser conservados no local das obras, durante o correr d'estas, afim de que possam se examinados, a todo o momento, pelos funcionarios a quem for commettida a fiscalização das mesmas obras, sob pena de multa de 100\$.

Art. 2.º — São prohibidas quaesquer alterações nas plantas e planos aprovados, durante a construcção dos predios, sem licença especial do Intendente, mediante parecer dos profissionais da Municipalidade, incumbidos da respectiva fiscalização.

Art. 3.º — E' prohibido proceder a excavações em terrenos públicos, assim como retirar terra dos de propriedade particular, de modo a tornar o nivel d'estes inferior ao da rua ou a causar prejuizos aos terrenos adjacentes.

Art. 4.º — Nenhuma obra poderá ser iniciada antes de satisfeitas as formalidades exigidas no art. 1.º, sob pena de multa de 100\$, sem prejuízo do competente embargo e demolição.

Dará ensejo a multa de igual quantia o inicio de edificação em terrenos municipaes que não estejam aforados ou arrendados, além da demolição immediata das mesmas obras, por conta do infractor.

Art. 5.º — Nenhuma construcção, reconstrucção, concerto ou accrescimo será auctorizada em terreno pantanoso, lodoso ou sujeito a inundações, sem que seja o mesmo terreno préviamente aterrado ou saneado pelos meios que forem indicados pela Intendencia, de accôrdo com os pareceres technicos.

Art. 6.º — Nenhum terreno poderá permanecer baldio sem que se ache separado das vias publicas por meio de cercas, grades ou muros.

§ Unico. — Na zona urbana a separação se fará sempre por muro ou gradil de ferro, em que sejam attendidas as leis da esthetica.

Art. 7.º — Os rios e vallas de exgôttos de aguas pluviaes que passarem pelos terrenos, serão conservados limpos e desembaraçados, não podendo ser n'elles feitos açudes, represas, tapagens, amuradas ou qualquer obra que possa impedir ou dificultar o seu curso. Nos alludidos terrenos é vedado fazer despejos de qualquer natureza.

Art. 8.º — As infracções dos artigos do presente Capitulo serão punidas com a multa de 100\$. A Municipalidade, sem prejuízo da effectividade d'essa multa, mandará fechar o terreno que, após a respectiva intimação, permanecer aberto, correndo as despesas por conta do proprietario.

Art. 9.º — Todos os edificios, qualquer que seja a sua natureza, devem satisfazer ás seguintes condições :

a) — As paredes externas nunca poderão ser de estuque ou madeira e terão a espessura regulada pelas exigencias estheticas e de solidez da construcção ;

b) — A espessura das paredes projectadas poderá ser augmentada sempre que os funcionarios technicos da Municipalidade julgarem compromettida a solidez do edificio em construcção ;

c) — As paredes divisorias entre um predio e outro terão a elevação de 0<sup>m</sup>,50 acima dos telhados;

d) — São prohibidos os degraus de qualquer natureza fóra do alinhamento dado pela Intendencia.

§ 1.º — Não são permittidas na fachada principal do edificio, até a altura de 3 metros, saliencias superiores a 0<sup>m</sup>,15. Nenhuma sacada póde ser construída com altura inferior a 5 metros.

§ 2.º — As aberturas das fachadas, seja qual fôr a sua natureza, guardarão as devidas proporções architectonicas.

§ 3.º — Em casos especiaes, ou por exigencias estheticas, poder-se-á prescindir da regra geral estabelecida no § anterior, comtanto que a superficie de aeração não seja inferior a um quinto (1/5) da área do aposento a arejar e a illuminar.

§ 4.º — Nenhum commodo terá superfície inferior a 12 metros quadrados, salvos os destinados a banheiro, latrina, despensa e vestibulo, devendo todos estes commodos ter abertura directa para o exterior — rua, quintal, pateo, área ou varanda.

§ 5.º — O corredor, cujo comprimento attingir a dez metros, deverá receber também nos extremos ou lateralmente, luz directa de alguma área ou pateo.

Art. 10.º — Todo e qualquer edificio terá um reservatorio d'água potavel com a capacidade minima de 250 (duzentos e cinquenta) litros, para alimentação e lavagens.

Art. 11.º — Os predios poderão ser de um unico pavimento terreo, assobradados ou com diversos pavimentos, conforme os desejos do proprietario, comtanto que satisfaçam todas as exigencias estheticas e higienicas estatuidas n'esta lei.

Art. 12.º — Os predios construidos nos encontros das ruas ou praças (esquinas) não poderão ter arestas vivas em taes pontos, sendo estas substituidas por uma superficie plana de 2<sup>m</sup>,50 de largura, ou por uma superficie convexa cuja corda seja de pelo menos 3<sup>m</sup>.

Art. 13.º — Os diversos pavimentos dos predios terão as seguintes alturas minimas:

Pavimento terreo ou I.º pavimento, 5<sup>m</sup>;

2.º pavimento 4<sup>m</sup>,50;

Do 3.º pavimento para cima, 4<sup>m</sup>;

§ 1.º — Estas alturas serao tomadas entre a soleiras das portas e os forros.

§ 2.º — As partes do predio destinadas a banheiro, copa, despensa, latrina e deposito, não poderão ter menos de 4 metros de altura.

Art. 14.º — O lado superior dos alicerces terá uma camada de alvenaria de pedra, com argamassa de uma parte de cimento e duas de areia.

§ Unico. — Não poderá ser inferior a 0<sup>m</sup>, 25 a espessura dos referidos alicerces n'aquella parte, que será emboçada com a com a mesma argamassa sobre a qual assentarão as paredes.

Art. 15.º — Os encanamentos dos exgottos passarão o mais afastado possivel dos de agua, não podendo a distancia entre elles ser menor de I metro.

Art. 16.º — Nenhum andaime será levantado no alinhamento das ruas sem que seja fechado um tapume de madeira, solidamente construido, que impeça a quéda de materiaes sobre os transeuntes.

§ Unico. — Para segurança dos transeuntes, os andaimes serão illuminados á noite.

Art. 17.º — Os andaimes armados para concertos ou reparos, renovação de entablamento e cornijas, emboços, rebocos, pinturas das fachadas, etc., poderão ser dispensados do tapume, comtanto que nas duas extremidades da

fachada, ou da extensão em que se fizer a obra, sejam collocados postes ou travessas.

§ Unico. – A' noite, taes postes ou travessas devem ser retirados, se não houve andaimes suspensos ou peças em balanço que possam pôr em perigo a vida e integridade dos transeuntes. No caso contrario, os postes serão alli conservados á noite, collocando-se n'elles lanternas accesas que os assignalem.

Art. 18.º — Nenhum predio poderá ser habitado antes de vistoriado por engenheiro municipal, que informará se foi o mesmo construido de accôrdo com a presente lei e satisfazendo as condições de segurança e hygiene.

§ 1.º — A essa vistoria precederá o revestimento do passeio da frente do predio parallelepipedos, cimento, etc., conforme o local, a juizo do funcionario competente.

§ 2.º — No caso de não ter resposta, dentro de 3 dias, o requerimento para a habitação do predio, poderá este ser occupado.

**Condições a que devem satisfazer todos os edificios a construir e requisitos exigidos para o exercicio da profissao de empreiteiro ou mestre de obras.**

Art. 19.º — Não é permittido dentro do perimetro da cidade, nas casas de habitação, ter criação de porcos, coelhos, etc., salvo autorização especial da Intendencia, estabelecendo as condições a que os proprietarios se devem sujeitar para impedir incommodo ou contagio de molestias aos vizinhos.

Art. 20.º — A Municipalidade reserva-se o direito de permittir kiosques destinados ao commercio, nos passeios cuja largura fôr superior a dois metros e meio. O typo d'estes kiosques, de alvenaria, de tijolos, madeira ou ferro, fica sujeito á approvação da Intendencia.

Art. 21.º — É completamente arbitrario o estylo architectural, uma vez observadas as regras d'arte, havendo o maximo cuidado em estabelecer as proporções das diversas partes componentes da construcção, isto é, as pilastras, cornijas, platibandas, etc.

Art. 22.º — Nenhum edificio poderá ter altura superior a 20 (vinte) metros, exceptuados os templos, palacios e qualquer outra construcção cuja importancia architectural exija maior altura. N'esse limite de 20 metros não devem ser comprehendidos os tectos-mansardas, pinaculos, cupolas, pára-raios ou qualquer outro elemento decorativo.

Art. 23.º — No caso de ser construido um predio separado da parede do vizinho, a distancia minima a observar-se entre os mesmos será de 1<sup>m</sup>,50.

Art. 24.º — Nenhum individuo poderá exercer a profissao de empreiteiro ou mestre de obras sem achar-se habilitado com um titulo, que será passado pela Intendencia, após haver o candidato a essa profissão provado, perante o departamento de obras municipaes, que possui habilitações especiaes para esse fim.

§ 1.º — O Intendente regulamentará a execução d'este artigo, submenttendo o respectivo Regulamento á approvação do Conselho, sem prejuizo de sua immediata execução.

§ 2.º — O titulo de empreiteiro ou mestre de obras fica sujeito á taxa de 200\$, como emolumentos, emquanto a lei orçamentaria não dispuzer em contrario.

Art. 25.º — A infracção dos artigos precedentes e seus paragraphos será punida com a multa de 100#, embargo e demolição da obra.

### **Casas para habitação**

Art. 26.º — Todas as casas destinadas a moradia devem ter um porão, cuja altura poderá varia de 1<sup>m</sup>,50 a 3<sup>m</sup>, e que será munido de aberturas para o arejamento e ventilação, observando-se ainda o seguinte:

– Os porões, qualquer que seja a sua altura, terão um revestimento feito d argamassa, composta – ou de cimento e areia, ou só de areia, ou de pedra e areia, — podendo também ser de asphalto o mesmo revestimento, comtanto que a sua espessura não seja inferior a 0<sup>m</sup>,20;

Só poderá permittir-se a divisão dos porões em commodos se o pé direito fôr de 2<sup>m</sup>,50, no minimo, ficando entendido que a cubagem de ar de cada commodo deve ser, pelo menos, de 45 metros cubicos. Cada commodo disporá de janellas ou oculos, cujas áreas parciaes sommadas sejam eguaes á quinta parte da área do commodo a arejar;

Os exgôttos das aguas servidas, materias fecaes ou de qualquer outra natureza poderão communicar com as galerias de exgôttos da cidade, tendo a interposição de um syphão isolador.

No caso, porém, de taes galerias despejarem nas vallas abertas dentro da cidade, não poderão receber materias fecaes, devendo estas ser lançadas em fossas fixas, cujos planos serão fornecidos pelos funcionarios technicos da Intendencia, emquanto não fôr construida a rêde geral de exgôttos de Belém.

Art. 27.º — Nenhuma porta ou janella, no pavimento terreo dos predios e muros situados nos alinhamentos dos logradouros publicos, poderá abrir para estes seus batentes, vidraças, caixilhos, venezianas, cancellas, etc.

Art. 28.º — Os proprietarios têm obrigação de manter em bom estado as fachadas dos predios, quer em relação ao emboço e reboco, quer quanto ás pinturas, podendo ser intimados pela Intendencia a executar os reparos de que as mesmas carecerem.

Art. 29.º — Não será permittido:

– O uso de madeira nas nesgas, ombreiras e, em geral, no quadro da fachada de predios que derem para a via publica, embora sejam estes recuados de alinhamento;

– Construir meias aguas na linha da rua;

Empregar o pinho na construcção de predios;

Construir beiral de telhas, quer no alinhamento, quer fóra do alinhamento, exceptuado o caso da architectura especial de certos edificios, ficando o projecto respectivo sujeito á especial approvação da Intendencia.

Art. 30.º — A numeração dos predios urbanos, na capital, será feito do seguinte modo, não podendo ser substituída ou alterada senão pela auctoridade municipal:

– O numero será de algarismo branco em relevo, inscripto sobre placas de metal esmaltado com fundo azul. A placa terá 10 centímetros de largura e 17 de comprimento, augmentando ou diminuindo na razão de 25 milímetros por algarismo que accrescer ou diminuir. O algarismo terá 6 centímetros de altura e 25 milímetros de largura.

– O numero de cada predio será repetido em todas as portas da fachada do primeiro pavimento, distinguindo se no lançamento por – sobrado ou loja,- quando occupado por locatarios diversos.

- Os terrenos serão também numerados do mesmo modo que os predios, salvo quando fizerem parte dos mesmo, como serventia. N'este ultimo caso, quando mais tarde venha a ser edificado o terreno, terá o predio o numero do que lhe ficar contiguo, estabelecendo-se, por meio de letras alphabeticas na devida ordem, a necessaria distincção.

– Nas ruas partirá a numeração do lado meridional para os septentrional e nas travessas do occidental para o oriental, ficando os numeros pares do lado direito e os impares do lado esquerdo.

Art. 31.º — Todos os predios serão providos de latrinas, situadas em logar apropriado, dentro dos mesmos, a juizo da auctoridade sanitaria municipal.

§ Unico. – As sentinas possuirão os requisitos infra:

– Cobertura em nível diferente dos demais commodos, se fôrem construídas fóra do predio;

- Canalização perfeita, com as juntas hermeticamente fechadas;

- Chaminé para o escapamento de gazes, partindo da corôa do syphão, com o diametro minimo de 0<sup>m</sup>,30 e abrindo acima do telhado, sem prejuizo ou perigo para os habitantesdo predio vizinho;

- Syphão hydraulico e caixas automaticas de duas descargas por hora, afóra a lavagem permanente.

Art. 32.º — A infracção de qualquer disposiçao do presente capítulo, será punida com as penas comminadas no artigo 25.º

### **Casas commerciaes**

Art. 33.º — O primeiro pavimento de qualquer casa poderá ser terreo, desde que seja utilizado para estabelecimentos commerciaes, satisfeitas as seguintes condições:

a) esse pavimento, quando não assentar sobre terreno firme, revestido o chão de concreto, asphalto, ladrilho, azulejo, marmore ou pedra talhada, poderá ser assoalhado, comtanto que o vigamento do soalho tenha por baixo um porão de 1<sup>m</sup>,50 de altura, e assente sobre castellos ou abobadas.

O porão deverá ser completamente isolado do sub-solo por um revestimento de concreto sufficiente para impedir a passagem da humidade, a juizo dos funcionarios competentes da Intendencia.

b) — O soalho, qualquer que seja a sua natureza 0<sup>m</sup>,20, no maximo, acima do passeio.

c) — Nas fachadas das casas commerciaes não será permittida a collocação de taboetas perpendiculares ás mesmas ou com inclinação tal que impeça a vista dos vizinhos.

Art. 34.º — Mediante licença, e sem prejuizo da livre circulação do ar, é facultado o uso de toldo em frente ás casas commerciaes, comtanto que este tenha altura minima de 2,<sup>m</sup>50.

Art. 35.º — Os alpendres, que serão de armação de ferro, só podem ser premittidos quando suspensos sobre consolos de ferro, a uma altura nunca inferior a 3,<sup>m</sup>50, não devendo a saliencia exceder a largura do passeio.

Art. 36.º -As casas commerciaes e industriaes, além das condições geraes d'esta lei, ficarão sujeitas ás leis relativas ás industrias e ás que se referirem ás installações de machinas e geradores de vapor.

Os depositos de inflammaveis e explosivos também estão sujeitos á legislação privativa e especial, sem prejuizo dos dispositivos que na presente lei lhe couberem.

Art. 37.º — Os infractores dos artigos do presente Capitulo serão punidos com a multa de 100\$, além da demolição immediata das obras executadas.

Art. 38.º — Na cidade e nos arrabaldes pódem ser construidas casas colletivas ou habitações que abriguem familias diversas, com economias independentes, typo de construcção conhecido pela denominação de "Villa".

§ 1.º — Fica terminantemente prohibida, por contraria a hygiene, a divisão de casas de vastas dimensões por cubiculos de madeira ou tabique, de modo a se estabelecerem sob o mesmo tecto familias diversas.

§ 2.º — Pódem estas construcções ter cumieira corrida, comtanto que as paredes divisorias de uma casa para a outra vão até á altura da cumieira.

Art. 39.º — São habitações collectivas, além d'aquellas a que se refere este artigo, os hoteis, hospedarias, casas de pensão, asylos, creches, collegios, internatos, etc., hospitaes, casas de saúde, maternidades, sanatórios, quartéis e postos de guarda.

Art. 40.º — As cozinhas das habitações terão o sólo revestidos dos ladrilhos e também as paredes até á altura de 1,<sup>m</sup>60, dispondo ainda de um mictorio, latrina e banheiro para cada grupo de 20 pessoas, sendo o soalho d'este compartilhamento revestido de ladrilhos, marmore ou cimento, como as paredes, até á altura de 2 metros.

Todos os encanamentos disporão de syphões isoladores, devendo receber luz directamente.

Art. 41.º — Nos collegios, internatos, quartéis e, em geral, nas casas collectivas, em que haja dormitórios communs, a cubagem d'estes deve ser calculada de forma a haver 25 metros cubicos, no minimo, para cada pessôa.

§ Unico. — Nos sanatorios, hospitaes e qualquer casa de saúde, de propriedade publica ou particular, deve cada pessoa dispôr de 35 a 40 metros cubicos de ar, pelo menos.

Art. 42.º — Todas as casas collectivas terão um páteo arborizado ou um jardim, para uso dos seus moradores.

Art. 43.º — Todas as casas collectivas são sujeitas ás visitas e inspecções das auctoridades municipaes, que velarão pela observancia das medidas de asseio, hygiene e segurança dos locatorios.

Art. 44.º — Os infractores dos artigos de ns. 38 a 43 serão punidos com a multa de 100\$, além da demolição das obras que fôrem julgadas prejudiciaes.

### **Demolição, reparos e concertos**

Art. 45.º — Quando chegar ao conhecimento da Intendencia que um predio ameaça ruina, far-se-á n'elle, incontinenti, uma vistoria administrativa.

§ 1.º — Julgada certa e próxima a ruina do edificio, no todo ou em parte, será ordenada, em praso razoavel, a demolição total ou parcial, que ficará a cargo do proprietario ou do departamento municipal competente a expensas d'aquelle, observadas as disposições legaes que regem o assumpto.

§ 2.º — Só poderão ser concertados ou reparados, mediante licença e respectivo pagamento de emolumentos, os predios, cujas paredes externas, não sendo de frontal, sejam devidamente aprumadas, ou quando sua cobertura, por seu estado, não exija total substituição.

§ 3.º — Não poderá ser concertada ou mesmo decorada a fachada do predio que não tenha, pelo menos, 4,<sup>m</sup>50 de pé direito.

Art. 46.º — Aos proprietários que concertarem seus predios sem licença prévia da Intendencia será imposta a multa de 100\$, além do embargo da obra.

### **Casas de diversões publicas**

Art. 47.º — Além do que fica determinado nos Capitulos antecedentes, devem as casas de divertimento possuir os requisitos seguintes:

— Os vigamentos, columnas e quaesquer outras peças destinadas a garantir a segurança de camarotes, varandas, galerias, etc., serão de madeira de lei de primeira qualidade, ou de ferro;

— Terão depositos d'água que permittam a inundação do edificio em caso de incendio;

— As sahidas serão faceis para o publico, abrindo as portas indifferentemente para qualquer lado, e em numero tal, que o edificio possa ser evacuado dentro de 5 minutos;

Terão mais *toilettes* para senhoras, latrinas e mictorios devidamente separados e em quantidade sufficiente para as necessidades do publico;

A iluminação será feita pelo systema electrico, sendo permittida a iluminação a gaz, só no caso de falhar a electrica.

Art. 48.º — O proprietario ou empresario não poderá, sob pretexto algum, impedir ou difficultar o exame technico por parte das autoridades municipaes.

Art. 49.º — Os edificios d'essa natureza devem ser isolados de qualquer predio, pelo menos nas suas faces lateraes.

Art. 50.º — Os infractores das disposições dos artigos 47 a 49 serão punidos com multa dos 100\$ e o fechamento da casa.

Art. 51.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos os habitantes do Municipio que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como n'ella se contém.

Dada e passada n'esta cidade de Belém, aos 16 de janeiro de 1904.

ANTONIO JOSÉ DE LEMOS, Intendente.

---

### 3 Outras Leis Expedidas pela Intendência Municipal de Belém

Estes trechos de algumas leis, posturas, resoluções, atos e decisões do governo municipal mostram o dia-a-dia de aprovação de obras, aplicação de multas, proibições, etc. e reforçam a observância ao Código de Polícia Municipal.

---

Os predios que d'ora em diante tenham de ser edificados ou reedificados, nos lados oppostos aos que estão sendo desapropriados nas Avenidas da Republica e Indio do Brazil, obedecerão a planta que será levantada pelo Engenheiro Municipal para os da área desapropriada (Art. I.º, da LEI n.º 36 de 21 de Novembro de 1895. CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, Leis e Posturas Municipaes (1892-1897), Tomo I. Pará: Tavares Cardoso & C.ª, 1898).

---

Ficam prohibidas as licenças para a construcção, reparos ou concertos, quer geraes, quer parciaes, nos cortiços existentes nesta capital (Art. I.º, da LEI n.º 36 de 21 de Novembro de 1895. CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, Leis e Posturas Municipaes (1892-1897), Tomo I. Pará: Tavares Cardoso & C.ª, 1898).

---

Fica o Intendente Municipal auctorizado a permittir que Francisco Manoel Moura construa um predio de accordo com a planta apresentada, na Praça Pedro II (Art. I.º, da LEI n.º 139 de 8 de Junho de 1897. CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, Leis e Posturas Municipaes (1892-1897), Tomo I. Pará: Tavares Cardoso & C.ª, 1898).

---

28 de Dezembro de 1897. Tendo a commissão arrumadora verificado que o chalet de madeira sito á rua Diogo Moya, canto da travessa Vinte e Dois de Junho, acha se construido fóra do alinhamento da rua, na extensão de 1,ª50, sem que para a mesma construcção precedessem as formalidade legaes, determino ao fiscal do districto que imponha ao infractor a multa comminada no Codigo de Posturas e intime-o a demolir o referido chalet no praso de 8 dias, sob pena de ser feita a demolição pela Intendencia, por conta do mesmo infractor (INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901), pp. 21-22).

---

Em todos os predios ocupados com estabelecimentos commerciaes, ou que no futuro venham a ter essa applicação, e cujo porão tenha altura inferior a meio metro, substituir-se-á o soalho de madeira por um revestimento de mosaico

ou cimento assente sobre o proprio solo devidamente preparado, fazendo-se o rodapé também de mosaico. Nas casas que tenham porão de altura superior a 50 centímetros e inferior a um metro, serão abertos alçapões em numero sufficiente para permitir uma completa desinfecção, em caso de necessidade (Art. I.º, da LEI n.º 407 de 13 de Março de 1905. LEIS MUNICIPAES DO ANNO DE 1905).

---

21 de Fevereiro de 1900. Achando-se fóra do alinhamento os predios ns. 4, 6, 8 e 10, á rua Riachuelo, declaro ao respectivo fiscal que taes predios não podem ser reparados (INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901), p. 179).

---

27 de Agosto de 1900. Determino aos fiscaes nos diversos districtos municipaes que intimem os proprietarios de terrenos que estiverem beneficiados com passeios de lageas ou concreto a edifical-os ou fechal-os com muro, na fórmula das disposições vigentes, dando conta á Intendencia dos que deixarem de cumprir a intimação no praso que lhês for marcado. (INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901), p. 238).

---

10 de Setembro de 1900. Ao sr. fiscal no 5.º districto faço constar que está sendo construido por João da Silva Henriques, á avenida Conselheiro Furtado, apresenta apenas a differença de 0<sup>m</sup>.10 para aquellas e 0<sup>m</sup>.20 para estas, em relação ás dimensões estabelecidas pelo Codigo de Posturas, podendo assim ser permittido, por equidade, que permaneça a referida differença, quanto ás portas, sendo, porém, o constructor obrigado a dar a medida exacta quanto ás janellas. (INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM, Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901), p. 239).

---

[...] outrossim que continua a pratica abusiva de serem constituídos em coradoiros de roupas lavadas diversos trêchos de ruas e praças publicas e, finalmente, que grande numero de proprietarios de predios e terrenos deixam de trazer convenientemente asseidadas as frentes ou passeios de suas propriedades, chamo para semelhantes infrações a attenção dos agentes da fiscalização municipal, certos de que lhes cabe grande responsabilidade, deixando de applicar as penas que a lei commina para taes casos. (*Rigorosa observância do Código de Polícia Municipal*. 8 de agosto de 1\*\*\*. Fonte não identificada, p. 159)

---

## 4 Leis Estaduais

IHGB. PER 0.8.1. **Coleção Leis Estaduais, 1891-1900.** [trechos]

---

LEI Nº 418 — de 12 de Maio de 1896 — Dá nova organização ao serviço sanitário do Estado.

O Congresso do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:

### TITULO I

Art. 1º — O serviço sanitario do Estado do Pará comprehende:

- a) O estudo scientifico de todas as questões relativas a Saúde Publica do Estado;
  - b) O saneamento das localidades e habitações; [...]
  - d) O emprego dos meios tendentes a impedir a importação de molestias epidêmicas e a disseminação das existentes; [...]
  - h) A inspecção sanitaria das escolas, fabricas, officinas, [...] e quaesquer habitações collectivas ou particulares, que possam, porventura, concorrer para modificar as condições sanitárias do meio; [...]
  - k) A policia sanitaria das habitações particulares ou collectivas. COLEÇÃO LEIS ESTADUAIS (1891-1900, p. XXV)
- 

LEI Nº 452 — de 2 de Junho de 1896 — Concede a Pedro Corrêa Fascio ou á empresa que organizar, privilegio por quinze annos, para montar neste Estado uma fabrica de tijolos de mosaico [...] COLEÇÃO LEIS ESTADUAIS (1891-1900, p. XXVII)

---

LEI Nº 617 — de 30 de Junho de 1898 — Declara as condições em que podem ser auxiliados os paraenses que quizerem estudar bellas-artes ou sciencias no estrangeiro [...] COLEÇÃO LEIS ESTADUAIS (1891-1900, p. XXVII)

---